

# Índice

---

## 1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	4
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	5

## 2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	6
2.3 - Outras informações relevantes	9

## 3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	10
3.2 - Medições não contábeis	11
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	12
3.4 - Política de destinação dos resultados	13
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	15
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	16
3.7 - Nível de endividamento	17
3.8 - Obrigações	18
3.9 - Outras informações relevantes	19

## 4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	20
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	23
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	25
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	27
4.5 - Processos sigilosos relevantes	28
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	29
4.7 - Outras contingências relevantes	30

## Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	31
<b>5. Gerenciamento de riscos e controles internos</b>	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	32
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	33
5.3 - Descrição dos controles internos	34
5.4 - Programa de Integridade	35
5.5 - Alterações significativas	36
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	38
<b>6. Histórico do emissor</b>	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	39
6.3 - Breve histórico	40
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	43
6.6 - Outras informações relevantes	44
<b>7. Atividades do emissor</b>	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	45
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	47
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	48
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	50
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	58
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	59
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	62
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	64
7.8 - Políticas socioambientais	65
7.9 - Outras informações relevantes	66
<b>8. Negócios extraordinários</b>	
8.1 - Negócios extraordinários	67
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	68

## Índice

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	69
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	70
<b>9. Ativos relevantes</b>	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	71
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	72
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	73
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	74
9.2 - Outras informações relevantes	77
<b>10. Comentários dos diretores</b>	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	78
10.2 - Resultado operacional e financeiro	86
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	87
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	88
10.5 - Políticas contábeis críticas	90
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	100
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	101
10.8 - Plano de Negócios	102
10.9 - Outros fatores com influência relevante	103
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	104
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	105
<b>12. Assembleia e administração</b>	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	106
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	110
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	117
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	118
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	119

## Índice

12.7/8 - Composição dos comitês	124
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	127
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	128
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	133
12.12 - Outras informações relevantes	134

## 13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	135
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	138
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	142
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	143
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	144
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	145
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	146
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	147
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	148
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	149
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	150
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	151
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	152
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	153
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	154
13.16 - Outras informações relevantes	155

## 14. Recursos humanos

## Índice

14.1 - Descrição dos recursos humanos	156
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	157
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	158
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	160
14.5 - Outras informações relevantes	161
<b>15. Controle e grupo econômico</b>	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	162
15.3 - Distribuição de capital	174
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	175
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	176
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	200
15.7 - Principais operações societárias	201
15.8 - Outras informações relevantes	202
<b>16. Transações partes relacionadas</b>	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	203
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	204
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	205
16.4 - Outras informações relevantes	206
<b>17. Capital social</b>	
17.1 - Informações sobre o capital social	207
17.2 - Aumentos do capital social	208
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	209
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	210
17.5 - Outras informações relevantes	211
<b>18. Valores mobiliários</b>	
18.1 - Direitos das ações	212

## Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	213
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	216
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	217
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	218
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	219
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	220
18.8 - Títulos emitidos no exterior	221
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	222
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	223
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	224
18.12 - Outras informações relevantes	225

## 19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	226
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	227
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	229

## 20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	230
20.2 - Outras informações relevantes	231

## 21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	232
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	233
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	234
21.4 - Outras informações relevantes	235

## 1.0 - Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Fábio Barbanti Taiar**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Luis Cassiano Rando Rosolen**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente



## DECLARAÇÃO

**INDÚSTRIAS ROMI S.A.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF nº **56.720.428/0001-63 (Matriz)**, com Inscrição Estadual nº 606.000.044.119, localizada na Avenida Pérola Byington, nº 56, Vila Romi, CEP 13453-900, Santa Bárbara d' Oeste, no Estado de São Paulo, por seu representante legal, o Sr. **Luiz Cassiano Rando Rosolen**, portador da Carteira de Identidade RG nº 14.645.330-X, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e do CPF/MF nº 171.588.618-64 declara para os devidos fins, que:

- a) Reviu o Formulário de Referência do ano-calendário de 2017;
- b) As informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) O conjunto de informações nele contido, em nosso entendimento, é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Indústrias Romi S.A. e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Santa Bárbara d' Oeste - SP, 31 de maio de 2018.

**Luiz Cassiano Rando Rosolen**

Diretor - Presidente



## DECLARAÇÃO

**INDÚSTRIAS ROMI S.A.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF nº **56.720.428/0001-63 (Matriz)**, com Inscrição Estadual nº 606.000.044.119, localizada na Avenida Pérola Byington, nº 56, Vila Romi, CEP 13453-900, Santa Bárbara d' Oeste, no Estado de São Paulo, por seu representante legal o Sr. **Fábio Barbanti Taiar**, portador da Carteira de Identidade RG nº 26.427.997-9, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e do CPF/MF nº 275.907.618-00, declara para os devidos fins, que:

- a) Reviu o Formulário de Referência do ano-calendário de 2017;
- b) As informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) O conjunto de informações nele contido, em nosso entendimento, é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Indústrias Romi S.A. e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Santa Bárbara d' Oeste - SP, 31 de maio de 2018.

---

**Fábio Barbanti Taiar**

Diretor de Relações com Investidores

## **1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores**

Não aplicável para os períodos apresentados.

### **1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico estão divulgadas nos itens anteriores.

**2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores**

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	287-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0008-05
<b>Período de prestação de serviço</b>	01/01/2012 a 31/12/2012
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e revisão das informações trimestrais dos períodos findos em, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2012, da Indústrias Romi S.A. e suas controladas.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	R\$ 426.998,40
<b>Justificativa da substituição</b>	Cumprimento da Instrução CVM nº 308 - rodízio dos auditores independentes.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Francisco José Pinto Fagundes	01/01/2012 a 31/12/2012	166.806.694-72	Rua José Pires Neto, 314, -, Campinas, SP, Brasil, CEP 13025-170, Telefone (19) 37945400, Fax (19) 37945454, e-mail: francisco.fagundes@br.pwc.com

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	287-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0008-05
<b>Período de prestação de serviço</b>	01/01/2013 a 31/12/2016
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, 2014, 2015 e 2016 e revisão especial das demonstrações financeiras intermediárias para os trimestres findos em, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2013, 2014, 2015 e 2016, da Indústrias Romi S.A. e suas controladas ("Romi" ou "Sociedade").
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	R\$ 467.854,00 (2013) R\$ 489.513,00 (2014) R\$ 517.894 (2015) R\$ 549.956 (2016)
<b>Justificativa da substituição</b>	Não aplicável.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marcos Roberto Sponchiado	01/01/2013 a 31/12/2016	137.864.718-19	Rua José Pires Neto, 314, -, Campinas, SP, Brasil, CEP 13025-170, Telefone (19) 37945400, Fax (19) 37945454, e-mail: marcos.sponchiado@br.pwc.com

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	471-5
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.
<b>CPF/CNPJ</b>	61.366.936/0001-25
<b>Período de prestação de serviço</b>	01/01/2017
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 e revisão especial das demonstrações financeiras intermediárias para os trimestres findos em, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017, 2018 e 2019, da Indústrias Romi S.A. e suas controladas ("Romi" ou "Sociedade").
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	R\$ 409.000 (2017)
<b>Justificativa da substituição</b>	Cumprimento da Instrução CVM nº 308 - rodízio dos auditores independentes.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Antonio de Andrade Navarrete	25/07/2018	120.817.178-08	AVENIDA JOSE DE SOUSA CAMPOS, Ed.Trade Tower, NOVA CAMPINAS, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-123, Telefone (19) 33230553, e-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com
Luis Alexandre Marini	01/01/2017 a 24/07/2018	078.662.708-56	AVENIDA JOSE DE SOUSA CAMPOS, Ed.Trade Tower, NOVA CAMPINAS, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-123, Telefone (19) 33230553, e-mail: luis.marini@br.ey.com

## **2.3 - Outras informações relevantes**

### **Item 2.3 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico estão divulgadas ao longo do relatório.

**3.1 - Informações Financeiras - Consolidado**

<b>(Reais)</b>	<b>Exercício social (31/12/2017)</b>	<b>Exercício social (31/12/2016)</b>	<b>Exercício social (31/12/2015)</b>
Patrimônio Líquido	643.500.000,00	601.532.000,00	672.995.000,00
Ativo Total	1.075.423.000,00	1.084.120.000,00	1.218.718.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	672.873.000,00	586.917.000,00	606.632.000,00
Resultado Bruto	189.637.000,00	116.996.000,00	138.027.000,00
Resultado Líquido	37.954.000,00	-39.469.000,00	7.346.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	62.857.647	62.857.647	68.757.647
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	10,237418	9,569751	9,787929
Resultado Básico por Ação	0,603809	-0,627911	0,106839

**3.2 - Medições não contábeis**

<b>Reconciliação do Lucro Líquido com o EBITDA</b>			
<b>Valores em R\$ mil</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Resultado Líquido	37.954	(39.469)	7.346
Imposto de Renda e Contribuição Social	17.139	(8.748)	1.509
Resultado Financeiro Líquido	(3.828)	3.783	(10.897)
Depreciação e Amortização	30.255	34.385	34.445
<b>EBITDA</b>	<b>81.520</b>	<b>(10.049)</b>	<b>32.403</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>12,1%</b>	<b>-1,7%</b>	<b>5,3%</b>

### **3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras**

Não aplicável à Companhia para às demonstrações financeiras de encerramento do último exercício social.

### 3.4 - Política de destinação dos resultados

O Estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. Apesar disso, a política da Companhia é propor a Distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio, imputáveis a Dividendos e líquidos de Imposto de Renda na fonte (JSCP), em valor mínimo equivalente a 33% (trinta e três por cento) do lucro líquido ajustado da Companhia, no exercício, calculado em conformidade com o artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, com as práticas contábeis brasileiras e com as regras emanadas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Respeitada a legislação e o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá propor a distribuição de Dividendos ou JSCP em montante inferior a 33% (trinta e três por cento) do seu lucro líquido ajustado em qualquer exercício, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia, das condições macroeconômicas, estratégias de investimento, e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração.

A Política de Dividendos foi aprovada pelo Conselho de Administração em 2 de agosto de 2006 e pode ser consultada no site da Companhia no menu de Investidores.

Em Junho de 2013 foi autorizada a Diretoria da Companhia a contratar um financiamento junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no valor de R\$ 27.762 dividido em quatro subcréditos, com as finalidades de desenvolvimento de novos produtos, produção de protótipos nacionais, aquisição de maquinário nacional e expansão da capacidade produtiva das plantas de usinagem, com taxas variando de 3,0%, 3,5% e TJLP + 3,77%, com carência de 18 à 24 meses e prazo de pagamento de 6 à 60 meses. Nesse contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere a constituição dos seguintes covenants: (i) Índice de Capitalização: (Patrimônio Líquido Consolidado / Ativo Total Consolidado) maior ou igual a 0,30; (ii) Índice de Distribuição de Resultados: (dividendos + JSCP / Lucro Líquido do Exercício) limitado a 0,25.

Em dezembro de 2014 foi autorizada à Diretoria da Companhia a contratar um financiamento junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no valor de R\$ 35.631, com as finalidades de desenvolvimento de novos produtos e produção de protótipos nacionais nos anos de 2015 e 2016, com taxa de 4,00% a.a., com carência de 30 meses e prazo de pagamento de 66 meses. Nesse contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere à constituição dos seguintes covenants: (i) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Patrimônio Líquido / Ativo Total) maior ou igual a 0,40 (ii) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Dívida Total Líquida / Passivo Total) menor ou igual a 0,25

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas dos itens acima para distribuição dos dividendos.

A seguir os valores de retenção e distribuição do resultado nos últimos três exercícios (em reais):

	2017	2016	2015
Dividendo total distribuído <sup>(1)</sup>	8.944.839,68	-	1.485.109,53
Retenção de lucros para a reserva legal	1.883.124,14	-	312.654,64
Retenção de lucros	26.834.519,05	-	4.455.328,59

### 3.4 - Política de destinação dos resultados

para a reserva de lucros			
--------------------------	--	--	--

- (1) Os dividendos de 2015 somente foram aprovados e distribuídos 2016. Os dividendos de 2017 foram aprovados em 2018 e distribuídos parcialmente em 2017 (R\$ 5.028.611,76) e 2018 (R\$ 3.916.227,92).

**3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido**

(Reais)	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	35.779.358,73	-39.694.689,62	5.940.438,12
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	25,000000	0,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,055734	0,000000	0,008857
Dividendo distribuído total	8.944.839,68	0,00	1.485.109,53
Lucro líquido retido	28.717.643,19	39.694.689,62	4.767.983,23
Data da aprovação da retenção	13/03/2018	14/03/2017	22/03/2016

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
<b>Juros Sobre Capital Próprio</b>						
Ordinária	3.916.227,92	23/03/2018				
Ordinária	5.028.611,76	16/01/2018				
			0,00			
<b>Dividendo Obrigatório</b>						
Ordinária					1.485.109,53	04/04/2016

**3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

Nos exercícios de 2015 e 2017 houve a distribuição de dividendos e ou juros sobre o capital próprio, representando em ambos os casos 25% do lucro líquido passível de distribuição, distribuídos em 2016 e 2018, respectivamente.

	2017	2016	2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	37.662.482,87	(39.694.689,62)	6.253.092,76
(-) Constituição de reserva legal	(1.883.124,14)	-	(312.654,64)
Lucro passível de distribuição	35.779.358,73	-	5.940.438,12
Dividendos/Juros sobre capital próprio referente ao lucro líquido do exercício	8.944.839,68	-	1.485.109,53
Constituição de reserva de lucros	28.717.643,19	-	4.767.983,23

Data de aprovação da retenção dos lucros (absorção dos prejuízos)	13/03/2018	14/03/2017	22/03/2016
---	------------	------------	------------

Dividendos/Juros sobre capital próprio referente ao lucro líquido do exercício corrente - Mínimo da Companhia	8.944.839,68	-	1.485.109,53
Dividendos/Juros sobre capital próprio referente ao lucro líquido do exercício corrente - Acima do mínimo	-	-	-
Dividendos/Juros sobre capital próprio referente à reserva de lucros de exercícios anteriores	-	-	-
	8.944.839,68	-	1.485.109,53

% distribuído do lucro passível de distribuição	25%	0%	25%
---	-----	----	-----

Nos três últimos exercícios sociais apresentados acima não foram declarados dividendos de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

**3.7 - Nível de endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/12/2017</b>	431.923.000,00	Índice de Endividamento	0,67280975	
	0,00	Outros índices	0,55198148	O método utilizado para calcular o endividamento financeiro da Companhia será a divisão da soma dos financiamentos com os provedores de capital, deduzidos os valores referentes ao "Financiamento - Finame Fabricante", pelo patrimônio líquido total.

**3.8 - Obrigações**

<b>Exercício social (31/12/2017)</b>							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		74.170.000,00	33.578.000,00	12.543.000,00	945.000,00	121.236.000,00
<b>Total</b>			<b>74.170.000,00</b>	<b>33.578.000,00</b>	<b>12.543.000,00</b>	<b>945.000,00</b>	<b>121.236.000,00</b>
<b>Observação</b>							

### **3.9 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### (a) O aumento da concorrência no setor de atuação

O mercado dos produtos Romi é caracterizado pela mudança de tecnologia e pelo desenvolvimento das indústrias. A habilidade de aderir ou superar a consolidação do setor com sucesso se apoia no desenvolvimento de produtos, investimento em inovação, adaptação às necessidades e padrões dos clientes existentes e potenciais, além de atuação contínua na eficiência operacional com foco na gestão orçamentária.

O aumento da concorrência pode ocorrer através do aumento da capacidade produtiva de concorrentes e do surgimento de outros *players* no mercado, além do desenvolvimento de tecnologias ou produtos por esses competidores. Como forma de mitigar esses aspectos de risco, a Companhia investe de maneira consistente em Pesquisa e Desenvolvimento, sendo que aproximadamente 4% da Receita Operacional Líquida é destinada anualmente para projetos de inovação tecnológica.

Adicionalmente, o posicionamento de concorrentes estrangeiros no Brasil é diretamente influenciado pela cotação do dólar versus o Real, assim como pelos impostos incidentes sobre as suas atividades no Brasil. Dessa forma, uma eventual valorização do real frente ao dólar, ou a redução das alíquotas dos impostos incidentes sobre as atividades de nossos concorrentes estrangeiros poderá tornar tais concorrentes mais competitivos, impactando os preços praticados e conseqüentemente as margens operacionais.

Mudanças no cenário econômico do país podem afetar significativamente as operações. Buscando reduzir a dependência do mercado interno, a Companhia tem investido no crescimento sustentável e gradual das suas exportações. Em 2017 41% da receita consolidada da Companhia foram provenientes de vendas realizadas no mercado externo (35% em 2016).

### (b) Defasagem de tecnologia

Para garantir a manutenção do negócio é necessário não somente expandir a base de clientes, mas também fornecer soluções de tecnologia aderentes às demandas do mercado. A estratégia da Companhia depende de da capacidade em atender clientes antes e depois da venda do produto, oferecendo custos e tecnologia competitivos.

Um fator de risco é não haver sucesso na expansão das linhas de produtos, e conseqüentemente na incapacidade de manter os atuais clientes e / ou atrair novos clientes. Não é possível também garantir que os clientes migrem para concorrentes com soluções mais competitivas.

O negócio da Companhia é sujeito a riscos associados com o desenvolvimento ou aplicação de tecnologias, incluindo imprevistos técnicos e outros problemas. A ocorrência de qualquer desses fatores poderia causar atraso no desenvolvimento, ou abandono da nova tecnologia ou de novos produtos. Não há garantia que novas tecnologias ou produtos, se desenvolvidos: (i) irão atingir os preços ou desempenhos desejados, (ii) cumprirão o cronograma de lançamento estipulado, e (iii) serão tão eficientes quanto produtos desenvolvidos com outras tecnologias.

### (c) Fatores macroeconômicos

## **4.1 - Descrição dos fatores de risco**

O crescimento do setor que a Companhia atual é altamente influenciado pelo crescimento industrial brasileiro. Grande parte da carteira de clientes atuais é composta por fabricantes de bens de capital e bens de consumo duráveis. Assim, a expansão das atividades e a implementação dos planos de negócios é influenciada, em grande parte, pela demanda por bens de capital no mercado brasileiro. Cenários onde a economia brasileira deixe de crescer ou mantenha um crescimento pouco expressivo afeta substancialmente o desempenho da Companhia.

O desempenho do setor de bens de capital em geral, e o de máquinas e equipamentos pesados em particular, é influenciado de forma significativa pelo nível de investimentos realizados no País, tanto pelo setor privado quanto pelo público. Por envolver bens de alto valor agregado, o setor também depende da existência de acesso a crédito de longo prazo a custos atrativos por parte de instituições financeiras privadas e públicas, nacionais e internacionais, e por entidades multilaterais. A indústria de bens de capital é geralmente uma das primeiras a serem afetadas por crises econômicas e uma das últimas a reagir com a retomada do crescimento econômico. A diminuição dos investimentos realizados no País e a inexistência de crédito de longo prazo em montantes suficientes a custos atrativos poderão afetar adversamente a economia nacional, prejudicando o resultado operacional e condição financeira da Companhia.

### **(d) Linha de financiamento – FINAME**

A Companhia é habilitada a utilizar a linha de financiamentos do BNDES denominada Finame (ao Fabricante e ao Comprador), que permite conceder linhas de crédito concedidas em condições financeiras geralmente mais vantajosas do que as oferecidas pelas demais instituições financeiras do mercado aos clientes.

Nesse sentido, a modificação desse programa ou determinada situação que torne a Companhia inelegível a tal linha de crédito podem onerar os financiamentos concedidos aos clientes, podendo resultar na diminuição do volume de vendas.

Na modalidade de financiamento do BNDES Finame Fabricante, a Companhia figura como devedora e repassa integralmente aos clientes os termos negociados, devendo o cliente declarar conhecer as condições contratadas, ficando as máquinas vendidas como garantia real. De acordo com essa modalidade de financiamento, no caso de inadimplência dos clientes, a Companhia arca com as obrigações do respectivo financiamento Finame Fabricante perante o BNDES. Vendas sob tal modalidade de financiamento são um componente importante a receita da Companhia. Dessa forma, os resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados caso não haja capacidade dos clientes em honrar suas obrigações com relação ao crédito.

Na modalidade de financiamento do BNDES Finame Comprador, o risco na tomada do recurso é do próprio cliente junto ao agente financeiro.

### **(e) Legislação ambiental, trabalhista e responsabilidades socioambientais**

Todos os estabelecimentos da Companhia estão sujeitos a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais que tratam da proteção da saúde do trabalhador e do meio ambiente. A Companhia efetua investimentos significativos para atender as disposições legais. Alterações significativas nessas legislações

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

podem aumentar os custos do cumprimento e conseqüentemente provocar reduções em outros investimentos estratégicos.

### (f) Riscos por responsabilidade civil relacionados à falha de produtos

A operação normal da Companhia a expõe a potenciais riscos por responsabilidade civil e prejuízos decorrentes de falha dos produtos. Além de despesas, que são naturalmente acarretadas por danos, acordos ou custos de defesa, existe a possibilidade de propaganda negativa, que é gerada em face de ações por responsabilidade civil.

O lançamento de novos produtos que não estejam adequados com as especificações previamente aprovadas pode levar à necessidade de reparo em campo ou um *recall*, ocasionando potencial perda de receita, custos para correção e possível publicidade negativa. Não há histórico de ocorrências relevantes dessa natureza na Companhia.

### (g) Indenização de seguro insuficiente

As atividades da Companhia, de um modo geral, estão sujeitas a uma série de riscos operacionais, incluindo acidentes industriais, disputas trabalhistas, mudanças na legislação e regulamentação ambiental, riscos relacionados ao meio ambiente, fatores climáticos e outros fenômenos naturais.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas estimadas e julgadas suficientes pela administração para cobertura de eventuais perdas. No entanto, em situações extremas essas coberturas podem não ser suficientes.

### (h) Sucessão da Alta Administração

A adequada sucessão na administração da Companhia é um possível fator de risco. Atualmente a maioria dos contratos firmados na contratação dos executivos incluem cláusulas de pacto de não concorrência.

Adicionalmente a Companhia mantém um processo de sucessão da Alta Administração, conduzido pelo Conselho de Administração, que é avaliado de maneira tempestiva.

## 4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

### Descrição dos fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

#### (a) Risco de taxa de câmbio:

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em “hedge” natural, para se proteger das oscilações cambiais, a Companhia avalia a exposição cambial.

A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação cambial são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos e financiamentos de exportação.

#### (b) Risco de crédito:

Advém da possibilidade da Companhia e as suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras. Para atenuar esse risco, a Companhia e as suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME fabricante é exigida garantia real dos clientes.

Existem indicadores monitorados pelo Conselho de Administração de modo a acompanhar o nível de inadimplência da carteira e constituição das estimativas de perdas contábeis.

#### (c) Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante:

Os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME Fabricante”. Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Existe uma dependência significativa da linha de financiamento FINAME (Fabricante e Comprador) no processo de comercialização. Na eventualidade da extinção dessa linha, o financiamento passaria a ser efetuado através de bancos privados, à taxa de mercado e a Companhia deixaria de usufruir desse diferencial competitivo.

#### (d) Risco de gerenciamento de capital:

Advém da escolha de a Companhia adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reserva de lucros), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração. Tais Limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

## 4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A boa avaliação de crédito da Romi junto aos bancos também é necessária para financiamento de projetos de investimento, do capital de giro e outros.

### (e) Risco de liquidez:

A política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

R\$ mil	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Financiamentos	74.170	13.234	33.832	
Fornecedores	33.802			
Em 31 de dezembro de 2016				
Financiamentos	99.435	55.362	38.052	6.924
Fornecedores	34.482			
Em 31 de dezembro de 2015				
Financiamentos	45.825	94.054	74.291	2.472
Fornecedores	28.400			

### **4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

#### **Processos não sigilosos relevantes**

Somos parte em ações judiciais nas áreas trabalhista, cível e tributária:

#### **Processos Trabalhistas:**

Em 31 de dezembro de 2017, o valor total envolvido nos processos trabalhistas com perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, era de aproximadamente R\$ mil 6.679.

Os processos trabalhistas em que figura a Companhia como reclamada, têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para almoço; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade pré-aposentadoria; (iv) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional e (v) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros.

Acreditamos que as provisões são suficientes para atender perdas prováveis. Assim, acreditamos que eventuais decisões desfavoráveis à Companhia não resultarão em efeito material adverso aos nossos negócios, bem como não afetará nossa imagem.

#### **Processos Cíveis:**

Em 31 de dezembro de 2017, o valor total envolvido nos processos cíveis com perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, era de aproximadamente R\$ mil 5.256.

Os processos cíveis em que figura a Companhia como ré têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações por mal funcionamento da máquina e (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros.

Acreditamos que as provisões são suficientes para atender perdas prováveis. Assim, acreditamos que eventuais decisões desfavoráveis à Companhia não resultarão em efeito material adverso aos nossos negócios, bem como não afetará nossa imagem.

#### **Processos Tributários:**

Em 31 de dezembro de 2017, o valor total envolvido nos processos tributários com perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, era de aproximadamente R\$ mil 53.736.

Os processos tributários em que figura a Companhia como ré têm como principais causas os seguintes objetos:

(i) Compensação com Saldo negativo de IRPJ; (ii) Crédito de IPI; (iii) Contribuição Previdenciária sobre pagamento de lucros aos administradores; (iv) ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS.

### 4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Atualmente, em razão dos valores envolvidos, a Companhia possui apenas um processo relevante, conforme discriminado a seguir:

Juízo: 2ª Vara Federal de Piracicaba/SP.

Instância: 3ª Instância - Supremo Tribunal Federal - STF.

Data de distribuição: 24/10/2006.

Partes no processo: A autora do processo é a Indústrias Romi S.A. e a Ré é a União Federal.

Valores, bens ou direitos envolvidos: Mandado de segurança que visa, em linhas gerais, excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Principais fatos: Liminar concedida para autorizar a realização de depósitos judiciais dos valores de PIS e COFINS com a exclusão do ICMS da base de cálculo.

Depósitos atualizados até 31/12/2017: R\$ mil 53.736, valor este já provisionado na contabilidade.

Probabilidade de perda: Provável

Sentença: Parcial procedência para autorizar o depósito judicial dos valores, com a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Recurso de apelação: Romi e União Federal. Negado provimento à Apelação.

Recurso Extraordinário: Romi em face da União Federal interposto em 14/10/2011.

Fase atual: Em 23/01/2018 foi publicada decisão monocrática proferida pelo Desembargador Marcelo Saraiva, do TRF/3º Região (em juízo de retratação), dando parcial provimento à Apelação interposta pela ROMI, “para reconhecer o direito da impetrante à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como o direito à compensação dos valores indevidamente pagos, observada a prescrição quinquenal e o disposto no art. 170-A do CTN, nos termos da fundamentação”.

A União interpôs Agravo Interno, para que o caso seja levado a julgamento colegiado, pela Quarta Turma do TRF/3º Região.

Portanto, as provisões e/ou depósitos judiciais são suficientes para atender as possíveis perdas. Eventuais decisões desfavoráveis à Companhia não resultarão em efeito material adverso aos nossos negócios e não afetará a imagem da Companhia.

**4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

A Companhia e suas controladas não são parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores.

#### **4.5 - Processos sigilosos relevantes**

A Companhia e suas controladas não são parte em processos sigilosos relevantes.

#### **4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**

A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como reclamada, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para refeição; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade pré-aposentadoria; (iv) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional e (v) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros. Estes valores estão provisionados na contabilidade nos montantes de R\$ 3.383, R\$ 4.204 e R\$ 4.923, 2017, 2016 e 2015, respectivamente.

A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de naturezas trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, nos montantes de R\$ 2.827, R\$ 562 e R\$ 2.444, 2017, 2016 e 2015, respectivamente.

#### **4.7 - Outras contingências relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

#### **4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**

A Companhia foi constituída de acordo com a legislação brasileira e possui os seus valores mobiliários listados na bolsa de seu país de origem.

## 5.1 - Política de gerenciamento de riscos

A Companhia possui os seguintes órgãos e estruturas de controle de gerenciamento de fatores de risco:

### 1. Órgãos:

#### 1.1. Ligado aos Acionistas

- Conselho Fiscal – fiscalização de atos administrativos sob aspectos legais e estatutários, incluindo fraudes, erros, crimes; exame e manifestação sobre DFs e certas operações financeiras e societárias.
- Auditoria Independente PWC – exame das DFs da Companhia e subsidiárias de acordo com as regras contábeis nacionais e internacionais

#### 1.2. Ligados ao Conselho de Administração:

- Auditoria Interna – equipe mista KPMG e Romi - gestão dos riscos e controles de todos os processos da Companhia e Subsidiárias
- Comitê de Auditoria e Riscos – composto por membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, tem como objeto supervisionar os trabalhos da Auditoria Interna, examinar os trabalhos da Auditoria Independente, incluindo Demonstrações Financeiras, Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos

#### 1.3. Ligados à Diretoria Executiva

- Comitê de Ética e Conduta Empresarial - promover o cumprimento do Código de Ética e de Conduta Empresarial ROMI, do Estatuto Social e da Legislação em geral, com relação aos seus aspectos éticos, nos termos de seu Regimento Interno.

### 2. Estruturas / Políticas:

- Departamento Jurídico - zelar pelo cumprimento da Lei, Estatuto Social, Código de Ética e de Conduta Empresarial, Políticas Internas e pelas boas práticas de governança corporativa, mensurando e avaliando riscos à Companhia; dar suporte aos acionistas, Conselhos, Diretoria, Comitês e Auditoria.
- Canal de Denúncia Ética – sistema disponível na internet para receber denúncias que tratem de desvios de conduta, com base no Código de Ética, endereçando ocorrências à Auditoria Interna e Comitê de Ética e Conduta Empresarial.
- Código de Ética – conjunto de normas de conduta com base nos valores éticos da Romi
- Política Anticorrupção – baseada na Lei Anticorrupção e normativos internos reafirmando o compromisso da Romi no combate a corrupção
- Política de Transação com Partes Relacionadas – voltada para regulamentar e sistematizar as transações com partes relacionadas

## **5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado**

As informações desse item estão contempladas no item 5.1 deste documento.

### 5.3 - Descrição dos controles internos

Com base nos riscos mapeados, que foram definidos levando-se em conta as práticas de mercado e percepção da alta administração, foram estabelecidos ciclos de processos a serem controlados e auditados internamente.

De maneira geral, os ciclos de processos auditados obedecem a seguinte ordem:

Objetivo: O enfoque das análises é verificar a conformidade dos procedimentos e controles internos aos normativos definidos pela administração;

Análise dos Processos: Utilização de técnicas de análise, melhoria de processos e obtenção de evidências para obter um detalhado entendimento dos controles;

Identificação dos Riscos e Controle: Identificação dos riscos e controles internos existentes, observando as políticas, normas, leis e regulamentos aplicáveis à Companhia;

Análise do desenho e testes dos controles internos: Realização de teste de desenho dos controles, verificando se estão projetados adequadamente para prevenir e detectar ocorrências de riscos adversos e verificar se os controles desenhados estão efetivamente aplicados nas operações e transações, através de testes documentais, análise de dados e controles informatizados.

Discussão dos pontos: Apresentação dos pontos aos gestores durante a realização das análises e ao final do trabalho;

Reporte dos Resultados: Formalizar os resultados em relatório baseado em evidências orientado ao negócio promovendo recomendações efetivas e baseadas em riscos, ao conselho de Administração e ao comitê de auditoria e diretoria de forma clara e assertiva.

Follow-up: Acompanhamento da realização dos planos de ação definidos pelos gestores para mitigar os riscos descritos nos relatórios de auditoria.

Além dos controles de risco e processos de auditoria interna, durante as auditorias de demonstrações financeiras, o auditor independente avalia e comenta sobre os controles vigentes na Companhia.

O “Relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos” elaborado pelo auditor independente, em conexão com o exame de auditoria das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017, foi emitido sem apontar deficiências significativas.

## 5.4 - Programa de Integridade

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a constituição do Comitê de Ética e Conduta Empresarial, a fim de promover o cumprimento do Código de Ética da Companhia (<http://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-politicas-e-codigos/codigo-de-conduta/>), zelar pelo cumprimento do seu Estatuto Social e orientar os seus colaboradores sobre os seus padrões éticos e morais.

O referido Código de Ética é aplicado a todos os administradores, empregados, estagiários, subsidiárias e sociedades controladas da Companhia.

Adicionalmente, foi aprovado o lançamento do Canal de Denúncia Ética, disponível no site da Companhia para todo o público.

Além da constituição do comitê acima mencionado, a Companhia possui Política de Combate à Corrupção (<http://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-politicas-e-codigos/politica-anticorruptao/>), que tem por objetivo assegurar o compromisso da Companhia com os princípios de governança corporativa: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

A política é aplicável aos empregados, membros da administração e conselho fiscal, fornecedores, prestadores de serviço, representantes comerciais e quaisquer terceiros que atuem em nome da Companhia.

## 5.5 - Alterações significativas

O Conselho de Administração da Companhia deliberou sobre a constituição de Comitês de Assessoria ao Conselho de Administração, a seguir descritos, cujo principal objetivo é acompanhar o andamento dos planos da Companhia e o alcance de suas metas, apresentando pareceres e recomendações ao Conselho de Administração e à Diretoria sobre os assuntos discutidos:

### Constituídos em 28/04/2015:

#### (i) Comitê de Acompanhamento Econômico

**Objeto:**

Aprimorar o sistema de informações de gestão (SIG), gerar valor à Companhia e tratar dos seguintes temas: Orçamentos de Receitas, Custos e Despesas; Investimentos; Custo Padrão; Preços de Transferência; Preços de Venda; Margens; Inflação Romi; Programa de Produção; Níveis de Estoque; Capital de Giro; PDD; Projeções de Resultados.

#### (ii) Comitê de Auditoria e Riscos

**Objeto:**

Orientar e supervisionar os trabalhos de Auditoria Interna (grau de reporte compartilhado com CEO); Auditoria Externa; Demonstrações Financeiras; Controles Internos; Gestão de Riscos Corporativos.

#### (iii) Comitê de Fundidos e Usinados

**Objeto:**

Desempenho operacional, financeiro e comercial; Investimentos.

#### (iv) Comitê Imobiliário

**Objeto:**

Desinvestimento de imóveis não estratégicos; Constituição de subsidiária integral imobiliária.

#### (v) Comitê de Máquinas-Ferramenta

**Objeto:**

Análise e acompanhamento operacional, comercial, financeiro, tecnológico e estratégico do segmento de produtos Máquinas-Ferramenta; Recursos técnicos e humanos de engenharia de MF; Desenvolver a cooperação com a B+W.

#### (vi) Comitê de Recursos Humanos

## **5.5 - Alterações significativas**

### **Objeto:**

Recrutamento, preparação e planos de sucessão de Diretores e funcionários estratégicos; Avaliação do CA e Diretoria; Remuneração do CA, Diretoria e CF.

### **Constituído em 08/12/2015:**

#### **(vii) Comitê de Máquinas para Plásticos**

### **Objeto:**

Análise e acompanhamento operacional, comercial, financeiro, tecnológico e estratégico do segmento de produtos Máquinas para Plásticos; Recursos técnicos e humanos de engenharia de MP.

## **5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	19/04/1938
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Sociedade por ações, de capital aberto.
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	20/07/1977

### 6.3 - Breve histórico

Indústrias Romi S.A., empresa constituída em abril de 1938, sucessora de Máquinas Agrícolas Romi Ltda., que nasceu com a fundação de uma pequena oficina mecânica em 1930, localiza-se a 130 Km da capital paulista, no município de Santa Bárbara d'Oeste.

A fabricação de máquinas-ferramenta iniciou-se em 1941 com o lançamento de tornos universais, comercializados inicialmente com a marca "IMOR" e posteriormente, também com a marca "ROMI". Em 1944 começou a exportá-los, e hoje as máquinas-ferramenta ROMI e IMOR são conhecidas em mais de 60 países, distribuídas por todos os continentes, alcançando o expressivo número de mais de 160 mil unidades produzidas e comercializadas ao longo de sua história, tendo exportado aproximadamente 30 mil máquinas.

Foi significativa também a participação da Romi na implantação da indústria automobilística no país, tendo fabricado o primeiro automóvel nacional, o ROMI-ISETTA, de 1956 a 1961.

Em 1957 o fundador da Empresa, Sr. Américo Emílio Romi e sua esposa Dona Olímpia Gelli Romi instituíram a Fundação Romi, instituição sem fins lucrativos, destinada a prestar assistência médica hospitalar, educação e lazer aos funcionários e seus dependentes.

Em 1972, a Empresa tornou-se uma sociedade anônima de capital aberto, tendo atualmente cerca de 1.800 acionistas.

A excelente reputação e a invejável posição que os produtos Romi ocupam na maioria dos países industrializados, devem-se à concepção avançada e especializada, resultado de constantes pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos, aliados a um parque fabril dos mais modernos.

Com uma capacidade de produção anual ao redor de 3.500 máquinas, a linha de produção da Romi constitui-se de tornos paralelos universais, tornos a CNC, centros de usinagem, tornos verticais e horizontais pesados e extrapesados, máquinas injetoras de plástico, máquinas sopradoras de plástico, partes, peças, acessórios e equipamentos para atender sua linha de máquinas.

Além da fabricação de máquinas-ferramenta, máquinas para plásticos e demais produtos cuja manufatura representa a principal ocupação da sua capacidade instalada, a Companhia possui ainda fundição de peças em ferro cinzento e nodular, para atender o consumo interno, bem como, o mercado nacional e externo, com capacidade de fundir aproximadamente 50.000 toneladas/ano.

A Companhia atua mercadologicamente no setor, realizando a venda direta de seus produtos, desde 1965. Atualmente, a Companhia possui uma rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil, composta por escritórios de vendas e pontos de serviços, cobrindo todo o território nacional.

### 6.3 - Breve histórico

A Companhia possui onze unidades fabris, sendo nove em Santa Bárbara d'Oeste-SP e duas na Alemanha. Possui 08 subsidiárias de vendas localizadas nos EUA, Alemanha, França, Reino Unido, Espanha, México e duas subsidiárias indiretas, uma na China e uma nos EUA, além de agentes e representantes em todos os continentes do mundo.

Em relação ao Sistema de Gestão da Qualidade e Gestão Ambiental, desde 1994 possui a certificação conforme a norma ISO 9002 e foi certificada na versão ISO 9001:2008, que inclui todas as unidades fabris da Companhia. Em agosto de 2005, o Sistema de Gestão Ambiental da Companhia foi certificado pela norma internacional ISO 14001, já em sua versão mais atualizada, de ISO 14001:2004. Em outubro de 2008, a Unidade de Fundidos e Usinados conquistou a certificação ISO/TS 16949:2002, que a capacita a fornecer peças diretamente para as montadoras de automóveis e caminhões.

Em março de 2007, conforme as práticas de governança corporativa, a Companhia passou a ter suas ações listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 11 de abril de 2007, a Companhia concluiu a Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de sua emissão, num total de 27.971.459 ações ordinárias, sendo 12.000.000 de novas ações emitidas e 15.971.459 em oferta secundária, num montante global de 419.572 milhões de reais. A emissão de novas ações resultou numa captação bruta para a Companhia de 180 milhões de reais. Os recursos captados foram utilizados para a realização de investimentos voltados ao aumento da eficiência da Companhia, beneficiando os seus acionistas, parceiros, colaboradores e a comunidade.

Em janeiro de 2008, adquiriu a empresa J.A.C. Indústria Metalúrgica Ltda., tradicional fabricante de máquinas sopradoras de plásticos, objetivando a expansão da sua gama de produtos.

Em julho de 2008 concluiu a aquisição dos ativos da Sandretto Industrie S.r.l. Tradicional fabricante italiana de injetoras de plástico, o complexo empresarial da Sandretto compreende duas unidades fabris nas cidades italianas de Grugliasco e Pont Canavese, na região de Turim, além de quatro subsidiárias comerciais na Europa e vários centros de serviço, escritórios de venda e representações comerciais em diversos países.

Em abril de 2009, deu início às atividades da nova fundição, destinada para produção de peças de grande porte destinadas especialmente ao setor de energia (eólica).

Em maio de 2009 a Romi concluiu o processo de transferência de tecnologia e das operações da linha de produtos Romicon para a Kennametal Inc.

Em junho de 2010, a Romi atingiu a marca de 150 mil máquinas produzidas nas suas unidades fabris.

### 6.3 - Breve histórico

Em junho de 2010, também, foi comemorado seus 80 anos de atuação, onde destacamos o pioneirismo e inovação da Companhia.

Em 22 de dezembro de 2011, a Romi anunciou a compra, por meio da Romi Europa, sua subsidiária direta integral, da Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH (“B+W”), importante e tradicional fabricante alemã de máquinas-ferramenta.

A aquisição, concluída em 31 de janeiro de 2012, está em linha com o plano estratégico da Romi, de ampliar o seu portfólio de produtos com maior conteúdo tecnológico e expandir globalmente suas bases de operações e de mercados.

A Romi tem adicionado produtos B+W ao seu portfólio de máquinas-ferramenta, aumentando assim sua capacidade de oferecer para seus clientes da América do Sul e do Norte máquinas premium, com maior precisão, produzidas na Alemanha.

Ao longo de 2013 foi conduzido o processo de descontinuação das operações da subsidiária Romi Itália. Circunstâncias diversas levaram a Romi a optar pela liquidação voluntária, decisão aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de abril de 2013.

Em 18 de setembro de 2013 foi feita a alienação pelo valor simbólico de um Euro de: (i) do Acervo Líquido Sandretto, compreendendo o imóvel de Pont Canavese, estoques de produtos acabados e de materiais relacionados exclusivamente aos produtos Sandretto para a Scout One S.r.l. e (ii) da marca Sandretto e da propriedade intelectual relativas aos projetos de engenharia para empresa controlada pela Regione de Piemonte (órgão governamental). Como parte essencial desse processo, foi considerada a transferência de parte substancial dos empregados da Romi Itália para a Scout One, assim como os riscos trabalhistas relacionados a esses empregados.

Ficaram com a Romi as subsidiárias de vendas e prestação de serviços localizadas na França, Inglaterra e Espanha, que atualmente comercializam as máquinas injetoras de plásticos Romi produzidas no Brasil, e também as máquinas ferramenta Romi, bem como continuarão a auxiliar na estratégia da Romi de expansão e internacionalização das suas operações.

## **6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**

A Companhia não tem ciência de nenhum pedido de falência, fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

## **6.6 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

## 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A Romi é empresa líder entre os fabricantes nacionais de Máquinas-Ferramenta e para Processamento de Plástico. Detém, também, participação importante no mercado de Fundidos e Usinados. Os principais segmentos industriais que utilizam produtos da empresa são o automotivo (leves e pesados), de máquinas agrícolas, de bens de capital, de bens de consumo, de ferramentaria, de equipamentos hidráulicos, energia eólica, entre muitos outros.

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três Unidades de Negócio, a saber:

A Unidade de Negócio Máquinas Romi, que congrega as linhas de Máquinas Ferramenta (Tornos Convencionais, Tornos CNC - controle numérico computadorizado, Centros de Usinagem, Tornos Verticais, Horizontais Pesados e Extrapesados, Centros de Torneamento e Mandrilhadoras) e Máquinas para Processamento de Plástico (injetoras de plástico com força de fechamento entre 70 e 2.000 toneladas e sopradoras de plástico para peças até 100 litros). Em 2017 essa unidade foi responsável por 43% do faturamento consolidado da Companhia.

A Unidade de Máquinas Burkhardt + Weber, cujos produtos são fabricados na subsidiária alemã, destacam-se os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo comercial, aeronáutico, de energia, dentre outros. Em 2017 essa unidade foi responsável por 25% da receita consolidada da Companhia.

A Unidade de Negócio Fundidos e Usinados está capacitada para produzir aproximadamente 50.000 ton/ano de peças em ferro cinzento, nodular ou vermicular com peso individual de até 40.000 kg, tendo contribuído com 32% da Receita Operacional Líquida Consolidada de 2017.

Além da Controladora (Indústrias Romi SA), o grupo Romi é composto por mais 13 empresas:

A Romi Machine Tools Ltd. comercializa máquinas-ferramenta, peças de reposição, assistência técnica e fundidos e usinados para a América do Norte.

A Romi Europa GmbH, empresa constituída na Alemanha, é responsável pela comercialização de máquinas ferramenta, peças de reposição e assistência técnica em parte do mercado europeu, além de deter a totalidade do capital social da subsidiária Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W"). A B+W produz e comercializa centros de usinagem de grande porte, e de alta tecnologia, precisão e produtividade, assim como máquinas para aplicações especiais.

A Romi Itália S.r.l, junto com suas subsidiárias situadas no Reino Unido, Espanha e França, comercializa máquinas ferramenta e máquinas para processamento de plástico, peças de reposição e assistência técnica no mercado europeu.

A Romi A.L. S.A. é uma subsidiária constituída no Uruguai para representação comercial na América Latina, e em especial para custear participação em exposições e feiras.

A Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. é uma subsidiária registrada no Brasil possui e administra imóveis e outros recursos próprios.

## **7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas**

A Rominor Empreendimentos, subsidiária também registrada no Brasil, é uma sociedade para participação em empreendimentos imobiliários.

A IRSA Máquinas México é uma subsidiária constituída no México para a comercialização de máquinas para plástico e máquinas ferramenta, peças de reposição e assistência técnica no mercado mexicano.

### **7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista

## 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Para gerenciar suas operações, a Companhia está organizada em três unidades de negócio, as quais são base para reportar as suas informações primárias por segmento. Com o intuito de refletir as recentes mudanças organizacionais da Companhia e os relatórios que atualmente são utilizados pelo Conselho de Administração, principal tomador de decisão da Companhia, as informações por segmento, a partir das informações trimestrais do período findo em 31 de março de 2016, emitidas em 26 de abril de 2016, passaram a ser elaboradas considerando três segmentos divulgáveis, sendo: Máquinas Romi, Máquinas Burkhardt+Weber e Fundidos e Usinados (anteriormente os segmentos eram: máquinas-ferramenta; máquinas para plásticos; e fundidos e usinados).

### a - Produtos e serviços comercializados

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três Unidades de Negócios:

Máquinas Romi: Composta pelas linhas de Máquinas Ferramenta (Tornos Convencionais, Tornos CNC - controle numérico computadorizado, Centros de Usinagem, Tornos Verticais, Horizontais Pesados e Extrapesados, Centros de Torneamento e Mandrilhadoras) e Máquinas para Processamento de Plástico (injetoras de plástico com força de fechamento entre 70 e 2.000 toneladas e sopradoras de plástico para peças até 100 litros).

Máquinas Burkhardt + Weber: Produtos fabricados na subsidiária alemã, onde se destacam os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo comercial, aeronáutico, de energia, dentre outros.

Fundidos e Usinados: Capaz de produzir aproximadamente 50.000 ton/ano de peças em ferro cinzento, nodular ou vermicular com peso individual de até 40.000 kg.

## 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

### b - Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A tabela a seguir demonstra a receita operacional líquida por unidade de negócio e sua respectiva participação percentual.

	R\$ mil		
Unidade de Negócio	2.017	2.016	2.015
<b>Máquinas Romi</b>	<b>292.633</b>	<b>262.982</b>	<b>307.368</b>
<i>% participação na ROL</i>	<i>43,5%</i>	<i>44,8%</i>	<i>50,7%</i>
<b>Máquinas Burkhardt + Weber</b>	<b>165.980</b>	<b>114.861</b>	<b>163.347</b>
<i>% participação na ROL</i>	<i>24,7%</i>	<i>19,6%</i>	<i>26,9%</i>
<b>Fundição e Usinados</b>	<b>214.260</b>	<b>209.074</b>	<b>135.916</b>
<i>% participação na ROL</i>	<i>31,8%</i>	<i>35,6%</i>	<i>22,4%</i>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>672.873</b>	<b>586.917</b>	<b>606.631</b>

### c - Lucro ou prejuízo operacional resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Companhia não apura atualmente o lucro líquido por segmento operacional. Essa apuração é realizada somente até o lucro operacional e está demonstrada a seguir:

	R\$ mil			
Lucro (Prejuízo) Operacional	Máquinas Romi	Máquinas B+W	Fundidos e Usinados	Total
<b>2017</b>	19.924	8.024	23.317	51.265
<b>2016</b>	(41.939)	(8.786)	6.291	(44.434)
<b>2015</b>	(7.035)	8.266	(3.276)	(2.045)

**(a) Características do processo de produção**

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três unidades de negócios. A unidade de negócios de Máquinas Romi, a de Máquinas Burkhardt+Weber e a de Fundidos e Usinados, distribuídas em onze unidades fabris, sendo nove em Santa Bárbara d'Oeste - SP e duas na Alemanha na cidade de Reutlingen.

Os processos básicos de fabricação são fundição, usinagem, chaparia, montagem eletroeletrônica e montagem final.

A característica comum dos processos produtivos dos nossos três segmentos de negócio é a verticalização. Nos segmentos de Máquinas Romi e Máquinas B+W, o desenvolvimento do produto é realizado por equipes próprias a partir de tecnologia desenvolvida internamente e da interação com escritórios de projeto e institutos de desenvolvimento no exterior. Alguns produtos contam com tecnologia licenciada por fabricantes de máquinas no exterior. O desenvolvimento dos processos de fabricação de componentes e montagem é realizado também por equipes próprias e os componentes "mecânicos" são fabricados internamente, a partir da usinagem de ferro fundido (produção própria) ou de aço (adquirido no mercado).

Os componentes "não mecânicos" são comprados no mercado interno e externo e consistem basicamente em materiais elétricos, motores, sistemas de controle CNC, componentes hidráulicos e pneumáticos. Além disso, são realizados (i) a fabricação interna das coberturas metálicas (chaparia) das máquinas, a partir do aço adquirido no mercado; (ii) a montagem interna dos sistemas de controle das máquinas, composto do painel elétrico, dos cabos e dos motores; (iii) a montagem interna de subsistemas mecânicos de precisão, tais como cabeçotes, torres, trocadores de ferramenta, fusos de esfera e unidades de injeção; e (iv) a montagem final dos produtos, em linhas ou células específicas para cada família de produto, incluindo testes e inspeções de qualidade. São realizadas ainda a entrega do produto no local indicado pelo cliente, instalado e em funcionamento.

Já no segmento de fundidos e usinados, o produto é desenvolvido pelo cliente. A Romi recebe o desenho e especificações, suficientes para desenvolver o processo de fabricação do fundido e da usinagem do mesmo, transformando-o em peça acabada. Os processos de fabricação do fundido e da usinagem da peça são desenvolvidos internamente, nas Unidades Fabris 10 e 82 (fundição) e 01, 11 e 81 (usinagem), respectivamente. Os projetos dos ferramentais necessários para a fundição e usinagem das peças são projetados internamente. O ferramental para fundição (modelos) e usinagem são fabricados tanto pela Companhia quanto comprados no mercado local, de fornecedores localizados na região toda a produção de peças fundidas, a partir de ferro fundido, é realizada internamente pelas UF10 e UF82 e parte das operações de acabamento do fundido bruto (processo conhecido como "rebarbação") é realizada por fornecedores da região. A usinagem e pintura de peças fundidas é realizada

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

internamente, sendo pintura na UF10 e usinagem nas UF01, UF11 e UF81 e eventualmente por fornecedores da região.

A fundição (realizada na UF10) conta com duas linhas de moldagem automatizadas, para peças de até 450 kg e alta produção, e linhas semi-automática e manual, para lotes menores e peças de até 15 toneladas de peso. A fundição (realizada na UF82) conta com uma linha de moldagem, para peças de até 40 toneladas.

O processo de desenvolvimento tecnológico é responsabilidade dos Departamentos de Engenharia de Produtos. Conseguindo, com isso, melhorias e ganhos de produtividade no desenvolvimento de novos projetos e acompanhamento dos produtos atuais. Estes departamentos congregam uma estrutura permanente de desenvolvimento tecnológico própria, baseada nos setores de Engenharia de Produtos e de Métodos.

O desenvolvimento tecnológico próprio na Romi, voltado a seus produtos e processos, já resultou no depósito e concessão de diversas patentes em inúmeros países na América, Europa e Ásia ao longo de sua existência. Além do desenvolvimento próprio, a Romi tem complementado seu acervo tecnológico através de acordos de colaboração tecnológica com empresas líderes em nível global, tendo vigente atualmente contrato de transferência de tecnologia relacionado à Mandrilhadoras.

Os conceitos de qualidade fazem parte das estratégias de produção da companhia. Desde 1994 a Romi está certificada na norma ISO de Sistema de Gestão da Qualidade, cujo escopo contempla todas as unidades fabris. Em 2017 a Companhia atualizará a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade para ISO 9001:2015. Em agosto de 2005, a Companhia foi certificada pela norma internacional ISO 14001. O certificado foi mantido desde então e atualizado para ISO 14001:2015. Em outubro de 2008, a Unidade de Fundidos e Usinados conquistou a certificação ISO/TS 16949:2002, que a capacita a fornecer peças diretamente para as montadoras de automóveis e caminhões. Em 2017 será iniciado um trabalho de migração para IATF 16949:2016 que será concluído em junho de 2018.

A Companhia possui seguro de todo seu imobilizado e os riscos do processo de produção que possam gerar paralização são praticamente inexistentes. A Companhia pratica uma consistente política de seguros, por meio da qual mantém contratadas apólices de “seguros de transportes nacionais e internacionais”, “seguro de crédito à exportação”, “seguro de veículos” da Companhia, “seguro garantia”, “seguro compreensivo empresarial (Property)” e “seguro de responsabilidade civil”. Existe também coberturas para lucros cessantes na Unidade de Fundidos.

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

#### (b) Características do processo de comercialização

A Companhia atua mercadologicamente no setor, realizando a venda direta de seus produtos, desde 1965. Atualmente, a Companhia possui uma rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil e pontos de serviços, cobrindo todo o território nacional.

A Romi, na década de 1960, sentindo a necessidade de maior proximidade e interação com seus clientes, passou do sistema de venda através de revendedores para o sistema de “vendas diretas”, sistema este que recebe uma série de melhorias contínuas, e permanece até hoje como o melhor sistema de comercialização de máquinas no Brasil. O objetivo principal da venda direta é oferecer o produto certo para a necessidade específica de cada cliente. Mais do que a simples venda de um produto, a Romi vende uma solução completa para os clientes. O sucesso desse sistema decorre da seguinte forma de atuação:

- i. Cobertura em todo o território nacional, seja por filial de vendas ou vendedores e técnicos de serviços residentes, todos empregados da Companhia.
- ii. Departamento de engenharia de vendas e marketing para analisar as necessidades técnicas dos clientes, com indicação de máquinas, estudos de processos, treinamento de operação/programação. E em muitos casos, a venda da solução segue o sistema turn key, ou seja, com o fornecimento completo, desde a escolha das máquinas, processo, lay out da planta fabril até o programa de produção e treinamento de mão de obra aplicada.
- iii. Departamento de serviço pós-venda com técnicos de serviço altamente treinados, não só para atendimento no campo, mas também através da RAI – Romi Assistência Integral para dar assessoria ao cliente, via telefone e/ou através de acesso remoto a máquina do cliente. Existe também uma equipe, não só para o treinamento dos os técnicos de serviço, mas também dos técnicos de nossos clientes.
- iv. Departamento financeiro com uma equipe para dar apoio total aos clientes, principalmente pelo sistema Finame.

Em termos promocionais dos produtos, a Compoanhia participa anualmente das principais feiras do Brasil, incluindo a FEIMEC, PLÁSTICO BRASIL E EXPOMAFE. Estes três eventos, conhecidos mundialmente, ocorrem no *São Paulo Expo Exhibition and Convention Center*, na cidade de São Paulo. Estas feiras ocorrem sempre no primeiro semestre, alternando a cada dois anos (FEIMEC anos pares e PLÁSTICOS BRASIL/EXPOMAFE anos ímpares).

A empresa conta com onze unidades fabris, sendo quatro de montagem final de máquinas industriais, duas fundições, três de usinagem de componentes mecânicos, uma para fabricação de componentes de chapas de aço e uma planta para montagem de painéis eletrônicos. Dessas, nove estão localizadas no Brasil e duas na Alemanha. A capacidade instalada de produção de máquinas industriais e de fundidos é de,

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

respectivamente, cerca de 3.500 unidades e 50.000 toneladas por ano. Além das duas unidades fabris na Alemanha, possui 9 subsidiárias de vendas localizadas nos EUA, Alemanha, Itália, França, Reino Unido, Espanha, México e 2 controladas indiretas, uma na China e outra nos EUA, além de agentes e representantes em todos os continentes do mundo.



Disponível em <http://www.romi.com/romi-no-mundo/>

#### (c) Características dos mercados de atuação, indicando (i) participação em cada um dos mercados; e (ii) condições de competição nos mercados

Mercado Interno:

A Companhia realiza suas vendas e presta assistência técnica aos seus produtos, com abrangência em todo o território nacional.

Mercado Externo:

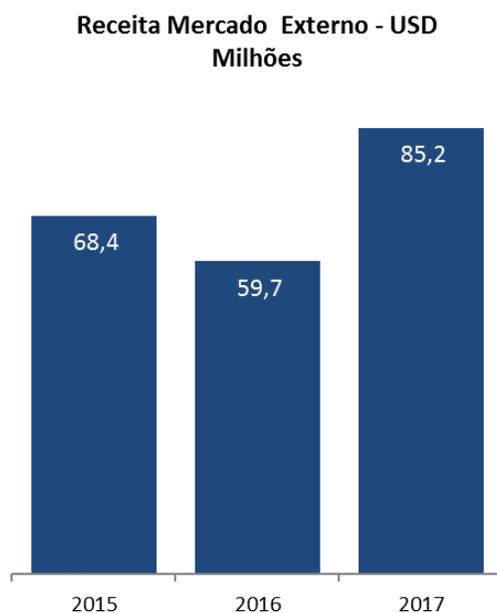
Para a unidade de negócios Máquinas Romi, a Companhia exporta seus produtos a vários países da América Latina, América do Norte, Europa, Ásia e Oceania, através de exportação direta, subsidiárias de vendas, revendedores e trading companies. Na América do Norte a Companhia possui uma subsidiária nos EUA, a Romi Machine Tools e no México (IRSA Máquinas México). Para o continente europeu, a Companhia tem uma subsidiária integral na Alemanha, denominada Romi Europa GmbH, com o objetivo de vendas e distribuição dos produtos, além de subsidiárias de vendas na Itália, Espanha, França e Reino Unido.

Já para a Unidade de Negócio Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH (“B+W”), empresa mundialmente reconhecida pelo alto grau de sofisticação e tecnologia dos seus produtos, onde destacam-se os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo

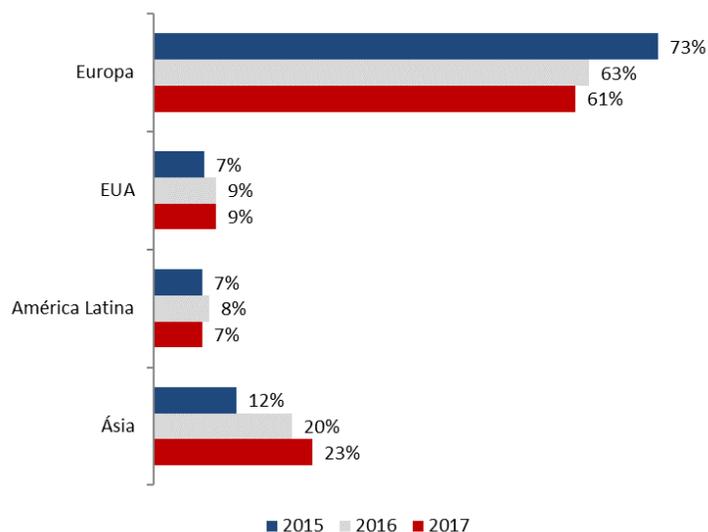
### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

comercial, aeronáutico, de energia, dentre outros. Essa operação oferece máquinas premium produzidas na Alemanha para seus clientes na América do Sul e do Norte, produtos esses vendidos diretamente e também por representantes comerciais no mundo todo, inclusive, na China e EUA, por meio de subsidiárias exclusivas.

Em 2017, as receitas oriundas do mercado externo representaram 40% (US\$ 85 milhões) da Receita Operacional Líquida, em comparação com 35% (US\$ 60 milhões) em 2016. Neste período, a Europa representou 61% (63% em 2016), os EUA representaram 9% (9% em 2016), a América Latina 7% (8% em 2016) e a Ásia 23% (20% em 2016).



As principais regiões onde a Romi vende seus produtos estão representadas no gráfico a seguir.



### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

#### Processo Competitivo:

O setor de Máquinas Romi é aberto à concorrência e com a retomada da atividade econômica, tem se mostrado um ambiente bastante competitivo. Atualmente, a maior concorrência para essa unidade de negócio de máquinas industriais são os fabricantes estrangeiros.

A Companhia dispõe de todas as condições para concorrer em preços e características técnicas, tanto com os produtos nacionais como os importados, o que permite operar com margens atrativas. Para os fundidos e usinados a Romi também está inserida em um ambiente muito competitivo, entretanto a busca contínua pela fabricação de produtos mais complexos e com maior valor agregado, poderá nos permitir a obtenção de margens mais atrativas.

Os maiores competidores no setor de Máquinas Romi são os produtos importados. No setor de fundidos e usinados, os maiores concorrentes são Companhias nacionais.

Dentre os principais concorrentes nacionais no setor de Máquinas Romi, na categoria de máquinas-ferramenta pode-se citar a Ergomat Indústria e Comércio Ltda., a Index Tornos Automáticos Indústria e Comércio Ltda., Heller Máquinas Operatrizes Ltda e a B Grob Brasil S/A. Dentre os principais concorrentes estrangeiros no setor de Máquinas Romi na categoria de máquinas-ferramenta, pode-se citar as japonesas Yamaki Mazak Corporation, DMG-Mori, Okuma Corporation.. Além destas, pode-se citar as Coreanas Hyundai - WIA Machine Corporation e Doosan Infracore Machine Tools (Coréia) e a Haas Automation, Inc (EUA).

Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de máquinas injetoras de plástico, pode-se citar: Haitian do Brasil Ltda., Battenfeld do Brasil Ltda., Engel do Brasil Ltda., Arburg Ltda., Milacron do Brasil Ltda., Sumitomo/Demag do Brasil, Simco (Log), Pavan Zanetti (Haixing). Dentre os principais concorrentes estrangeiros, no setor de máquinas injetoras de plástico, pode-se citar: Haitian, Yzumi, Arburg, Chen Hsong, Krauss Maffei, Demag Sumitomo, Cheng Hsong, Engel, BMB, LS Mtron, Borsche, Log Machine, Bole (Eurostec).

Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de Máquinas Romi na categoria de máquinas sopradoras, pode-se citar Uniplas Indústria Comércio Importação e Exportação de Máquinas e Plásticos Ltda, J.B. Lemanski & Cia Ltda (JBL PET), Multipet Sopradoras, Pavan & Zanetti, Pintarelli e Multipack. Dentre os principais concorrentes estrangeiros, no setor de Máquinas Romi na categoria de sopradoras, pode-se citar Pavan & Zanetti, Sidel, Techne, Magic e vários representantes com máquinas chinesas.

Fundidos e Usinados: A Romi é também um importante fabricante brasileiro de peças fundidas e usinadas, detendo uma participação de aproximadamente 4% do mercado nacional, nos segmentos onde atua, exceto no segmento Eólico, onde a Companhia detém aproximadamente 50% do mercado. As peças fundidas e usinadas são destinadas

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

principalmente à indústria automotiva pesada e leve, agrícola, construção e mineração, de energia eólica e de bens de capital. Dentre os principais concorrentes nacionais no setor de fundidos e usinados, pode-se citar a BR Metals, Fundimisa, Castertech, Fundimig, Fundituba, Hubner, Intercast, Lepe, Schultz, Tupy, Moreno, Wetzels, Teksid, Farina, L. Alberti e WHB.

#### **(d) Eventual sazonalidade**

Sazonalidade de Matérias Primas:

Não há.

Sazonalidade de Produtos:

A indústria de bens de capital depende, fundamentalmente, do crescimento da economia nacional e internacional, pois suas vendas dependem dos investimentos, que só ocorrem em condições de estabilidade política com crescimento econômico.

O primeiro trimestre, na comparação com os demais trimestres, historicamente reflete um desempenho menor, decorrente de férias coletivas e feriados, bem como, de expectativas de realizações das feiras mecânicas no início de abril. Portanto a retomada dos negócios no segundo trimestre é natural.

#### **(e) Principais insumos e matérias primas, informando (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços.**

O fornecimento de matérias-primas e insumos é de grande importância para as atividades da Companhia e é responsável por aproximadamente 63% do custo de produção. Atualmente o fornecimento regular de insumos é realizado por aproximadamente 2.000 fornecedores. Cerca de 34% das matérias-primas e insumos comprados são importados, principalmente dos EUA, Alemanha e Taiwan, os demais 66% dos itens comprados são adquiridos no mercado doméstico. Não há dependência de nenhum fornecedor específico para o fornecimento de matéria-prima ou de insumos. Os custos são continuamente analisados e os preços de insumos utilizados na fabricação de nossos produtos, tais como itens eletrônicos, elétricos, mecânicos, hidráulicos, ferramentas, resinas, ferro gusa entre outros frequentemente monitorados.

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Segue abaixo tabela com os principais fornecedores:

Fornecedor	Localização	Produto Fornecido
FANUC FA AMERICA CORP.	Estados Unidos	CNC e Servo-Motores
FOSECO INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA	São Paulo - SP	Resinas e Insumos para Fundição
SIEMENS AG	Alemanha	CNC e Servo-Motores
BOSCH REXROTH LTDA	Atibaia - SP e Pomerode - SC	Componentes Hidráulicos e Mecânicos
COM. DE SUCATAS NARCISO LTDA	Santa Bárbara D'Oeste - SP	Sucatas para Fundição
HIWIN TECHNOLOGIES CORP	Taiwan	Fusos e Guias de Esferas
JCF METALURGICA LTDA	Piracicaba - SP	Rebarbação de peças da Fundição
NAVARRO COM FERROS E METAIS LTDA	São Paulo - SP	Sucatas para Fundição
DUPLOMATIC AUTOMATION SRL	Itália	Torres e Suportes de Ferramentas
MONTE MOR REBARBAÇÃO E JATEAMENTO DE METAL LTDA	Monte Mor - SP	Rebarbação de peças da Fundição
CBF INDUSTRIA DE GUSA S/A	João Neiva - ES	Ferro Gusa
MALCON METALURGICA LTDA	Americana - SP	Itens de chaparia
IRON & STEEL ACABAMENTO DE FUNDIDOS LTDA	Nova Odessa - SP	Rebarbação de peças da Fundição

#### 7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Os clientes são atendidos por uma equipe de vendas especializada, que, no Brasil, é composta por vendedores próprios, através de filiais, ou através de representantes comerciais. A nossa rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil é realizada através de filiais de vendas e vendedores, distribuídos pelos principais pontos do território nacional, com administração de vendas centralizada em São Paulo.

Contamos com mais de 2.000 clientes ativos na unidade de negócio de Máquinas Romi, mais de 13.000 clientes ativos consumidores de peças de reposição e aproximadamente 70 clientes ativos na unidade de negócio de fundidos e usinados. Consideramos clientes ativos aqueles que compraram nossos produtos nos últimos 05 anos.

O quadro a seguir demonstra a participação da nossa carteira de clientes em nossa receita operacional líquida:

Carteira de Clientes	% sobre a receita operacional líquida da Companhia em 2017
10 maiores	31,9%
20 maiores	42,7%
50 maiores	56,6%
100 maiores	64,7%
200 maiores	72,5%
500 maiores	82,2%

Grande parte da base de nossos clientes é composta por pequenas empresas familiares.

##### (a) Montante total de receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

##### (b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas proveniente do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

### **(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Todas as nossas unidades produtivas são inspecionadas e licenciadas pela autoridade competente, para a expedição do respectivo alvará (licença de funcionamento).

Na data deste Formulário de Referência, nossos estabelecimentos estão devidamente regularizados perante os órgãos competentes aos quais estamos sujeitos, mantemos responsáveis técnicos junto aos conselhos regionais correspondentes, bem como todos os registros e/ou cadastros de nossos produtos estão em vigor.

### **(b) Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

Nossas atividades estão sujeitas à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

As violações à legislação ambiental podem ainda caracterizar crime ambiental, atingindo tanto os nossos Administradores, que podem até ser presos, como a própria pessoa jurídica. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas como multas a serem aplicadas conforme legislação vigente, suspensão temporária ou definitiva de atividades. Tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas nossas operações, como a disposição final de resíduos, não exime a nossa responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), assim como a implementação de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pelo empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas tais como multas e interdição de atividades.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a nossa eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos nossos empreendimentos.

Nós procuramos executar todas as nossas atividades com a observância da legislação ambiental vigente, incluindo a obtenção das licenças e autorizações ambientais exigidas pelos órgãos competentes.

Submetemos nosso Sistema de Gestão Ambiental à auditoria da ABS Quality Evaluation, para a certificação pela ISO 14001 versão 2015, tendo sido certificado pela primeira vez em 12 de agosto de 2005 e recertificado em 9 de junho de 2017, as unidades em Santa Bárbara d'Oeste - SP, Brasil.

A certificação obtida pela Companhia vem comprovar o seu compromisso com o Meio Ambiente, inserindo princípios ambientais aplicáveis a todos os seus processos, fortalecendo a consciência ambiental dos seus colaboradores, buscando conscientemente o atendimento à legislação, prevenindo a poluição e melhorando continuamente o seu desempenho ambiental.

Os gastos totais com meio ambiente no ano de 2017, 2016 e 2015 foram respectivamente R\$ 833 mil, R\$ 853 mil e R\$ 1.527 mil.

### **(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

A Companhia tem como filosofia a melhoria contínua de seus processos, para tanto se compromete com a qualidade de seus produtos e serviços, tendo como objetivo principal assegurar a satisfação de seus clientes, razão pela qual mantém sua competitividade e crescimento.

Os Departamentos de Engenharia de Produtos e suas respectivas unidades de negócios - máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos são responsáveis pelo processo de desenvolvimento tecnológico, o que permitiu melhorias e ganhos de produtividade no desenvolvimento de novos projetos e acompanhamento dos produtos atuais. Tais departamentos congregam uma estrutura permanente de desenvolvimento tecnológico, baseada nos Departamentos de Engenharia de Produtos e de Métodos.

O desenvolvimento tecnológico próprio da Companhia, voltado a produtos e processos, já resultou no depósito e concessão de mais de 60 patentes em diversos países da América, Europa e Ásia.

Além do desenvolvimento próprio, a Companhia possui em seu acervo tecnológico acordos de colaboração tecnológica com empresas líderes em nível global.

Atualmente, a Companhia possui 9 patentes em vigor, sendo 2 no Brasil e 7 no exterior, além de uma patente requerida no Reino Unido; e o registro de 17 marcas no Brasil e de 36 no exterior, sendo que 2 foram requeridas no Brasil.

## **7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades**

**(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

A parcela da receita operacional líquida decorrente de vendas a clientes localizados no Brasil para os anos de 2017, 2016 e 2015 estão evidenciadas no quadro a seguir.

**(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

A parcela da receita operacional líquida decorrente de vendas a clientes localizados em países estrangeiros para os anos de 2017, 2016 e 2015 estão evidenciadas no quadro a seguir.

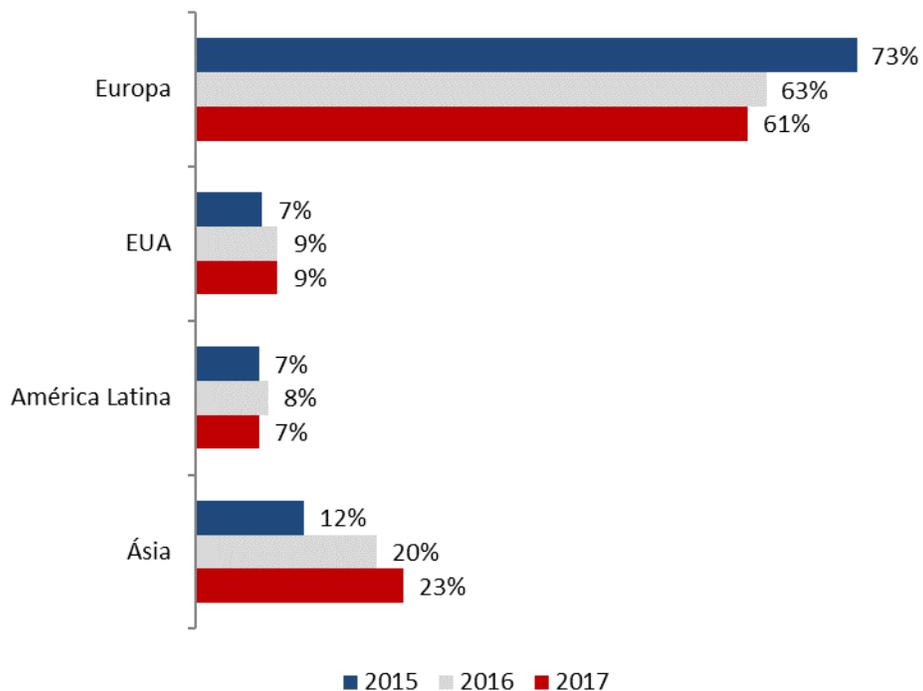
<b>Mercado</b>	<b>2.017</b>	<b>2.016</b>	<b>2.015</b>
<b>Mercado Interno</b>	<b>401.095</b>	<b>378.595</b>	<b>357.653</b>
<i>% participação na ROL</i>	<i>59,6%</i>	<i>64,5%</i>	<i>59,0%</i>
<b>Mercado Externo</b>	<b>271.778</b>	<b>208.322</b>	<b>248.978</b>
<i>% participação na ROL</i>			<i>41,0%</i>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>672.873</b>	<b>586.917</b>	<b>606.631</b>

**(c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Europa	25%	22%	30%
EUA	4%	3%	3%
América latina	3%	3%	3%
Ásia	9%	7%	5%
<b>Mercado Externo</b>	<b>41%</b>	<b>35%</b>	<b>41%</b>

### 7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

#### Distribuição da receita no mercado externo



## **7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades**

A Companhia obedece a regulação pertinente aos produtos que ela comercializa em diferentes países.

Movimentos atípicos, como medidas protecionistas ou quedas de mercado podem de algum modo afetar as vendas de seus produtos. Contudo, a concentração de vendas, seja por país destinatário, ou cliente específico não é relevante no montante total de vendas do emissor.

## 7.8 - Políticas socioambientais

### Política integrada para qualidade, meio ambiente e saúde e segurança ocupacional

A Romi está comprometida com:

- **Foco no cliente**  
Assegurar a satisfação dos seus clientes, desenvolvendo e fornecendo produtos e serviços com qualidade e que atendam os seus requisitos;
- **Atendimento à legislação e normas**  
Atender os requisitos aplicáveis de legislação e normas da qualidade, meio ambiente e saúde e segurança ocupacional;
- **Envolvimento das pessoas**  
Motivar, conscientizar, desenvolver e qualificar seus colaboradores, tornando-os aptos para a realização das suas atividades;
- **Prevenção**  
Prevenir a poluição e reduzir os aspectos ambientais nos processos, produtos e serviços; Prevenir acidentes, controlar os riscos e proteger a saúde dos colaboradores, prestadores de serviços e visitantes;
- **Melhoria contínua**  
Melhorar continuamente a eficácia do sistema de gestão integrado, os seus produtos, serviços, processos, desempenho ambiental e de saúde e segurança ocupacional.
- **Meio ambiente**  
Considerando que a ROMI tem como um dos seus princípios fundamentais o respeito ao meio ambiente, todos os Colaboradores devem, no exercício de suas atribuições, ter compromisso com a preservação do meio ambiente e com a adoção de ações que busquem melhorar a qualidade de vida do ser humano. Todos os negócios da ROMI devem ser conduzidos em total conformidade com a legislação ambiental, com a busca de aperfeiçoamentos nos seus processos operacionais, dentro do conceito de desenvolvimento sustentável.

Esta política deve assegurar retorno consistente ao capital investido pelo Acionista.

## **7.9 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

## 8.1 - Negócios extraordinários

### Fato relevante publicado em 15 de setembro de 2015

Celebração, através de sua subsidiária integral Romi Empreendimentos Imobiliários S.A. de Contrato para Promoção de Empreendimento Imobiliário com CEMARA Negócios Imobiliários Ltda. , a fim de estabelecer as condições para implementação de empreendimento imobiliário em seus imóveis objeto das matrículas nº 40.741 e nº 26.751, com área total de 341.681m<sup>2</sup>, localizados em Santa Bárbara d'Oeste, SP.

### Fato relevante publicado em 05 de outubro de 2015

Venda, através de sua subsidiária italiana Romi Italia S.r.l. ("Romi Italia"), para a empresa italiana Barbero Pietro S.p.A, do imóvel (terreno com edificação) de propriedade da Romi Italia, com área total de 16.073m<sup>2</sup>, localizado na Via Primo Levi, nº 4, Comune di Grugliasco (TO), Itália, pelo valor de € 3.875.000,00.

### Fato relevante publicado em 25 de novembro de 2015

Venda, através de sua subsidiária ROMINOR – Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor"), para a empresa Lare Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Lare"), de imóveis (terrenos com edificações) de propriedade da Rominor, com área total de 3.530m<sup>2</sup> e área construída de 5.619m<sup>2</sup>, localizados no bairro Vila Romana, na cidade de São Paulo, pelo valor total de R\$ 16.000.000,00.

## **8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Não houve alteração na condução de negócios para os exercícios apresentados.

### **8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

#### **Fato relevante publicado em 25 de novembro de 2015**

Celebração, através de sua subsidiária ROMINOR – Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. de contrato de promessa de venda e compra de imóveis com a empresa Lare Empreendimentos Imobiliários Ltda., cujo objeto foi a venda de imóveis (terrenos com edificações) de propriedade da Rominor, com área total de 3.530m<sup>2</sup> e área construída de 5.619m<sup>2</sup>, localizados no bairro Vila Romana, na cidade de São Paulo, pelo valor total de R\$ 16.000.000,00.

#### **Fato relevante publicado em 5 de outubro de 2015**

Celebração, através de sua subsidiária italiana Romi Italia S.r.l. de Contrato de Promessa de Venda e Compra de Imóvel com a empresa italiana Barbero Pietro S.p.A., cujo objeto é a venda de imóvel (terreno com edificação) de propriedade da Romi Italia, com área total de 16.073m<sup>2</sup>, localizado na Via Primo Levi, nº 4, Comune di Grugliasco (TO), Itália, pelo valor de € 3.875.000,00.

#### **Fato relevante publicado em 15 de setembro de 2015**

Celebração, através de sua subsidiária integral Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. de Contrato para Promoção de Empreendimento Imobiliário com CEMARA Negócios Imobiliários Ltda. , a fim de estabelecer as condições para implementação de empreendimento imobiliário em seus imóveis objeto das matrículas nº 40.741 e nº 26.751, com área total de 341.681m<sup>2</sup>, localizados em Santa Bárbara d'Oeste, SP.

#### **8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia decidiu com base na conclusão dos trabalhos de revisão e adequação da averbação das matrículas das suas propriedades, assim como nas perspectivas de expansão das suas atividades no curto e médio prazo, classificar parte das propriedades na rubrica de “Propriedades para Investimento”, mantendo-as com o objetivo de valorização de capital. Os montantes classificados em propriedades para investimentos são de R\$13.500 (R\$13.227 – em 31 de dezembro de 2016) na controladora e R\$18.602 (R\$17.538 – em 31 de dezembro de 2016) no consolidado.

As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico, e para fins de divulgação do seu valor justo, a Companhia contratou avaliador independente que através da aplicação de metodologia definida pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, a qual também utiliza evidências no mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares, que avaliou essas propriedades ao valor justo, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R\$51.357 na controladora e R\$147.194 no consolidado.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Máquinarios e equipamentos industriais	Brasil	SP	Santa Barbara d'Oeste	Própria
Terrenos com edificações, plantas industriais Romi Brasil	Brasil	SP	Santa Barbara d'Oeste	Própria

## **9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Os itens referentes a este formulário estão representados integralmente no item 9.2 Outras inf. – relev. – Ativos Relev.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Irsa Máquinas México S. de R.L. de C.V.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	México			Comercialização e prestação de serviços relacionados aos produtos fabricados pela Companhia	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2017	-39,875112	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2017	674.000,00		
31/12/2016	-8,106205	0,000000	0,00					
31/12/2015	269,391461	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Comercialização e prestação de serviços relacionados aos produtos fabricados pela Companhia no México.								
Romi A.L. S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Uruguai			Representação comercial para a América latina.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2017	6,786149	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2016	6.137.000,00		
31/12/2016	-8,078771	0,000000	0,00					
31/12/2015	55,888115	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Representação comercial para a América latina.								
Romi Europa GmbH	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Alemanha			Assistência técnica e apoio a revendedores da Europa, Ásia, África e Oceania e participação em empresas.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2017	19,577771	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2017	101.671.000,00		
31/12/2016	-25,853357	0,000000	0,00					
31/12/2015	34,242103	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
É estratégico para a Companhia manter uma assistência técnica permanente para seus clientes nos continentes referenciados.								
Romi Itália S.R.L.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Itália			Empresa dona das subsidiárias da França, UK e Espanha que são responsáveis por distribuição de máquinas para plástico e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2017	12,720086	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	6.274.000,00		
31/12/2016	-61,530475	0,000000	0,00					
31/12/2015	207,028314	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Comercialização de máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.								
Romi Machine Tools, Ltd.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Comercialização de máquinas-ferramenta, peças de reposição, assistência técnica e fundidos e usinados para a América do Norte.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2017	-143,398693	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	-664.000,00		
31/12/2016	-71,010467	0,000000	0,00					
31/12/2015	-144,614559	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Comercialização de máquinas-ferramenta, peças de reposição, assistência técnica e fundidos e usinados para a América do Norte.								
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	Santa Bárbara d Oeste	Atividade imobiliária, inclusive compra e venda, locação de imóveis próprios, exploração de direitos imobiliários, intermediação de negócios imobiliários e prestação de fianças e avais.	93,070000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2017	-2,498459	0,000000	4.442.000,00	Valor contábil	31/12/2017	20.566.000,00		
31/12/2016	-30,994347	0,000000	12.551.000,00					
31/12/2015	40,053845	0,000000	6.690.000,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Atividade imobiliária, inclusive compra e venda, locação de imóveis próprios, exploração de direitos imobiliários, intermediação de negócios imobiliários e prestação de fianças e avais.								
Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A.	62.091.038/0001-74	-	Controlada	Brasil	SP	Santa Bárbara d Oeste	Participação em empreendimentos imobiliários.	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2017	-0,742881	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	2.405.000,00		

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2016	56120,401322	0,000000	0,00					
31/12/2015	-1324,924950	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Participação em empreendimentos imobiliários.								

## 9.2 - Outras informações relevantes

A Companhia tem registrado em sua subsidiária indireta, Burkhardt+Weber, os Intangíveis conforme seguem, não registrados no item 9.1.b.

Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Tecnologia	Entre 15 e 20 anos	Alienação	Não se aplica
Relacionamento com o cliente	20 anos	Alienação	Não se aplica
Marca	Indeterminado	Alienação	Não se aplica

### **(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

O ano de 2017 continuou demonstrando fraca atividade econômica e alta volatilidade, porém, pode-se notar em alguns dados macroeconômicos indicativos sólidos de uma recuperação da economia brasileira, como, por exemplo, a evolução nos índices de confiança e a melhora da utilização da capacidade instalada, apresentados a seguir. Essas melhoras nos dados macroeconômicos começam a se materializar no volume de entrada de pedidos da Unidade de Máquinas Romi, e de uma maneira mais significativa na Unidade de Fundidos e Usinada, nos segmentos automotivos comerciais e agrícolas.

A Romi continua implementando medidas com o objetivo de tornar sua estrutura mais leve e sua forma de planejar e produzir ainda mais ágil e flexível para responder rapidamente às volatilidades da demanda. Ao longo dos últimos anos, efetuamos diversas otimizações, principalmente nas estruturas indiretas, reforçamos o foco em projetos de redução de custos e despesas e realizamos investimentos em automação e produtividade com foco no incremento da rentabilidade em 2017, mesmo em um cenário de fraca atividade econômica. Os impactos dessas medidas podem ser notados nos níveis de rentabilidade da Companhia, que apresentaram expressiva evolução em 2017.

A receita operacional líquida auferida em 2017 foi de R\$672,9 milhões, 14,6% superior à registrada em 2016, devido aos seguintes principais fatores: (i) incremento da receita de máquinas no mercado doméstico, causada pela leve melhora da economia em 2017; (ii) aumento das vendas no mercado externo reflexo da estratégia da Companhia de solidificação da marca no exterior e (iii) incremento da receita da subsidiária alemã B+W em 2017 em € 14,8 milhões, demonstrando que o faturamento tem refletido a sólida entrada e carteira de pedidos.

Em 2017, o mercado doméstico foi responsável por 59% da receita operacional líquida consolidada da Companhia. A receita obtida no mercado externo, que considera as vendas realizadas pelas subsidiárias da Romi no exterior (México, Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Espanha e B+W), foi de US\$83,8 milhões, montante 32,8% superior ao alcançado em 2016. Esse incremento na receita do mercado externo deve-se tanto à subsidiária alemã B+W quanto às subsidiárias Romi, cujos fatores estão comentados no parágrafo anterior.

Em 2017, a margem bruta foi de 28,2%, 8,3 pontos percentuais acima da obtida em 2016. Essa evolução da margem bruta possui como principais fatores: (i) ajustes operacionais com adequação da estrutura ao atual nível de atividade, principalmente nos anos de 2016 e de 2015; (ii) monitoramento rígido dos custos e despesas e (iii) melhor volume de atividade na subsidiária alemã B+W.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### (b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. Hipóteses de resgate

Não aplicável à Companhia.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável à Companhia.

### (c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia, por meio do planejamento e do controle constantes dos seus ativos e passivos financeiros, acredita não haver sinalização em relação à capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros. As dívidas da Companhia são, em sua maioria, representadas por financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com características de longo prazo e taxas de juros de mercado, conforme informações divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, disponíveis a partir de 6 de fevereiro de 2018, nos sites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 (<http://www.b3.com.br>) e da Companhia ([www.romi.com](http://www.romi.com)).

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava disponibilidades no montante total de R\$119.352 (sendo R\$105.682 em caixa e equivalente de caixas e R\$13.670 em aplicações financeiras) e dívidas financeiras de R\$121.236, sendo que R\$74.170 possuem vencimentos em 2018. Essa posição financeira resulta em uma dívida líquida no montante de R\$1.884.

Durante o ano 2017, apesar do cenário desafiador, a Companhia reduziu sua dívida líquida significativamente, passando o seu nível de endividamento de 12,91% em 31 de dezembro de 2016 para 0,29% em 31 de dezembro de 2017.

### (d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente, as principais fontes de captação de recursos da Companhia são linhas de crédito oferecidas pelo BNDES e linhas de crédito voltadas ao financiamento de componentes importados, oferecidas pela maioria dos bancos comerciais.

### (e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente, a Companhia não tem a intenção de utilizar fontes de financiamento para cobertura de liquidez.

### (f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A Companhia, em 31 de dezembro de 2017, possuía os seguintes níveis de endividamento:

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

	<b>2017</b>
Caixa e equivalentes de caixa	105.682
Aplicações financeiras	13.670
Financiamentos (parcelas do circulante)	(74.170)
Financiamentos (parcelas do não circulante)	<u>(47.066)</u>
Dívida líquida (valor de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras deduzido dos financiamentos)	(1.884)
Total disponibilidade	119.352
Total financiamento	(121.236)
Patrimônio líquido	641.969
Nível de endividamento financeiro (dívida líquida / patrimônio líquido)	0,29%
Total da dívida (circulante + não circulante)	(121.236)
Variação da dívida líquida - R\$ ano anterior	75.548

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

## i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

	Circulante		Não Circulante		Vencimento	Amortização do principal	Encargos financeiros	Garantia	Total
	2017	2016	2017	2016					
Financiamentos de exportação (a)	40.098	66.327	-	38.142	17/12/2018	Parcela única/Mensal com carência de 13 meses	Taxas 11,00% a.a. (pré-fixado) e 50% (4,26% e 4,71% a.a. + SELIC) + 50% (4,00% e 4,45% a.a. + TJLP)	Nota promissória/Fiança-Aval Rominor	40.098
Programa de Sustentação do Investimento - BNDES PSI (b1 e b2)	9.233	6.140	28.017	37.188	16/01/2023	Trimestral/Mensal	Taxas de 3,00% a 4,00% a.a.	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos	37.250
Imobilizado - moeda nacional	-	11.882	-	-	16/11/2017	Mensal	TJLP + Juros de 1,63% a.a.	Alienação fiduciária de terrenos	-
FINAME diversos	2.303	2.954	4.615	5.328	15/01/2024	Trimestral/Mensal	Taxas 3,50% a 10,53% a.a. (com variação TJLP 365/366)	Alienação fiduciária da máquina financiada/Aval Rominor/Nota Promissória	6.918
Financiamento à Importação (FINIMP)	14.533	3.878	-	-	30/11/2018	Parcela única	Juros de 3,52% a 6,25% a.a. + Variação Cambial	Clean / Aval Rominor	14.533
Finep URTJ-01 (c)	5.079	5.040	2.116	7.103	15/05/2019	Mensal	TJLP + 5,00% a.a. - Deduzido 6,00%	Fiança Bancária	7.195
<b>Controladora</b>	<b>71.246</b>	<b>96.221</b>	<b>34.748</b>	<b>87.761</b>					<b>105.994</b>
Capital de Giro Burkhardt + Weber (B+W) - Financiamento construção centro de tecnologia e administração - € (d)	-	-	12.318	12.577	16/02/2017	Parcela única	3,75% a.a. + 3,50% a.a.	Standby Indústrias Romi S.A.	2.924
					30/06/2027	Trimestral	2,40% a.a.	Ativo imobilizado (Prédio)	12.318
<b>Consolidado</b>	<b>74.170</b>	<b>99.435</b>	<b>47.066</b>	<b>100.338</b>					<b>121.236</b>

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui uma linha de financiamento oferecida pelo BNDES, denominada Finame Fabricante, que é contratada através dos agentes financeiros (bancos comerciais credenciados), cujos prazos podem ser de até 48 meses.

### iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

### iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Há um contrato na Companhia, assinado em junho de 2013, em que foi constituída uma hipoteca dos imóveis localizados na Unidade Distrito. É obrigação contratual a constituição dos seguintes covenants:

(i) Índice de Capitalização: (patrimônio líquido consolidado/ativo total consolidado) maior ou igual a 0,30.

(ii) Índice de Distribuição de Resultados: (dividendos + juros sobre o capital próprio/lucro líquido do exercício) limitado a 0,25.

Existe também um contrato na Companhia, assinado em dezembro de 2014, com a finalidade de desenvolvimento de novos produtos e produção de protótipos nacionais nos anos 2015 e 2016. É obrigação contratual a constituição dos seguintes covenants:

(i) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (patrimônio líquido/ativo total) maior ou igual a 0,40.

(ii) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (dívida total líquida/passivo total) menor ou igual a 0,25.

### **(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

A Companhia tem contrato ativo com o BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL no valor de R\$ 34 milhões destinado ao plano de investimentos em inovação para atividades de desenvolvimento de máquinas, compreendendo a concepção do produto, desenvolvimento e fabricação de protótipos, no biênio 2017 e 2018. Até a data de divulgação desse relatório, não houve captação de recursos através desse financiamento e não há obrigatoriedade em captar a totalidade de recursos do contrato.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo:		
Circulante (a)	592.193	622.443
Não circulante (b)	<u>483.230</u>	<u>461.677</u>
Total do ativo	<u>1.075.423</u>	<u>1.084.120</u>
Passivo e PL:		
Circulante (c)	280.526	290.889
Não circulante (d)	151.397	191.699
Patrimônio líquido	641.969	599.962
Participação dos não controladores	<u>1.531</u>	<u>1.570</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.075.423</u>	<u>1.084.120</u>

(a) As variações mais significativas entre as linhas do ativo circulante foram nas seguintes rubricas:

(i) “Valores a receber repasse Finame Fabricante” (R\$167.933 em 2017 e R\$102.356 em 2016). A análise dessa conta deve ser em conjunto com a mesma rubrica do não circulante. O incremento de novos negócios que utilizam essa linha de crédito foi semelhante à liquidação desses saldos no mesmo período. A variação do saldo no circulante e não circulante se deve ao envelhecimento dos recebíveis.

(ii) “Duplicadas a receber” (R\$120.303 em 2017 e R\$94.216 em 2016). O incremento dessa linha é reflexo direto do aumento da receita, que em 2017 foi R\$ 86 milhões superior ao ano de 2016.

(iii) “Estoques” (R\$241.891 em 2017 e R\$264.587 em 2016). A redução dos níveis de estoque é resultado de diversos projetos e ações com foco em otimizações e na desalavancagem operacional.

(iv) “Impostos e contribuições a recuperar” (R\$11.780 em 2017 e R\$24.402 em 2016). A redução dessa rubrica ocorreu pela utilização do saldo de PIS/COFINS, devido ao incremento da receita, além da utilização de benefícios fiscais.

(b) A variação mais significativa entre as linhas do ativo não circulante foi na seguinte rubrica:

(i) “Valores a receber repasse Finame Fabricante” (R\$79.819 em 2017 e R\$67.323 em 2016), devido aos fatores mencionados no item (a)(i) anterior.

(ii) Imobilizado e Intangível – Plano de investimento do ano e P&D da B+W.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- (iii) IR Diferido – Utilização de prejuízos fiscais de anos anteriores.
- (c) As variações mais significativas entre as linhas do passivo circulante foram nas seguintes rubricas:
- (i) “Financiamentos - FINAME Fabricante” (R\$55.463 em 2017 e R\$67.177 em 2016). A análise dessa conta deve ser feita em conjunto com a mesma rubrica do não circulante. O incremento de novos negócios que utilizam essa linha de crédito foi semelhante à liquidação desses saldos no mesmo período. A variação do saldo no circulante e não circulante se deve ao envelhecimento dos títulos a pagar.
- (ii) “Financiamentos” (R\$74.170 em 2017 e R\$99.435 em 2016). A redução dessa rubrica dá-se especialmente pelo pagamento de aproximadamente R\$ 56 milhões referente a um contrato com o BNDES voltado ao financiamento de exportações, além da reclassificação de saldos para a rubrica “Financiamentos” no passivo não circulante, em virtude das datas de vencimento desses títulos.
- (d) As variações mais significativas entre as linhas do passivo não circulante foram nas seguintes rubricas:
- (i) “Financiamentos - FINAME Fabricante” (R\$72.770 em 2017 e R\$62.953 em 2016), devido aos fatores mencionados no item (c)(i) anterior.
- (ii) “Financiamentos” (R\$47.066 em 2015 e R\$100.338 em 2016). Na rubrica classificada no passivo não circulante, em 2017 foram captados aproximadamente R\$14 milhões dentro do Programa Financiamento à importação – FINIMP, além da reclassificação de saldos para a rubrica “Financiamentos” no passivo circulante, em virtude das datas de vencimento desses financiamentos.
- (e) Como já comentado anteriormente, a receita operacional líquida auferida em 2017 foi de R\$672,9 milhões, 14,6% superior à registrada em 2016, devido aos seguintes principais fatores: (i) incremento da receita de máquinas no mercado doméstico, causada pela leve melhora da economia em 2017; (ii) aumento das vendas no mercado externo reflexo da estratégia da Companhia de solidificação da marca no exterior e (iii) incremento da receita da subsidiária alemã B+W em 2017 em € 14,8 milhões, demonstrando que o faturamento tem refletido a sólida entrada e carteira de pedidos.
- (f) Em 2017, a margem bruta foi de 28,2%, 8,3 pontos percentuais acima da obtida em 2016. Essa evolução da margem bruta possui como principais fatores: (i) ajustes operacionais com adequação da estrutura ao atual nível de atividade, principalmente nos anos de 2016 e de 2015; (ii) monitoramento rígido dos custos e despesas e (iii) melhor volume de atividade na subsidiária alemã B+W.
- (g) A margem operacional (Earnings Before Interest and Taxes - EBIT) registrada em 2017 foi positiva em 7,6%, apresentando um crescimento de 15,2 pontos percentuais em relação a 2016, decorrente dos seguintes fatores: (i) melhora no mix (mais máquinas novas vs máquinas usadas) de produtos da unidade de máquinas Romi; (ii) maior volume de produção ao longo de 2017 na

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

unidade máquinas B+W, que permitiu uma melhor diluição dos custos e despesas fixas, (iii) projetos com foco na eficiência operacional e estratégia para agregar mais valor aos fundidos e usinados e (iv) tempestivo controle e monitoramento das despesas operacionais em todas as unidades.

**a. Resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita operacional da Companhia é composta pela venda de máquinas-ferramenta e máquinas para processamento de plásticos, novas e seminovas, peças de reposição, pela reforma de máquinas e de peças fundidas e/ou usinadas e pela prestação de serviços de assistência técnica, entre outros serviços.

**ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

A margem operacional (*Earnings Before Interest and Taxes - EBIT*) registrada em 2017 foi positiva em 7,6%, apresentando um crescimento de 15,2 pontos percentuais em relação a 2016, decorrente dos seguintes fatores: (i) melhora no *mix* (mais máquinas novas vs máquinas usadas) de produtos da unidade de máquinas Romi; (ii) maior volume de produção ao longo de 2017 na unidade máquinas B+W, que permitiu uma melhor diluição dos custos e despesas fixas, (iii) projetos com foco na eficiência operacional e estratégia para agregar mais valor aos fundidos e usinados e (iv) tempestivo controle e monitoramento das despesas operacionais em todas as unidades.

**b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:**

Como já comentado anteriormente, a receita operacional líquida auferida em 2017 foi de R\$672,9 milhões, 14,6% superior à registrada em 2016, devido aos seguintes principais fatores: (i) incremento da receita de máquinas no mercado doméstico, causada pela leve melhora da economia em 2017; (ii) aumento das vendas no mercado externo reflexo da estratégia da Companhia de solidificação da marca no exterior e (iii) incremento da receita da subsidiária alemã B+W em 2017 em € 14,8 milhões, demonstrando que o faturamento tem refletido a sólida entrada e carteira de pedidos.

**c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:**

Atualmente, aproximadamente 30% do custo da Companhia está vinculado ao câmbio (entre materiais importados e materiais nacionais sensíveis ao câmbio). Apesar do incremento no custo dos produtos oriundo da alta do câmbio, tendo em vista que grande parte dos competidores da Romi, principalmente no segmento de máquinas Romi, possui sua produção em outros países, seus patamares de preço possuem influência do dólar norte-americano (US\$) e/ou do euro (€), situação que, em uma desvalorização do real (R\$) perante essas moedas, deixa os produtos Romi mais competitivos local e internacionalmente.

### **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável.

**b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não aplicável.

**c. Eventos ou operações não usuais**

Não houve nenhum evento ou operação não usual que merecesse destaque.

## 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

### a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

### b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável.

### c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer dos auditores independentes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a auditoria independente ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. ("EY") emitiu seu "Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas" indicando uma opinião com ressalva.

O trecho "Base para opinião com ressalva" do relatório mencionado está transcrito abaixo:

*"Base para opinião com ressalva*

*Reversão da Provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de PIS e COFINS*

*Conforme divulgado na nota explicativa 14, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui registrado na rubrica provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis o montante de R\$ 53.736 mil referente aos valores relativos ao efeito da exclusão do ICMS da base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS, que não foram recolhidos de novembro de 2006 a dezembro de 2017, mas foram, entretanto, depositados judicialmente. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF), apreciando o tema da repercussão geral, decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS. Desta forma, com base nas diretrizes do CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, entendemos que já não é mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar esta obrigação e, sendo assim, a referida provisão deveria ter sido revertida na data do balanço. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2017, o valor do ativo não circulante e total do ativo, individuais e consolidados, estão apresentados a menor em R\$81.320 mil, enquanto que o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e o lucro líquido do exercício findo naquela data, individuais e consolidados, estão apresentados a menor em R\$ 53.671 mil, líquido de efeitos tributários.*

*Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.*

A opinião da administração é que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, exceto pela ressalva sobre a reversão da provisão para ICMS sobre vendas incluído na base de cálculo de Pis e Cofins.

Na opinião da Companhia, tendo como base os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em conjunto com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), a possibilidade de modulação de efeitos, onde se decidirá por um corte temporal entre diversos possíveis, assim como a possibilidade de alteração da sistemática a ser utilizada pelos contribuintes para a quantificação dos créditos, representam uma grande incerteza quanto ao seu desfecho final. Apenas após os referidos esclarecimentos, que possivelmente serão trazidos pelo trânsito em julgado a ser publicado pelo Supremo Tribunal Federal, após ter concluído sobre a análise dos Embargos de Declaração apresentados pela União é que poderão permitir a análise e conclusão objetiva do êxito envolvido e

#### **10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

consequente impacto contábil necessário. Portanto, na fase atual do processo, a Companhia não possui condições de avaliar qual será a modulação, tampouco a sistemática a ser adotada na determinação do valor a pagar do PIS e da COFINS e, conseqüentemente, do valor dos créditos tributários. Como conclusão, a Companhia possui o entendimento de que o valor da referida provisão, em 31 de dezembro de 2017, deva ser mantida até o desfecho final do assunto.

Em linha com esse entendimento, a Companhia, em 29 de janeiro de 2018, protocolou junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) consulta, pela qual solicita a manifestação da CVM quanto ao tratamento contábil referente ao reflexo da decisão preliminar do Supremo Tribunal Federal a respeito da inclusão do ICMS sobre vendas na base de cálculo do Pis e da Cofins, conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 30 de janeiro de 2018.

As informações relevantes sobre o assunto têm sido divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, conforme Nota Explicativa no 14 - Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

Abaixo apresentamos as práticas contábeis que, na avaliação da Administração, são as mais relevantes na confecção e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia:

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são as

### 1 Base de apresentação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As práticas adotadas nas controladas são consistentes com as da controladora.

A Administração da Companhia reavaliou o seu critério de classificação dos instrumentos financeiros ativos e que funcionam como garantia de operações financiamento e concluiu que a melhor apresentação desses ativos seria como Aplicações Financeiras e não mais como Caixa e Equivalentes de Caixa. Desta forma, os valores que atendem aos critérios supramencionados foram classificados como Aplicações financeiras nas informações financeiras trimestrais e os períodos comparativos foram reclassificados para permitir uma melhor comparabilidade entre eles.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras, individual e consolidado, foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.23.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

#### (a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

### 2.2 Investimentos em empresas controladas - Consolidação

#### (a) Controladora:

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento.

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para passivo a descoberto) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada.

Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (Nota 2.11).

Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

### (b) Consolidado

A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras da Controladora e de todas as empresas controladas.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores".

As transações e saldos entre a Companhia e suas controladas são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminadas. As políticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

### 2.3 Conversão de moeda estrangeira e das demonstrações financeiras das controladas no exterior

Os saldos de ativos e passivos da controladora e das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial".

Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras, essas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

### (b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

### 2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de até 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço.

### 2.5 Ativos financeiros

#### Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, como empréstimos e recebíveis. São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de taxa efetiva de juros. No caso da Companhia, compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 3), duplicatas a receber (Nota 4), valores a receber – repasse Finame Fabricante (Nota 5), outros créditos, partes relacionadas (Nota 8) e depósitos judiciais. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

### (b) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Tais evidências contemplam o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

### 2.6 Duplicatas a receber

As duplicatas a receber de clientes correspondem, substancialmente, aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as duplicatas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

As duplicatas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros reduzido das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

### 2.7 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As perdas para realização estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

### 2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. As vidas úteis do ativo imobilizado por categoria estão descritas na Nota 10.

O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

### 2.9 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota 9. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

### 2.10 Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 2.11).

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de clientes) são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados na rubrica de intangível, quando aos requisitos de desenvolvimento. Quando esses critérios não são atingidos, esses gastos são registrados ao resultado do exercício quando incorridos como "Pesquisa e desenvolvimento".

### 2.11 Redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de eventual provisão constituída – ativos não financeiros

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

### 2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### 2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 2.14 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo, quando relevante, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada reflete as condições de mercado. A mensuração do ajuste a valor presente é realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários são contabilizadas como receitas ou despesas financeiras.

### 2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde a Controladora e suas subsidiárias operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, são apresentados em separado, e não pelo líquido.

### 2.16 Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria (contribuição definida), assistência médica, odontológica e participação nos lucros.

O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados.

As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia (Nota 17).

### 2.17 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

### 2.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

Quando a Companhia compra suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

### 2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

### 2.20 Reconhecimento de receita de vendas de produtos

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos.

#### (a) Venda de produtos

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são registrados como despesas de venda. A provisão para custos com garantia é reconhecida na data da venda dos produtos, com base na melhor estimativa da Administração sobre os custos a serem incorridos para a prestação dos serviços de garantia dos produtos.

#### (b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

### 2.21 Provisões

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), existe a probabilidade provável de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa.

Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

### 2.22 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

### 2.23 Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente.
- b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida: anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 2.11).
- c) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.7.
- d) Análise do risco de crédito para determinação da perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.5 (b).
- e) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (Nota 2.15), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais (Nota 2.21).
- f) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

### 2.24 Normas, interpretações e alterações de normas contábeis.

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor.

#### **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), que substituiu a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada.

Em 2017, a Companhia avaliou o impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis, mas que podem estar sujeitas a mudanças em 2018, quando a Companhia passará a adotar a IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

### **IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes**

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A aplicação será exigida para exercício com início em 1º de janeiro de 2018, e será adotado o método conhecido como efeito cumulativo.

- Máquinas Romi e Máquinas B+W: Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento na adoção da IFRS 15 não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.
- Fundidos e Usinados: Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, de modo que a adoção da IFRS 15 não terá impacto significativo na receita e no resultado da Companhia.

#### (i) Contraprestação variável:

Alguns contratos com clientes de Fundidos e Usinados oferecem direito a desconto futuro por incremento de volume/ produtividade, no entanto, de início e com base no histórico a Companhia não visualiza impacto significativo, em 31 de dezembro de 2017, dessa contribuição variável.

#### (ii) Obrigações de garantia

A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes. Assim, a maioria das garantias existentes será de garantias na modalidade de asseguração de acordo com a IFRS 15, que continuará a ser contabilizada de acordo com a IAS 37 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de forma condizente com sua prática atual.

#### (iii) Componente de financiamento

De acordo com a IFRS 15, em Máquinas Romi, a Companhia identificou que na comercialização de máquinas semi-novas há componente de financiamento, pois esta operação é financiada ao cliente final com recursos próprio da Companhia, e o custo financeiro está inserido no valor de venda da máquina (nota fiscal). Desta forma, a Companhia estima que na adoção inicial da IFRS 15, não haveria impacto significativo no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017.

#### (iv) Exigências de apresentação e divulgação

As exigências de apresentação e divulgação na IFRS 15 são mais detalhadas do que nas IFRS em vigor. As exigências de apresentação representam uma mudança significativa com relação à prática em vigor e aumentam significativamente o volume de divulgações exigidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Muitas das exigências de divulgação da IFRS 15 são novas e a Companhia avaliou que o impacto de algumas delas será significativo. Em particular, a Companhia espera que as notas às demonstrações financeiras sejam expandidas devido à divulgação de julgamentos significativos realizados: em que momento determinar o preço da transação desses contratos que incluem uma contraprestação variável, como o preço da transação tem sido alocado às obrigações de desempenho e os pressupostos adotados para estimar os preços individuais de venda de cada obrigação de desempenho. Além disso, conforme exigido pela IFRS 15, a Companhia desagregará as receitas reconhecidas de contratos com clientes em categorias que descrevem como a natureza, o montante, a época e a incerteza das receitas e dos fluxos de caixa são afetados por fatores econômicos. Também divulgará informações sobre a relação entre a divulgação de receita desagregada e as informações de receita divulgadas para cada segmento passível de divulgação em relatório.

### **Transferências de Propriedade para Investimento – Alterações à IAS 40**

As alterações esclarecem em que momento uma entidade deve transferir propriedades, incluindo construções em andamento ou incorporações, para propriedades de investimento, e quando deve retirá-las. As alterações indicam que uma mudança na utilização ocorre quando a propriedade se enquadra ou deixa de se enquadrar na definição de propriedade para investimento e há evidências da mudança em sua utilização. Uma mera mudança nas intenções da Administração para o uso de uma propriedade não evidencia uma mudança na utilização. As entidades devem aplicar as alterações prospectivamente às mudanças de utilização, que ocorrem a partir do início do período de apresentação de relatório anual em que a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Uma entidade deve reavaliar a classificação do imóvel detido na referida data e, se for o caso, reclassificar a propriedade para refletir as condições existentes naquela data. Com vigência para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia aplicará as alterações quando entrarem em vigor. A Companhia não espera nenhum efeito em suas demonstrações financeiras.

### **IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil**

## **10.5 - Políticas contábeis críticas**

A nova norma requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17- “Arrendamento mercantil” e interpretações. A administração está avaliando os impactos da sua adoção.

### **2.25 Apresentação de informações por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

## 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

**(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):**

Atualmente, a Companhia possui um contrato de futura compra de energia elétrica.

Em 10 de abril de 2017, a Companhia e a Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, pertencente ao grupo Endesa, resolveram aditar o contrato de compra de energia elétrica firmado em 1 de maio de 2007, objetivando contratar o volume de energia elétrica de acordo com as necessidades da Companhia. Como resultado dessa adequação o período de fornecimento da energia elétrica foi estendido por mais dois anos, ou seja, até 31 de dezembro de 2020, e passou a refletir os seguintes valores os quais são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IPCA:

<b>Ano de fornecimento</b>	<b>Valor</b>
2018	7.607
2019	8.597
2020	8.957
Total	<u>24.801</u>

A Administração da Companhia é da opinião de que esse contrato está condizente com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia, em 31 de dezembro de 2017, não possui ativos e/ou passivos que não estejam registrados nas suas demonstrações financeiras, tampouco divulgados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável.

**(b) Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável.

**(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável.

## 10.8 - Plano de Negócios

### a. Investimentos, incluindo:

#### i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2018, a Companhia pretende destinar seus investimentos à manutenção regular do seu parque fabril, a projetos de ganho de eficiência e competitividade e instalação de uma nova linha de moldagem automática para a Unidade de Negócio de Fundidos e Usinados. O início das operações dessa nova linha está previsto para o primeiro semestre de 2018.

#### ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Administração pretende realizar os investimentos previstos para o ano 2018 por meio de capital próprio ou por meio de financiamentos para os casos em que o custo do capital seja atrativo.

#### iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável à Companhia.

### b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável à Companhia.

### c. Novos produtos e serviços, indicando:

#### i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Anualmente a Companhia desenvolve e lança novos produtos que possuem participação relevante em suas receitas. Porém, as pesquisas em andamento representam informações confidenciais não divulgadas antes do efetivo lançamento do produto.

#### ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Historicamente a Companhia investe aproximadamente 4% da sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

#### iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos somente são divulgados no lançamento dos produtos, portanto, não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

#### iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2017, o total investido em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$16.772 (R\$19.492 em 2016).

## **10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Não aplicável à Companhia.

## 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

### (a) Objeto da projeção (*guidance*)

Não divulgamos *guidance*, pois entendemos que nos últimos anos, dada a conjuntura macroeconômica instável pela qual o mundo e especialmente o Brasil está passando, nossas previsões, que são altamente dependentes das condições do mercado, do desempenho econômico geral do país, do setor, e dos mercados internacionais, tiveram que passar por revisões, o que pode prejudicar a interpretação dos investidores.

### (b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável.

### (c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável.

## **11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**

Quando divulgamos *guidance*, o Conselho de Administração analisa trimestralmente os números apresentados ao mercado em suas reuniões.

No período atual, considerando que não estamos divulgando *guidance* para 2017, esse acompanhamento se torna “não aplicável”.

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

### (a) Atribuições do Conselho de Administração:

Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Companhia é administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração da Companhia, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado.

As atribuições do Conselho de Administração são aquelas definidas na legislação em vigor, no Estatuto Social, no seu Regimento Interno e no Regulamento do Novo Mercado da B3.

O Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia estabelece como competência exclusiva do Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências previstas no Estatuto Social e na forma da lei:

- i. Definir a missão, as políticas e os objetivos gerais e estratégicos da Companhia, supervisionar a gestão, e atuar diligentemente em prol dos interesses da Companhia e de todos os acionistas, visando à criação de valor no longo prazo, dispondo sobre:
  - a) A estratégia de negócios da Companhia;
  - b) O planejamento das atividades da Companhia;
  - c) Os programas de expansão dos setores existentes ou início de novas atividades;
  - d) A adoção de novas linhas de produtos e alteração das já existentes;
  - e) A abertura e encerramento de subsidiárias, filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia, ou alteração nos já existentes; no país e/ou no exterior;
  - f) Participação e desinvestimento em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista;
  - g) Aplicação, em empresas coligadas ou não, de investimentos derivados de incentivos fiscais; e
  - h) Negociação de ações da própria Companhia.
- ii. Eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, fixando, por ocasião da eleição, as respectivas atribuições;
- iii. Fiscalizar a gestão dos Diretores;
- iv. Deliberar sobre a convocação de Assembleias Gerais;
- v. Manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e das contas da Diretoria, propondo à Assembleia Geral a destinação dos lucros e a distribuição de dividendos;
- vi. Deliberar sobre: a) levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores, e, com base neles, declarar dividendos; b) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, já submetido à Assembleia Geral Ordinária;

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

### vii. Autorizar:

- a) A aquisição, a alienação e a constituição de ônus reais de bens imóveis ou ativos intangíveis da Companhia;
- b) a alienação ou a constituição de ônus reais de bens móveis que façam parte do ativo permanente da Companhia;
- c) a prestação de garantias a obrigações de terceiros; e
- d) a emissão de Notas Promissórias para distribuição pública.

### viii. Propor à Assembleia Geral aumento ou diminuição do capital social e a forma de subscrição, integralização e emissão de ações;

### ix. Escolher e destituir auditores independentes;

### x. Fixar, dentro da importância global determinada pela Assembleia Geral, a participação de cada membro do Conselho de Administração, de cada membro do Conselho Consultivo e de cada Diretor, na participação de que trata o artigo 44 deste Estatuto;

### xi. Fixar, dentro da importância global determinada pela Assembleia Geral, a remuneração individual dos administradores e do Conselho Consultivo;

### xii. Deliberar sobre a emissão de ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cuja deliberação não seja de exclusiva competência de Assembleia Geral, dentro do limite do capital autorizado, e com a faculdade prevista no artigo 10 deste Estatuto Social.

### xiii. Aprovar o pagamento ou crédito de juros, a título de remuneração do capital próprio, na forma da legislação em vigor, imputando-os ou não à conta de dividendos.

### xiv. Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos impactos para a liquidez das ações; (b) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (d) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública disponíveis no mercado; e (e) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

#### **(b) Data de instalação do Conselho Fiscal e estrutura de funcionamento:**

O Conselho Fiscal da Companhia foi eleito com 3 (três) membros titulares e suplentes em 13 de março de 2018, em caráter não permanente, com mandato vigente até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada nos quatro primeiros meses do exercício social de 2019.

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

O Conselho Fiscal, cujo funcionamento não será permanente, compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros e de igual número de suplentes e funcionará, nos termos do parágrafo 2º do artigo 161 da Lei nº 6.404/76, a partir da Assembleia que eleger os seus membros, no exercício social em que for instalado, terminando o seu mandato na primeira Assembleia Geral Ordinária efetuada após a instalação.

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá as atribuições e poderes que a Lei lhe confere.

Os membros do Conselho Fiscal deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, cujos termos de posse deverão contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Art. 51, comunicar à Companhia a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

### (c) Mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê:

Conselho de Administração: Processo de auto-avaliação formal, com periodicidade anual;

Diretoria: Avaliação formal, com periodicidade anual, sendo o Diretor Presidente avaliado pelo Conselho de Administração e os demais Diretores, avaliados pelo Diretor-Presidente e revisada pelo Conselho de Administração.

### (d) Em relação aos membros da diretoria, em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, suas atribuições e poderes individuais são:

**Luiz Cassiano Rando Rosolen** (Diretor-Presidente): **(i)** - Coordenar e supervisionar a implementação das diretrizes emanadas do Conselho de Administração, objetivando sua fiel execução; **(ii)** - Supervisionar a atividade operacional, corporativa e societária da Companhia e as decorrentes da sua participação em empresas controladas e coligadas; **(iii)** - Substituir provisoriamente o Diretor de Relações com Investidores nas suas ausências e impedimentos, e **(iv)** - Coordenar a atuação dos diretores e servir de elo entre a Diretoria e o Conselho de Administração, ao qual deve prestar contas; **(v)** Supervisionar todas as atividades das subsidiárias da Companhia no exterior; **(vi)** Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à comercialização e venda de máquinas-ferramenta, nos mercados interno e externo, e **(vii)** Supervisionar todas as atividades da Companhia, relacionadas ao desenvolvimento de tecnologia de máquinas-ferramenta.

**William dos Reis** (Vice-Presidente): **(i)** - Substituir provisoriamente o Diretor-Presidente nas suas ausências e impedimentos; **(ii)**- Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia; **(iii)** Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à comercialização e venda de máquinas para plásticos, no país e na América Latina; **(iv)** Supervisionar todas as atividades da Companhia, relacionadas ao desenvolvimento de tecnologia de máquinas para plásticos; e **(v)** Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à assistência técnica e venda de peças de reposição, no país e no exterior.

**Fábio Barbanti Taiar** (Diretor de Relações com Investidores): **(i)** - A prestação de informações e a representação da Companhia junto aos investidores, aos acionistas, à CVM e às bolsas de valores onde seus valores mobiliários sejam negociados; e **(ii)** - Manter atualizadas as informações prestadas pela Companhia à CVM; **(iii)** Supervisionar

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

as atividades de Finanças, Controladoria, Recursos Humanos, Jurídicas e Tecnologia da Informação da Companhia e suas subsidiárias, e **(iv)** Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia;

**Francisco Vita Junior** (Diretor): **(i)** Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à comercialização e venda de peças fundidas e/ou usinadas, no país e no exterior; **(ii)** Supervisionar as atividades industriais das Unidades Fabris nºs 10, 81, 82 e 83 da Companhia; **(iii)** Supervisionar as atividades do Departamento de Engenharia Industrial e Manutenção, e **(iv)** Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia;

**Fernando Marcos Cassoni** (Diretor): **(i)** Supervisionar as atividades industriais das Unidades Fabris nºs 01, 03, 11, 14, 15, 16 e 19 da Companhia; **(ii)** Supervisionar todas as atividades da Companhia, relacionadas ao Planejamento da Cadeia de Suprimentos; **(iii)** Supervisionar o Departamento de Melhoria Contínua, Métodos, Processos e Qualidade da Companhia; **(iv)** Supervisionar todas as atividades da Companhia relacionadas a Compras; e **(v)** Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia.

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

### a. Prazos de convocação

A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, ou, ainda, nas hipóteses previstas no Estatuto Social e no § único do artigo 123 da Lei nº 6.404/76.

A convocação será feita mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria.

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 30 dias corridos de antecedência em primeira e com 8 dias corridos em segunda convocação.

A Assembleia Geral pode também ser convocada:

- a) pelo Conselho Fiscal, nos casos previstos no número V, do artigo 163 da Lei no 6.404/76;
- b) por qualquer acionista, quando os administradores retardarem, por mais de 60 (sessenta) dias, a convocação nos casos previstos em lei ou no estatuto;
- c) por acionistas que representem cinco por cento, no mínimo, do capital social, quando os administradores não atenderem, no prazo de oito dias, a pedido de convocação que apresentarem, devidamente fundamentado, com indicação das matérias a serem tratadas;

A CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a companhia, interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia e, se for o caso, informar à companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia viola dispositivos legais ou regulamentares.

### b. Competências

A Assembleia Geral Ordinária se realizará anualmente, dentro dos quatro primeiros meses do ano, após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132, da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia assim o exigirem e a ela competirá:

- (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos;
- (c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, quando for o caso;
- (d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso;
- (e) eleger e destituir os membros do Conselho Consultivo, quando for o caso;
- (f) aprovar a correção da expressão monetária do capital social (artigo 167).

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, dependerá da aprovação da Assembleia Geral a prática dos seguintes atos:

- (a) qualquer aumento no capital social da Companhia (exceto por capitalização de reservas, ou dentro do limite do capital autorizado, ou conforme exigido por lei), desdobramento ou grupamento de ações, resgate de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão de quaisquer valores mobiliários da Companhia, sejam ou não conversíveis em ações, debêntures, opções de compra ou ainda bônus ou opção de subscrição de ações;
- (b) a definição da remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, especificando a parcela de tal montante a ser atribuída a cada órgão, cabendo ao Conselho de Administração fixar a remuneração individual de seus membros e dos Diretores, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal e Conselho Consultivo, se instalado;
- (c) a alteração do Estatuto Social;
- (d) atribuição de bonificações em ações;
- (e) instituição de plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades sob o seu controle;
- (f) a redução do número de membros do Conselho de Administração ou a redução das atribuições do Conselho de Administração;
- (g) a fusão, cisão, incorporação, reorganização com ou da Companhia com outra, conversão em novo tipo societário ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia;
- (h) a autorização para os administradores da Companhia requererem falência voluntária ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;
- (i) a liquidação ou dissolução da Companhia, assim como, estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação;
- (j) a celebração de qualquer cessão em benefício de quaisquer credores da Companhia em situação de insolvência;
- (k) saída do Novo Mercado da B3;
- (l) qualquer alteração do objeto social da Companhia;
- (m) qualquer alteração da política de dividendos da Companhia;
- (n) escolha de empresa ou instituição especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração;

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(o) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e

(p) deliberar sobre a instalação e funcionamento do Conselho Consultivo e Fiscal, mediante proposta do Conselho de Administração.

### **c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:**

Endereços eletrônicos:

- [www.romi.com/investidores](http://www.romi.com/investidores)
- [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)
- [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)

Endereço físico:

- Distrito Industrial da Companhia, localizado na Rodovia SP-304, km 141,5, CEP 13459-057, Santa Bárbara d'Oeste - SP.

### **d. Identificação e administração de conflitos de interesses:**

Respeitado os termos da lei, a identificação e administração de conflitos de interesse também são reguladas pelo Código de Ética e Conduta Empresarial, pela Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo, pela Política de Negociação de Ações, Títulos e Valores Mobiliários e seus Derivativos de emissão da Companhia e pela Política de Transações com Partes Relacionadas, disponíveis na página na rede mundial de computadores da Companhia ([www.romi.com/investidores](http://www.romi.com/investidores)).

No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria constante da ordem do dia, segundo a legislação brasileira, este estará impedido de proferir o seu voto na assembleia geral. Ainda, é vedado aos administradores, na qualidade de acionistas ou procuradores, votarem acerca dos documentos da administração (art. 133 da Lei das Sociedades Anônimas) e do Parecer do Conselho Fiscal, se houver.

### **e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:**

Respeitados os termos da lei, a Companhia admite o exercício do direito de voto por procuração aos administradores constituídos há menos de um ano e que a procuração contenha o voto a ser proferido. Entretanto, a Companhia não possui um sistema de solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

### **f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:**

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Poderão participar da Assembleia Geral, os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações no momento da realização da Assembleia Geral estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, conforme disposto no artigo 126, da Lei de Sociedades Anônimas.

O acionista poderá comprovar a sua posição acionária, mediante a apresentação do extrato atualizado da conta de depósito das ações, emitido pelo custodiante, em até 03 (três) dias que antecederem a Assembleia Geral, observando-se que a posição acionária poderá ser verificada pela Companhia, em sua base de acionistas, no momento da realização da Assembleia Geral.

Os acionistas que se fizerem representar por procurador, poderão apresentar a via original do instrumento de procuração, na sede da Companhia, nas 48 horas que antecederem a Assembleia Geral, caso não tenham atendido a esta recomendação, poderão participar do ato desde que se apresentem munidos desta documentação no momento da realização da Assembleia Geral.

Segue abaixo a documentação detalhada que deve ser apresentada para comprovar a qualidade de acionistas (ou representantes de acionistas) e participar da Assembleia Geral:

- (i) Documento hábil à comprovação de identidade do acionista ou do seu representante: a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), o passaporte e carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas, desde que contenham foto de seu titular;
- (ii) Extrato atualizado de conta depósito de ações escriturais fornecido pela instituição financeira depositária; e
- (iii) Documentos comprobatórios de representação:

### 1. Pessoa Física Estrangeira

- Em caso de o Representante Legal ser Pessoa Jurídica: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Jurídica, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, os documentos exigidos ao Representante Legal Pessoa Jurídica indicados abaixo em Pessoa Jurídica Nacional/Fundo de Investimento Nacional.
- Em caso de o representante legal ser Pessoa Física: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, RG/RNE e CPF do Representante Legal da Pessoa Física.

### 2. Pessoa Jurídica Nacional

- Estatuto/Contrato Social vigente da Pessoa Jurídica arquivado na Junta Comercial ou Cartório competente e cartão do CNPJ;

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- Ato de Eleição ou Procuração do acionista/quotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física; e
- RG/RNE e CPF do Representante Legal Pessoa Física.

### 3. Fundo de Investimento com Representante Legal Pessoa Jurídica (Administrador ou Gestor)

- Regulamento vigente registrado em Cartório competente;
- Estatuto Social/Contrato Social do Administrador ou Gestor, vigente e registrado na Junta Comercial;
- Ato de Eleição ou Procuração do Administrador ou Gestor outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física; e
- RG/RNE e CPF do Representante Legal Pessoa Física.

### 4. Pessoa Jurídica Estrangeira

- Em caso de o Representante Legal ser Pessoa Jurídica: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Jurídica, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, os documentos exigidos ao Representante Legal Pessoa Jurídica indicados acima em Pessoa Jurídica Nacional/Fundo de Investimento Nacional;
- Em caso de o representante legal ser Pessoa Física: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, RG/RNE e CPF do Representante Legal da Pessoa Física.

Nota: A Companhia não exigirá tradução juramentada, nem tão pouco notariação e consularização das procurações outorgadas em Inglês e Espanhol.

Não obstante o disposto acima, os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral munidos dos documentos respectivos, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderão participar e votar, ainda que tenham deixado de depositá-los previamente.

Os originais ou cópias autenticadas dos documentos acima indicados deverão ser entregues na sede social da Companhia, até o início da Assembleia Geral.

Para dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, a Companhia receberá os documentos acima referidos, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia.

- g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização:**

O Boletim de Voto poderá ser enviado diretamente à Companhia acompanhado dos documentos de identificação exigidos pela Companhia conforme abaixo:

### 5. Pessoa Física Estrangeira

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- Em caso de o Representante Legal ser Pessoa Jurídica: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Jurídica, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, os documentos exigidos ao Representante Legal Pessoa Jurídica indicados abaixo em Pessoa Jurídica Nacional/Fundo de Investimento Nacional;
- Em caso de o representante legal ser Pessoa Física: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, RG/RNE e CPF do Representante Legal da Pessoa Física.

### 6. Pessoa Jurídica Nacional

- Estatuto/Contrato Social vigente da Pessoa Jurídica arquivado na Junta Comercial ou Cartório competente e cartão do CNPJ;
- Ato de Eleição ou Procuração do acionista/quotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física; e
- RG/RNE e CPF do Representante Legal Pessoa Física.

### 7. Fundo de Investimento com Representante Legal Pessoa Jurídica (Administrador ou Gestor)

- Regulamento vigente registrado em Cartório competente e cartão do CNPJ;
- Estatuto Social/Contrato Social do Administrador ou Gestor, vigente e registrado na Junta Comercial;
- Ato de Eleição ou Procuração do Administrador ou Gestor outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física; e
- RG/RNE e CPF do Representante Legal Pessoa Física.

### 8. Pessoa Jurídica Estrangeira

- Em caso de o Representante Legal ser Pessoa Jurídica: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Jurídica, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, os documentos exigidos ao Representante Legal Pessoa Jurídica indicados acima em Pessoa Jurídica Nacional/Fundo de Investimento Nacional;
- Em caso de o representante legal ser Pessoa Física: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física, apresentada nos idiomas português, inglês ou espanhol, RG/RNE e CPF do Representante Legal da Pessoa Física.

A Companhia exige o Reconhecimento de Firma do (s) signatário (s) do Boletim de Voto a Distância, bem como notariação e consularização de documentos estrangeiros, e tradução juramentada dos documentos que estejam em idioma diverso de português, inglês ou espanhol.

#### **h. Se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do Boletim de voto a distância ou de participação a distância**

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A Companhia disponibilizará junto com a publicação do Boletim de Voto a Distância endereço eletrônico para envio de cópias digitais dos Boletins de Votos e documentos comprobatórios dos poderes dos acionistas.

- i. Instruções para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância.**

Em conformidade com o artigo 21-L, I da Instrução CVM 481/2009, o acionista titular de, no mínimo, 1,5 % das ações de emissão da Companhia poderá, observados os demais prazos e condições estabelecidos pela regulamentação vigente, solicitar a inclusão de candidatos ao conselho de administração e fiscal da Companhia no Boletim de Voto à Distância.

Adicionalmente, em consonância com o inciso II do referido artigo, o acionista titular de, no mínimo, 3,0% das ações de emissão da Companhia poderá, observados os demais prazos e condições estabelecidas pela regulamentação vigente, solicitar a inclusão de propostas de deliberação no Boletim de Voto à Distância disponibilizado por ocasião de Assembleia Geral da Companhia.

Caso o acionista que cumpra os requisitos expostos nos parágrafos anteriores queira incluir propostas de deliberação ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no Boletim de Voto à Distância, deverá apresentar tais propostas por meio do endereço eletrônico [assembleia@romi.com](mailto:assembleia@romi.com) , juntamente com os documentos pertinentes à proposta nos termos do artigo 21-M da Instrução CVM 481/2009, nos prazos e demais condições estabelecidas pela regulamentação vigente.

- j. Se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

- k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância**

A Companhia adotará, na íntegra, o procedimento que instituiu o mecanismo de participação à distância, Instrução CVM 481 de 17 de dezembro de 2009 e demais alterações introduzidas pela Instrução CVM 561 de 07 de abril de 2015 e suas alterações, se houver.

## 12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

### Políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

- a) No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas 18 (dezoito) reuniões do Conselho de Administração. A Companhia não faz distinção entre reuniões ordinárias e reuniões extraordinárias para as reuniões do Conselho de Administração.
- b) Não há disposições em acordo de acionistas que estabeleçam restrições ou vinculações ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração.
- c) A Companhia não dispõe de um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas reuniões do Conselho de Administração, portanto se vale somente das disposições constantes da lei.
- d) A Companhia possui Política para Transações com Partes Relacionadas, cuja adoção foi aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 29 de abril de 2014, disponível no site da Companhia através do link <http://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-politicas-e-codigos/politica-para-transacao-com-partes-relacionadas/>

A mencionada política tem como principal objetivo estabelecer regras para a realização de transações com partes relacionadas, de modo a assegurar a tomada de decisão da administração de forma adequada e diligente, possibilitando à Companhia monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses provenientes de tais transações.

## **12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

O Estatuto Social da Companhia, em seu Art. 51, estabelece que a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem a ser instituída e processada pela Câmara de Arbitragem do Mercado de acordo com as regras do seu Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da existência, aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem e do Regulamento de Sanções.

**12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
William dos Reis	09/07/1955	Pertence apenas à Diretoria	13/03/2018	Até a AGO de 2019	11
017.456.838-01	Engenheiro Mecânico	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	13/03/2018	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Máquinas para Plásticos.					
Fábio Barbanti Taiar	11/08/1978	Pertence apenas à Diretoria	13/03/2018	Até a AGO de 2019	7
275.907.618-00	Administrador de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	13/03/2018	Sim	0.00%
Responsável pelas áreas de Finanças, Controladoria, Recursos Humanos, Jurídico e Tecnologia da Informação. Membro dos seguintes Comitês: Acompanhamento Econômico, Recursos Humanos e Auditoria e Riscos.					
Fernando Marcos Cassoni	26/09/1972	Pertence apenas à Diretoria	13/03/2018	Até a AGO de 2019	3
140.542.968-23	Bacharel em Ciências da Computação	19 - Outros Diretores	13/03/2018	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Acompanhamento Econômico.		Diretor de Operações			
Francisco Vita Junior	14/01/1971	Pertence apenas à Diretoria	13/03/2018	Até a AGO de 2019	3
205.351.108-71	Engenheiro Mecânico	19 - Outros Diretores	13/03/2018	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Fundidos e Usinados		Diretor de Fundidos e Usinados			
Luiz Cassiano Rando Rosolen	19/04/1974	Pertence apenas à Diretoria	13/03/2018	Até a AGO de 2019	10
171.588.618-64	Administrador de Empresas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	13/03/2018	Sim	0.00%
Membro dos seguintes Comitês: Acompanhamento Econômico, Recursos Humanos, Auditoria e Riscos, Máquinas-Ferramenta, Fundidos e Usinados e Máquinas para Plásticos.					
Américo Emilio Romi Neto	22/01/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/03/2018	Até a AGO de 2019	20
016.334.888-02	Engenheiro Mecânico	20 - Presidente do Conselho de Administração	13/03/2018	Sim	100.00%
Membro dos seguintes Comitês: Acompanhamento Econômico, Auditoria e Riscos e Máquinas para Plásticos. Coordenador dos Comitês de Fundidos e Usinados de Recursos Humanos.					
Carlos Guimarães Chiti	30/09/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/03/2018	Até a AGO de 2019	20
048.669.548-41	Administrador de Empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	13/03/2018	Sim	100.00%
Não aplicável.					

**12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Monica Romi Zanatta	04/02/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/03/2018	Até a AGO de 2019	10
274.117.138-64	Administradora de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/03/2018	Sim	100.00%
Membro dos seguintes Comitês: Acompanhamento Econômico, Recursos Humanos, Máquinas-Ferramenta, Máquinas para Plásticos e Coordenadora do Comitê de Auditoria e Riscos.					
José Carlos Romi	20/03/1959	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/03/2018	Até a AGO de 2019	19
056.637.218-51	Engenheiro Mecânico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/03/2018	Sim	100.00%
Membro dos seguintes Comitês: Acompanhamento Econômico e Fundidos e Usinados. Coordenador dos Comitês de Máquinas-Ferramenta e de Máquinas para Plásticos.					
Paolo Guglielmo Bellotti	03/04/1939	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/03/2018	Até a AGO de 2019	12
416.654.578-72	Engenheiro Mecânico	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/03/2018	Sim	100.00%
Coordenador do Comitê de Acompanhamento Econômico e Membro do Comitê de Máquinas para Plásticos.					
Paulo Romi	28/10/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/03/2018	Até a AGO de 2019	20
082.401.568-19	Engenheiro Mecânico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/03/2018	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Acompanhamento Econômico e do Comitê de Fundidos e Usinados.					
Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho	03/03/1938	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/03/2018	Até a AGO de 2019	6
011.095.968-04	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/03/2018	Sim	100.00%
Não aplicável					
Marcio Guedes Pereira Junior	25/10/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/03/2018	Até a AGO de 2019	1
050.958.058-04	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/03/2018	Não	100.00%
Membro dos seguintes Comitês: Recursos Humanos e Auditoria e Riscos.					
Alfredo Ferreira Marques Filho	18/07/1961	Conselho Fiscal	13/03/2018	Até a AGO de 2019	9
028.236.498-67	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	13/03/2018	Sim	100.00%
Não aplicável					
WALTER LUIS BERNARDES ALBERTONI	29/09/1968	Conselho Fiscal	13/03/2018	Até a AGO de 2019	1

**12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
147.427.468-48	Advogado	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	13/03/2018	Não	100.00%
Não aplicável.					
Roberto de Carvalho Bandiera	04/11/1937	Conselho Fiscal	13/03/2018	Até a AGO de 2019	2
014.567.848-20	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	13/03/2018	Sim	100.00%
Não aplicável.					
Julia Holland Reid Ferretti	14/03/1964	Conselho Fiscal	13/03/2018	Até a AGO de 2019	0
749.549.977-04	Administradora de empresas	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	13/03/2018	Não	100.00%
Não aplicável.					
Clóvis Ailton Madeira	17/12/1949	Conselho Fiscal	13/03/2018	Até a AGO de 2019	3
253.599.328-72	Auditor	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	13/03/2018	Sim	100.00%
Não aplicável.					
Artemio Bertholini	01/04/1947	Conselho Fiscal	13/03/2018	Até a AGO de 2019	3
095.365.318-87	Economista e Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	13/03/2018	Sim	100.00%
Não aplicável.					

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

William dos Reis - 017.456.838-01

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – SP – UNICAMP. Ingressou em 1978 na Companhia, ocupando diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez, Diretor da Companhia, em 2007. É atualmente responsável pelas áreas de comercialização, vendas, engenharia de produtos e operações da unidade de máquinas para processamento de plásticos. É Diretor Vice-Presidente desde julho de 2008.

Fábio Barbanti Taiar - 275.907.618-00

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP e possui especialização em Gestão Avançada em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional inclui 8 anos de atuação em auditoria. Foi contratado pela Companhia em janeiro de 2009. Desde março de 2011 atuava como Gerente de Relações com Investidores e Planejamento Estratégico, e, desde 13 de março de 2012, atua como Diretor.

Fernando Marcos Cassoni - 140.542.968-23

Formado em Ciências da Computação pelo Inst. Mun. de Ensino Superior de São Caetano do Sul – IMES, pós-graduado em Engenharia da Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, MBA em Gestão Empresarial e Pós-MBA em Inteligência Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Ingressou em 1996 na Companhia, ocupando diversos cargos e é atualmente responsável pelas atividades industriais das unidades fabris, Supply Chain, Suprimentos, Compras, Melhoria Contínua, Métodos e Qualidade. Desde março de 2015 atua como Diretor.

Francisco Vita Junior - 205.351.108-71

Formado em Engenharia Mecânica, pelo Instituto Mauá de Tecnologia, com especialização em Comércio Exterior pela Universidade da Califórnia Los Angeles - USLA. Sua experiência profissional inclui mais de 18 anos de experiência em cargos de gestão, com vivência internacional nas áreas comercial e de engenharia de produtos em empresas do ramo automotivo, mineração/construção e eólico. Ingressou na Companhia em fevereiro de 2015 e é atualmente responsável pelas áreas de comercialização, vendas, engenharia e operações da unidade de fundidos e usinados.

---

Luiz Cassiano Rando Rosolen - 171.588.618-64

Formado em Administração de Empresas, pela Universidade Mackenzie, em Ciências Contábeis, pela Universidade Paulista e Pós-Graduado em Finanças, pela Fundação Getúlio Vargas. Cassiano concluiu em 2013 o General Management Program – Executive Education da Harvard Business School. Sua experiência profissional inclui 10 anos de atuação em auditoria no Brasil e nos Estados Unidos, sendo ele detentor do certificado CPA (Certified Public Accountant) outorgado pelo California Board of Accountancy. Ingressou na Companhia em 2006, sendo Diretor-Presidente desde março de 2015.

---

Américo Emilio Romi Neto - 016.334.888-02

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – SP – UNICAMP. Ingressou em 1978 na Companhia, ocupando diversos cargos. Em 1989, foi eleito Diretor. Em 1995, passou a ocupar o posto de Diretor Vice-Presidente. De 1997 a 2007 atuou como Diretor-Presidente da Companhia. Em 1987, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração. Em 1997, passou a Vice-Presidente e desde 2003 é Presidente do Conselho de Administração.

---

Carlos Guimarães Chiti - 048.669.548-41

Formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCAMP – São Paulo. Atua na Companhia desde 1993, tendo sido responsável pela área de importação e suprimentos e pela área financeira. É membro do Conselho de Administração desde 1987.

---

Monica Romi Zanatta - 274.117.138-64

Formada em Administração de Empresas pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, com MBA Internacional em Gestão de Negócios Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e pelo Babson College – EUA. Ingressou na Companhia em 2001, tendo atuado na área de Vendas para o Mercado Externo e de Melhoria Contínua. É membro do Conselho de Administração desde 2008.

---

José Carlos Romi - 056.637.218-51

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – SP – UNICAMP. Ingressou em 1980 na Companhia, ocupando diversos cargos. Em 1989, foi eleito Diretor. Exerceu também as funções de Diretor Industrial e de Tecnologia. É membro do Conselho de Administração desde 2013.

---

Paolo Guglielmo Bellotti - 416.654.578-72

Formado em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Em 1968 ingressou na Rhodia-Brasil, onde ocupou diversos cargos até chegar à presidência executiva. Foi presidente da Rhodia Argentina e membro dos comitês mundiais da Rhonê-Paulenc, matriz da Rhodia, para assuntos de estratégia e investimentos do grupo. Foi diretor-presidente da Fundação Zerbini, mantenedora do INCOR – Instituto do Coração, entre 1996 e 2000. É sócio da empresa S&V – Consultores Associados SC Ltda. É membro do Conselho de Administração desde 2006.

---

Paulo Romi - 082.401.568-19

Formado em Engenharia Mecânica Industrial pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Atua da Companhia, desde 1988, onde ocupou diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez Diretor em 2000 e até março/2009 foi responsável pela unidade de negócios fundidos e usinados. É membro do Conselho de Administração desde 2009.

---

Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - 011.095.968-04

Formado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie – SP, com Especialização em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. É Professor de Direito Civil, na área de Direito das Obrigações, das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU – SP. Autor de diversos livros e artigos publicados no Brasil e no exterior. Desde 1991 é sócio principal e coordenador geral da equipe do escritório Azevedo Sodré Advogados. De 1998 a 2006 foi Membro do Conselho de Administração. Em 2006, passou a integrar Conselho Consultivo da Companhia. É membro do Conselho de Administração desde 2012.

---

Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas e concluiu MBA também na Fundação Getulio Vargas, após ter estudado na University's Stern School of Business em Nova York. Foi diretor do Investment Banking Group do Credit Suisse no Brasil. Se uniu ao grupo Credit Suisse em 2007 e tem vasta experiência em M&A (fusões e aquisições) e Mercado de Capitais. É membro do Conselho de Administração das empresas Cia Hering, Brasil Insurance Corretora de Seguros S.A., Pomifrutas S.A.

---

Alfredo Ferreira Marques Filho - 028.236.498-67

Formado em Administração, pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas "Santana", Pós-Graduado em Finanças Corporativas pela FGV e Mestre em Ciências Contábeis pela – PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atuou na Roberto Dreyfuss/KPMG entre 1981 e 1989. É sócio da Horwath Tufani & Reis Soares Auditores Independentes desde 1990. Em 2015, foi eleito membro efetivo do Conselho Fiscal.

---

WALTER LUIS BERNARDES ALBERTONI - 147.427.468-48

Advogado, Pós-Graduado em Direito Processual Civil (PUCSP-COGAE), em Direito Societário e em Direito Tributário (LLM Insper), com mais de 20 anos de vivência em questões cíveis, societárias e empresariais. Atua, há aproximadamente 8 (oito) anos, como consultor jurídico terceirizado da Associação de Investidores no Mercado de Capitais - AMEC. É membro do Conselho Fiscal da Petróleo Brasileiro S.A., Conselheiro suplente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, membro do Corpo Técnico do CAF - Comitê de Aquisições e Fusões, e membro do Conselho de Administração da Paranapanema S.A.

---

Roberto de Carvalho Bandiera - 014.567.848-20

Bandiera Advogados, desempenhando o papel de sócio.

---

Julia Holland Reid Ferretti - 749.549.977-04

Formada em Economia pela State College of New Jersey (Ramapo) e MBA pela Fordham University em Nova York. Foi Diretora de Relações com Investidores (RI) no Unibanco e atuou também no Banco Fibra até 2013. Vasta experiência em RI, Mercado de Capitais, Sustentabilidade e Governança Corporativa (GC). Muito atuante junto ao IBRI (como conselheira) e IBGC.

---

Clóvis Ailton Madeira - 253.599.328-72

Formado em Contabilidade e Administração de Empresas, Mestrado em Contabilidade pela FECAP – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (São Paulo) e Doutorado em Administração pela Florida Christian University (USA). É funcionário da Grant Thornton Auditores Independentes desde janeiro de 2014 e atua em auditoria desde 1973 (Arthur Andersen e Directa Auditores). Desde 2015, membro efetivo do Conselho Fiscal.

---

Artemio Bertholini - 095.365.318-87

Habilitação profissional como Contador, Economista, Administrador de Empresas, Auditor Independente e Professor Universitário. Sócio Diretor das empresas Directa Auditores, Directa Consultoria Fiscal e Societária LTDA, Directa Services LTDA e Directa Avaliação LTDA.

**12.7/8 - Composição dos comitês**

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
Américo Emilio Romi Neto	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Mecânico	28/04/2015	Prazo indeterminado	100.00%
016.334.888-02	Participação em diversos Comitês da Companhia (*)		22/01/1956	28/04/2015	1	
Presidente do Conselho de Administração. (*) Coordenador do Comitê de Recursos Humanos e Membro dos Comitês de Auditoria e Riscos, Máquinas para Plásticos, Acompanhamento Econômico e Fundidos e Usinados.						
Fábio Barbanti Taiar	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	28/04/2015	Prazo indeterminado	100.00%
275.907.618-00	Participação em diversos Comitês da Companhia (*)		11/08/1978	28/04/2015	1	
Diretor de Relações com Investidores, responsável também pelas áreas de Finanças, Controladoria, Recursos Humanos, Jurídico e Tecnologia da Informação. (*) Membro dos seguintes Comitês: Acompanhamento Econômico, Recursos Humanos, Auditoria e Riscos, Fundidos e Usinados, Máquinas-Ferramenta e Máquinas para Plásticos.						
Francisco Vita Junior	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Bacharel em Ciências da Computação	28/04/2015	Prazo indeterminado	100.00%
205.351.108-71	Comitê de Acompanhamento Econômico		26/09/1972	28/04/2015	1	
Diretor de operações.						
José Carlos Romi	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Mecânico	28/04/2015	Prazo indeterminado	100.00%
056.637.218-51	Participação em diversos Comitês da Companhia (*)		20/03/1959	28/04/2015	1	
Membro do Conselho de Administração, (*) Coordenador dos Comitês de Máquinas para Plásticos e de Máquinas-Ferramenta. Membros dos Comitês de Acompanhamento Econômico e de Fundidos e Usinados.						
Luiz Cassiano Rando Rosolen	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas e Contador	28/04/2015	Prazo indeterminado	100.00%
171.588.618-64	Participação em diversos Comitês da Companhia (*)		19/04/1974	28/04/2015	1	

**12.7/8 - Composição dos comitês**

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
Diretor-Presidente. (* ) Membro dos Comitês de Recursos Humanos, Auditoria e Riscos, Acompanhamento Econômico, Fundidos e Usinados, Máquinas-Ferramenta e de Máquinas para Plásticos.						
Marcio Guedes Pereira Junior	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	13/06/2017	Prazo indeterminado	100.00%
050.958.058-04	Participação em diversos Comitês da Companhia (*)		25/10/1961	13/06/2017	1	
Membro do Conselho de Administração. (* ) Membro do Comitê de Auditoria e Riscos e Membro do Comitê de Recursos Humanos.						
Monica Romi Zanatta	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administradora de Empresas	28/04/2015	Prazo indeterminado	100.00%
274.117.138-64	Participação em diversos Comitês da Companhia (*)		04/02/1981	28/04/2015	1	
Membro do Conselho de Administração. (* ) Coordenadora do Comitê de Auditoria e Riscos. Membro dos Comitês de Recursos Humanos, Acompanhamento Econômico, Máquinas para Plásticos e de Máquinas-Ferramenta.						
Paolo Guglielmo Bellotti	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Mecânico	28/04/2015	Prazo indeterminado	100.00%
416.654.578-72	Participação em diversos Comitês da Companhia (*)		03/04/1937	28/04/2015	1	
Membro do Conselho de Administração. (* ) Membro do Comitê de Máquinas para Plásticos e Coordenador do Comitê de Acompanhamento Econômico.						
Paulo Romi	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Mecânico	28/04/2015	Prazo indeterminado	71.00%
082.401.568-19	Participação em diversos Comitês da Companhia (*)		28/10/1963	28/04/2015	1	
Membro do Conselho de Administração. (* ) Membro do Comitê de Acompanhamento Econômico e Coordenador do Comitê de Fundidos e Usinados.						
William dos Reis	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Mecânico	28/04/2015	Prazo indeterminado	100.00%
017.456.838-01	Comitê de Máquinas para Plásticos		09/07/1955	28/04/2015	1	
Diretor Vice-Presidente						
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>						

---

Américo Emilio Romi Neto - 016.334.888-02

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – SP – UNICAMP. Ingressou em 1978 na Companhia, ocupando diversos cargos. Em 1989, foi eleito Diretor. Em 1995, passou a ocupar o posto de Diretor Vice-Presidente. De 1997 a 2007 atuou como Diretor-Presidente da Companhia. Em 1987, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração. Em 1997, passou a Vice-Presidente e desde 2003 é Presidente do Conselho de Administração.

---

Fábio Barbanti Tairar - 275.907.618-00

Formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP e possui especialização em Gestão Avançada em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional inclui 8 anos de atuação em auditoria. Foi contratado pela Companhia em janeiro de 2009. Desde março de 2011 atuava como Gerente de Relações com Investidores e Planejamento Estratégico, e, desde 13 de março de 2012, atua como Diretor.

---

Francisco Víta Junior - 205.351.108-71

Formado em Ciências da Computação pelo Inst. Mun. de Ensino Superior de São Caetano do Sul – IMES, pós-graduado em Engenharia da Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, MBA em Gestão Empresarial e Pós-MBA em Inteligência Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Ingressou em 1996 na Companhia, ocupando diversos cargos e é atualmente responsável pelas atividades industriais das unidades fabris, Supply Chain, Suprimentos, Melhoria Contínua, Métodos e Qualidade. Desde março/2015 atua como Diretor.

---

José Carlos Romi - 056.637.218-51

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – SP – UNICAMP. Ingressou em 1980 na Companhia, ocupando diversos cargos. Em 1989, foi eleito Diretor. Exerceu também as funções de Diretor Industrial e de Tecnologia. É membro do Conselho de Administração desde 2013.

---

Luiz Cassiano Rando Rosolen - 171.588.618-64

Formado em Administração de Empresas, pela Universidade Mackenzie, em Ciências Contábeis, pela Universidade Paulista e pós-graduado em Finanças, pela Fundação Getúlio Vargas. Cassiano concluiu em 2013 o General Management Program – Executive Education da Harvard Business School. Sua experiência profissional inclui 10 anos de atuação em auditoria no Brasil e nos Estados Unidos, sendo ele detentor do certificado CPA (Certified Public Accountant) outorgado pelo California Board of Accountancy. Ingressou na Companhia em 2006, sendo Diretor-Presidente desde março de 2015.

---

Marcio Guedes Pereira Junior - 050.958.058-04

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e concluiu MBA também na Fundação Getúlio Vargas, após ter estudado na University's Stern School of Business em Nova York. Foi diretor do Investment Banking Group do Credit Suisse no Brasil. Se uniu ao grupo Credit Suisse em 2007 e tem vasta experiência em M&A (fusões e aquisições) e Mercado de Capitais. É membro do Conselho de Administração das empresas Cia Hering, Brasil Insurance Corretora de Seguros S.A., Pomifrutas S.A.

---

Monica Romi Zanatta - 274.117.138-64

Formada em Administração de Empresas pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, com MBA Internacional em Gestão de Negócios Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e pelo Babson College – EUA. Ingressou na Companhia em 2001, tendo atuado na área de Vendas para o Mercado Externo e de Melhoria Contínua. É membro do Conselho de Administração desde 2008.

---

Paolo Guglielmo Bellotti - 416.654.578-72

Formado em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Em 1968 ingressou na Rhodia-Brasil, onde ocupou diversos cargos até chegar à presidência executiva. Foi presidente da Rhodia Argentina e membro dos comitês mundiais da Rhonê-Paulenc, matriz da Rhodia, para assuntos de estratégia e investimentos do grupo. Foi diretor-presidente da Fundação Zerbini, mantenedora do INCOR – Instituto do Coração, entre 1996 e 2000. É sócio de empresa S&V – Consultores Associados SC Ltda. É membro do Conselho de Administração desde 2006.

---

Paulo Romi - 082.401.568-19

Formado em Engenharia Mecânica Industrial pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Atua da Companhia, desde 1988, onde ocupou diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez Diretor em 2000 e até março/2009 foi responsável pela unidade de negócios fundidos e usinados. O Sr. Paulo Romi é membro do Conselho de Administração desde 2009.

---

William dos Reis - 017.456.838-01

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas – SP – UNICAMP. Ingressou em 1978 na Companhia, ocupando diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez, Diretor da Companhia, em 2007. É atualmente responsável pelas áreas de comercialização, vendas, engenharia de produtos e operações da unidade de máquinas para processamento de plásticos. É Diretor Vice-Presidente desde julho de 2008.

---

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

**Administrador do emissor ou controlada**

Carlos Guimarães Chiti Vice-Presidente do Conselho de Administração	048.669.548-41	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
--	----------------	----------------------	--------------------	---

**Pessoa relacionada**

Eugênio Guimarães Chiti Membro do Conselho de Administração	057.324.018-30	Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00	
--	----------------	---	--------------------	--

**Observação****Administrador do emissor ou controlada**

Américo Emilio Romi Neto Presidente do Conselho de Administração	016.334.888-02	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	----------------------	--------------------	---

**Pessoa relacionada**

José Carlos Romi Membro do Conselho de Administração	056.637.218-51	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	
---	----------------	----------------------	--------------------	--

**Observação**

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

**Exercício Social 31/12/2017****Administrador do Emissor**

Américo Emilio Romi Neto

016.334.888-02

Controle

Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa Relacionada**

Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.

84.696.814/0001-00

Presidente do Conselho de Administração

**Observação****Administrador do Emissor**

Américo Emilio Romi Neto

016.334.888-02

Subordinação

Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa Relacionada**

Fenix Empreendimentos S.A.

51.319.358/0001-12

Membro do Conselho de Administração

**Observação****Administrador do Emissor**

Carlos Guimarães Chiti

048.669.548-41

Subordinação

Controlador Direto

Vice-Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa Relacionada**

Fenix Empreendimentos S.A.

51.319.358/0001-12

Membro da Diretoria

**Observação****Administrador do Emissor**

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b>Cargo/Função</b> José Carlos Romi Membro do Conselho de Administração	056.637.218-51	Subordinação	Controlador Direto
<b>Pessoa Relacionada</b> Fenix Empreendimentos S.A. Membro da Diretoria	51.319.358/0001-12		
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b> Paulo Romi Membro do Conselho de Administração	082.401.568-19	Controle	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. Membro do Conselho de Administração	84.696.814/0001-00		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Exercício Social 31/12/2016</b>			
<b>Administrador do Emissor</b> Américo Emilio Romi Neto Presidente do Conselho de Administração	016.334.888-02	Controle	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b> Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A. Presidente do Conselho de Administração	84.696.814/0001-00		
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b> Américo Emilio Romi Neto	016.334.888-02	Subordinação	Controlador Direto

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b> Presidente do Conselho de Administração			
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> Fenix Empreendimentos S.A. Membro do Conselho de Administração	51.319.358/0001-12		
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b> Carlos Guimarães Chiti Vice-Presidente do Conselho de Administração	048.669.548-41	Subordinação	Controlador Direto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> Fenix Empreendimentos S.A. Membro da Diretoria	51.319.358/0001-12		
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b> José Carlos Romi Membro do Conselho de Administração	056.637.218-51	Subordinação	Controlador Direto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> Fenix Empreendimentos S.A. Membro da Diretoria	51.319.358/0001-12		
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b> Paulo Romi Membro do Conselho de Administração	082.401.568-19	Subordinação	Controlador Direto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12		

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Membro do Conselho de Administração

Observação**Exercício Social 31/12/2015**Administrador do Emissor

Américo Emilio Romi Neto

016.334.888-02

Controle

Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.

84.696.814/0001-00

Membro do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Américo Emilio Romi Neto

016.334.888-02

Subordinação

Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Fenix Empreendimentos S.A.

51.319.358/0001-12

Membro do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Américo Emilio Romi Neto

016.334.888-02

Controle

Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.

84.696.814/0001-00

Presidente do Conselho de Administração

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Carlos Guimarães Chiti Vice-Presidente do Conselho de Administração	048.669.548-41	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Fenix Empreendimentos S.A. Membro da Diretoria	51.319.358/0001-12		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> José Carlos Romi Membro do Conselho de Administração	056.637.218-51	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Fenix Empreendimentos S.A. Membro da Diretoria	51.319.358/0001-12		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Paulo Romi Membro do Conselho de Administração	082.401.568-19	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u> Fenix Empreendimentos S.A. Membro do Conselho de Administração	51.319.358/0001-12		
<u>Observação</u>			

**12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**

A Companhia mantém para os seus administradores uma Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Administradores - D&O, Vigência 15/02/2018 a 15/02/2019, Seguradora Chubb Seguros Brasil S.A., cobrindo indenizações e custos de defesa, com limite máximo de cobertura no valor R\$ 25.000.000,00.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

### 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

#### a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A prática da Companhia leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado as suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

O objetivo da prática de remuneração é a retenção dos melhores profissionais para buscar alinhamento com os interesses da Companhia, através da maximização dos índices de rentabilidade aliado aos níveis requeridos de governança corporativa.

#### b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os elementos da remuneração são: honorários (fixos e aprovados anualmente), participação nos resultados, previdência privada (contribuição definida), assistência médica (parte paga pela Companhia) e participação em reuniões do Conselho de Administração – RCA, esta última aplicável somente ao Conselho de Administração.

Quanto aos objetivos, destaca-se:

Elemento da Remuneração	Objetivos
Honorários, previdência privada, assistência médica e participação em reuniões do conselho de administração – RCA, esta última aplicável somente ao Conselho de Administração.	Retenção, e retribuição pelos serviços prestados levando em consideração a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado.
Participação nos resultados (exceto Conselho Fiscal)	Remuneração adicional que visa o reconhecimento pelos resultados atingidos

### 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Honorários e encargos	83,99%	81,86%	83,86%
Participação nos resultados	0,00%	6,04%	4,70%
Participação em RCA e comitês	8,66%	6,15%	5,40%
Previdência privada	3,92%	3,50%	4,04%
Assistência médica	3,43%	2,46%	2,01%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os honorários são reajustados, anualmente, em conformidade com as regras da assembleia geral ordinária.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração da Companhia é baseada nas práticas de mercado e possuem harmonização com os objetivos da Companhia.

#### c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

O único elemento da remuneração que possui correlação com indicadores de desempenho é a participação nos resultados, que é influenciada pelo lucro líquido auferido em cada exercício social.

#### d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conforme mencionado no item acima, há um elemento (participação nos resultados) que reflete a evolução dos indicadores de desempenho (lucro líquido).

#### e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política da Companhia leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado e está alinhado com os interesses dos acionistas e investidores.

#### f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Duas controladas da Companhia remuneraram nos últimos três exercícios a sua Diretoria Estatutária. Os valores das remunerações são os seguintes:

(a) Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. - os valores a seguir incluem os encargos sociais (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS):

2015 - R\$96.444,15

2016 - R\$93.592,92

2017 - R\$93.600,00

(b) Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. - os valores a seguir, por serem baixos, não incluem encargos sociais:

2015 - R\$1.800,00

2016 - R\$2.304,00

2017 - R\$1.800,00

Não houve remuneração para nenhum outro órgão da Administração nos exercícios apresentados.

### **13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

**g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não aplicável.

**13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal****Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.627.467,00	4.475.533,00	300.000,00	6.403.000,00
Benefícios direto e indireto	140.000,00	272.000,00	0,00	412.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	637.967,00	1.253.149,00	60.000,00	1.951.116,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outros R\$ 637.967,00 - Encargos sociais	Outros R\$ 1.253.149,00 - Encargos sociais	Outros R\$ 60.000,00 - Encargos sociais	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	485.000,00	0,00	0,00	485.000,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	ORÇADO	ORÇADO	ORÇADO	
Total da remuneração	2.890.434,00	6.000.682,00	360.000,00	9.251.116,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.056.011,00	2.923.097,00	201.605,00	4.180.713,00
Benefícios direto e indireto	132.019,00	259.266,00	0,00	391.285,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	406.003,00	818.467,00	6.256,00	1.230.726,00

Descrição de outras remunerações fixas	Outros R\$ 406.003,00 - Encargos Sociais	Outros R\$ 818.467,00 - Encargos sociais	Outros R\$ 6.256 - Encargos sociais	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	461.100,00	0,00	0,00	461.100,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>2.055.133,00</b>	<b>4.000.830,00</b>	<b>207.861,00</b>	<b>6.263.824,00</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	7,75	5,00	3,00	15,75
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.007.233,00	2.820.000,00	196.728,00	4.023.961,00
Benefícios direto e indireto	115.759,00	248.613,00	0,00	364.372,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	387.249,00	789.600,00	10.771,00	1.187.620,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outros R\$ 387.249,00 - Encargos sociais	Outros R\$ 789.600 - Encargos sociais	Outros R\$ 10.771,00 - Encargos sociais	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	42.000,00	327.000,00	0,00	369.000,00
Participação em reuniões	375.800,00	0,00	0,00	375.800,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.928.041,00</b>	<b>4.185.213,00</b>	<b>207.499,00</b>	<b>6.320.753,00</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,58	5,00	3,00	16,58
Nº de membros remunerados	8,17	5,00	3,00	16,17
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	950.503,00	2.885.789,00	179.683,00	4.015.975,00
Benefícios direto e indireto	131.233,00	229.267,00	0,00	360.500,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	356.245,00	808.021,00	7.676,00	1.171.942,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outros R\$ 356.245,00 - Encargos sociais	Outros R\$ 808.021,00 - Encargos sociais	Outros R\$ 7.676,00 - Encargos sociais	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	280.000,00	0,00	280.000,00
Participação em reuniões	321.800,00	0,00	0,00	321.800,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	1.759.781,00	4.203.077,00	187.359,00	6.150.217,00

**13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho****fiscal**

<b>Conselho de Administração</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Número total de membros	8,00	8,00	8,00	8,58
Número de membros remunerados	8,00	8,00	7,75	8,17
Em relação ao bônus:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
Em relação a participação nos resultados:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	(1)	(1)	(1)	(1)
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	(1)	(1)	(1)	(1)
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	42.000	-
<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Número total de membros	5,00	5,00	5,00	5,00
Número de membros remunerados	5,00	5,00	5,00	5,00
Em relação ao bônus:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
Em relação a participação nos resultados:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	(1)	(1)	(1)	(1)
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	(1)	(1)	(1)	(1)
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	327.000	280.000

(\*) Não há previsão de remuneração variável, ou bônus, para o Conselho Fiscal.

(1) O valor em da participação nos resultados somente é definido após a apuração do lucro líquido do exercício, portanto, não se pode informar o valor previamente.  
A Companhia não possui como prática divulgar guias (*guidance*) relacionados ao seu lucro líquido, sendo que essa divulgação poderia gerar expectativas distorcidas no mercado de capitais.

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

### **13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não aplicável à Companhia.

### **13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

### **13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

**13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

**13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**

Órgão	Qtde ações Emissor	Qtde ações Controladas
	(*)	(**)
Conselho de Administração	8.982.235	893.574
Conselho Fiscal	-	-
Diretoria Estatutária	253.500	23.238

(\*) Refere-se a quantidade de ações da Companhia (Romi), detidas, direta ou indiretamente.

(\*\*) Refere-se a quantidade de ações da controlada Rominor Comércio, detidas, direta ou indiretamente.

Posição atualizada para 16 de outubro de 2018

### 13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

							<b>2017</b>
a	Órgão	<b>Conselho de Administração</b>		<b>Diretoria Estatutária</b>		<b>Total</b>	
<b>b</b>	Número de membros (*)	8,00		5,00		13,00	
<b>c</b>	Número de membros remunerados (*)	8,00		5,00			
<b>d</b>	Nome do plano	Romiprev		Romiprev			
<b>e</b>	Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	2		1		3	
<b>f</b>	Condições para se aposentar antecipadamente	O plano não prevê aposentadoria antecipada.		O plano não prevê aposentadoria antecipada.			
<b>g</b>	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$	6.968.553,69	R\$	3.060.303,76	R\$ 10.028.857,45	
<b>h</b>	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$	46.298,04	R\$	162.566,37	R\$ 208.864,41	
<b>i</b>	Possibilidade de resgate	<p>O participante poderá solicitar o resgate antecipado sob as seguintes circunstâncias:</p> <p>i) No caso de falecimento do participante, o resgate poderá ser feito imediatamente pelo beneficiário indicado no plano;</p> <p>ii) No caso do participante que for acometido por doença grave ou se encontrar em estágio ou situação clínica de gravidade que coloque em risco sua vida, assim caracterizado e diagnosticado por médico legalmente habilitado, identificado por seu registro profissional e emitido na conformidade das normas dos Conselhos Federal e Regional de Medicina, fará jus, adicionalmente aos saldos das contas constituídas pelas contribuições realizadas à suas expensas, ao resgate de parte ou da totalidade dos saldos de contas constituídos pelas contribuições realizadas pela Companhia;</p> <p>iii) No caso do participante cujo beneficiário ou pessoas que mantém com o participante vínculo de dependência seja acometido de doença grave ou se encontrar em estágio ou situação clínica de gravidade que coloquem em risco a sua vida, também farão jus ao resgate total ou parcial dos saldos de contas constituídos pelas contribuições realizadas pela Companhia.</p> <p>(iv) O saldo das contribuições da Companhia a ser disponibilizado ao participante em razão do disposto nos itens (i) e (ii), corresponderá ao valor das despesas médico-hospitalares e/ou com a aquisição de medicamentos para fins de tratamento devidamente comprovadas.</p>					

(\*) O número de membros e o número de membros remunerado foi calculado na forma do disposto do Ofício Circular CVM/SEP Nº 01/2014, que corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

**13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	5,00	5,00	4,92	8,00	8,00	8,58	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	4,92	8,00	7,75	8,17	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	997.418,04	1.038.010,49	850.201,98	295.221,79	280.820,24	273.097,04	69.286,96	78.691,10	76.664,83
Valor da menor remuneração(Reais)	643.640,71	618.278,57	671.289,93	51.844,34	218.598,74	197.537,04	69.286,96	78.691,10	76.664,83
Valor médio da remuneração(Reais)	800.165,98	837.042,59	633.570,72	256.891,54	241.005,10	215.483,34	69.286,96	78.691,10	76.664,83

**Observação**

Diretoria Estatutária	
<b>31/12/2016</b>	Esses valores excluem encargos e incluem, além dos honorários, benefícios como plano de saúde e previdência privada. Para o cálculo do valor médio da remuneração, foram excluídos os valores pagos aos membros que deixaram seus cargos antes do encerramento de cada exercício ou que iniciaram seus cargo após o início de cada exercício, para que não haja distorções relevantes.
<b>31/12/2015</b>	Esses valores excluem encargos e incluem, além dos honorários, benefícios como plano de saúde e previdência privada. Para o cálculo do valor médio da remuneração, foram excluídos os valores pagos aos membros que deixaram seus cargos antes do encerramento de cada exercício ou que iniciaram seus cargo após o início de cada exercício, para que não haja distorções relevantes.

Conselho de Administração	
<b>31/12/2016</b>	Esses valores excluem encargos e incluem, além dos honorários, benefícios como plano de saúde e previdência privada. Para o cálculo do valor médio da remuneração, foram excluídos os valores pagos aos membros que deixaram seus cargos antes do encerramento de cada exercício ou que iniciaram seus cargo após o início de cada exercício, para que não haja distorções relevantes.
<b>31/12/2015</b>	Esses valores excluem encargos e incluem, além dos honorários, benefícios como plano de saúde e previdência privada. Para o cálculo do valor médio da remuneração, foram excluídos os valores pagos aos membros que deixaram seus cargos antes do encerramento de cada exercício ou que iniciaram seus cargo após o início de cada exercício, para que não haja distorções relevantes.

Conselho Fiscal	
<b>31/12/2015</b>	Esses valores excluem encargos e incluem, além dos honorários, benefícios como plano de saúde e previdência privada.

### **13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Não aplicável.

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores****Item 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.**

Ano	Órgão	%
2014	Conselho de Administração	45,6%
2014	Diretoria estatutária	0,0%
2015	Conselho de Administração	55,4%
2015	Diretoria estatutária	0,0%
2016	Conselho de Administração	55,3%
2016	Diretoria estatutária	0,0%

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não aplicável.

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Duas controladas da Companhia remuneraram nos últimos três exercícios a sua diretoria estatutária. Os valores das remunerações são os seguintes:

**(a) Rominor – os valores abaixo incluem os encargos (INSS e FGTS):**

2015	R\$ 96.444,15
2016	R\$ 93.592,92
2017	R\$ 93.600,00

**(b) Rominor Empreendimentos – os valores abaixo, por serem baixos, não incluem encargos:**

2015	R\$ 1.800,00
2016	R\$ 2.304,00
2017	R\$ 1.800,00

Não houve remuneração para nenhum outro órgão da administração nos períodos apresentados.

### **13.16 - Outras informações relevantes**

Não aplicável.

## 14.1 - Descrição dos recursos humanos

### Descrição dos recursos humanos

Quantidade de funcionários por país			
	2017	2016	2015
Brasil	1.453	1.501	1.651
México	1	1	1
Itália	3	3	3
França	15	15	13
Inglaterra	17	17	16
Espanha	12	12	8
Alemanha	216	216	219
China	5	5	5
EUA	11	11	11
<b>Total</b>	<b>1.733</b>	<b>1.781</b>	<b>1.927</b>

Quantidade de funcionários por função desempenhada			
	2017	2016	2015
Administração	237	248	313
Comercialização	239	242	297
Diretoria	20	20	22
Produção	1.115	1.148	1.181
Tecnologia	122	123	114
<b>Total</b>	<b>1.733</b>	<b>1.781</b>	<b>1.927</b>

Índice de rotatividade			
	2017	2016	2015
<b>Total do grupo</b>	<b>3%</b>	<b>8%</b>	<b>16%</b>

Total de funcionários terceirizados			
	2017	2016	2015
<b>Total do grupo</b>	<b>295</b>	<b>322</b>	<b>214</b>

## **14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos**

As alterações de recursos humanos ocorridas na Romi Brasil ao longo do ano de 2017 foram feitas visando a adequação da Companhia aos patamares de demanda do mercado, especialmente da unidade de negócio Máquinas Romi.

## 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

### a. Política de salários e remuneração variável:

Tem como objetivo assegurar que todos os funcionários sejam remunerados de uma forma internamente justa e externamente competitiva, de acordo com nossas necessidades, objetivos e recursos financeiros, de forma a atrair, reter e motivar pessoal e recompensar o bom desempenho.

#### PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS (PLR):

Tem como objetivo a maximização de lucros para a empresa e, conseqüentemente, gerar mais recompensa aos funcionários.

A distribuição da PLR é feita em múltiplo de Salário Nominal e múltiplo do Piso Salarial e, seu cálculo é fundamentado no conceito de Margem Calculada obtida no ano. São utilizadas 3 (três) tabelas para apuração da Margem Calculada, sendo 1(uma) representando o Geral da Empresa e as outras 2 (duas) representando cada uma das Unidades de Negócio (Máquinas e Fundidos/Usinados). A quantidade de Salário Nominal e Piso Salarial a ser pago como PLR final, já acrescida dos percentuais referentes às metas de produtividade, é calculada sobre o salário nominal do mês de dezembro, apurando-se, assim, o valor da PLR a ser paga a cada funcionário. O montante da PLR a ser paga pela ROMI é limitada a 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido do Exercício, observado o valor individual máximo de 3 (três) salários nominais. Trimestralmente, após a publicação oficial das demonstrações financeiras do período, é divulgado aos funcionários os resultados até a data, para fins de acompanhamento.

#### REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL:

Tem como objetivo manter um Sistema de Remuneração Variável Anual para os cargos de confiança (Assessor, Chefe e Gerente), visando estimular e premiar pelo atingimento dos objetivos e metas (quantitativas e qualitativas), definidos pela Direção da empresa. O montante a ser pago é um valor determinado pela empresa, com base no orçamento anual. Sua distribuição é feita conforme desempenho de cada Assessor, Chefe e Gerente.

#### SISTEMA DE INCENTIVO DE VENDAS (SIV):

Tem como objetivo manter um Sistema de Incentivo de Vendas (SIV) para os profissionais que atuam na força de comercialização (Vendedores Técnicos, Gerentes de Filial de Vendas e Gerentes de Venda) em complementação ao salário nominal, visando estimulá-los no atingimento dos objetivos da Divisão de comercialização, de forma a atrair e reter bons profissionais. O valor do SIV leva em consideração o pacote de vendas de máquinas e/ou equipamentos e tabela regressiva de percentuais sobre o valor de vendas.

### b. Política de benefícios

#### RESTAURANTE INTERNO:

Tem por objetivo oferecer serviços de restaurante, de maneira mais econômica, higiênica e saudável possível. O valor de cada refeição cobrado do funcionário é estipulado de acordo com tabela, observando-se um teto determinado pela empresa.

#### ASSISTÊNCIA MÉDICA:

Tem por objetivo proporcionar um adequado atendimento nos casos de tratamento de saúde dos funcionários e seus dependentes. Os planos oferecidos são: Plano A (com internação em quarto coletivo e uso de rede credenciada para clínicas, médicos hospitalares e serviços), Plano B (com internação em quarto privativo, com direito a acompanhante e uso de rede credenciada para clínicas, médicos hospitalares e serviços) e Seguro Saúde (oferece os mesmos serviços que o plano com internação em quarto coletivo e proporciona aos usuários a opção por clínicas, médicos, hospitais e serviços fora da rede credenciadas).

#### PREVIDÊNCIA PRIVADA (ROMIPREV):

Tem por objetivo proporcionar uma importante contribuição adicional à renda da previdência social e ampliar os recursos do funcionário por ocasião da aposentadoria. As coberturas oferecidas são Renda Mensal Vitalícia Reversível ao Cônjuge em 60% e Múltiplo de Salários.

#### CESTA BÁSICA:

Tem por objetivo premiar os funcionários que não se ausentam, e que dessa forma contribuem fortemente para o aumento da produtividade e eficiência. Elevar o bem-estar dos funcionários e seus familiares, concedendo itens de alimentação e limpeza importantes para a saúde e qualidade de vida. Proporcionar economia nos gastos mensais dos funcionários e familiares. Todo funcionário pode optar pela Cesta Básica, assinando o termo de adesão (ou não adesão). O valor de cada cesta básica cobrado do funcionário é estipulado de acordo com tabela, observando-se um teto determinado pela empresa.

### **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

#### **MATERIAL ESCOLAR:**

Tem por objetivo incentivar o estudo e desenvolvimento dos filhos de funcionários da empresa, e proporcionar economia nos gastos anuais dos materiais escolares utilizados. E oferecido aos funcionários que possuem filhos na faixa etária de 06 a 14 anos.

#### **TRANSPORTE DE PESSOAL:**

Tem por objetivo o transporte (sem custo) aos funcionários que trabalham em Santa Bárbara d'Oeste, visando contribuir para uma boa pontualidade e assiduidade, bem como motivar e facilitar a locomoção.

#### **OUTROS SERVIÇOS:**

Além dos benefícios acima, a empresa contrata, a expensas dos funcionários, serviços de Assistência Odontológica e Plano de Seguro de Vida em Grupo.

*OBSERVAÇÃO: Informações aplicáveis aos funcionários do Brasil. Para as subsidiárias, aplica-se legislação e condições locais.*

#### **14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

A Companhia mantém relações baseadas na transparência e diálogo constante junto aos sindicatos dos trabalhadores.

É garantido a todos os funcionários o direito à livre associação ao sindicato, inclusive com convênio que permite o desconto da mensalidade em folha de pagamento.

Temos diversas comissões internas de empregados, como por exemplo CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), Comissão de empregados para discussão e aprovação da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), dentre outras.

Há funcionários da Companhia, que por convite do sindicato, atualmente exercem cargos de direção sindical.

## **14.5 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Paulo Romi</b>						
082.401.568-19		Sim	Não	22/10/2018		
Não						
	319.308	0,508000%	0	0,000000%	319.308	0,508000%
<b>Romeu Romi</b>						
014.770.568-15	Brasileira-SP	Sim	Não	22/10/2018		
Não						
	1.178.938	1,876000%	0	0,000000%	1.178.938	1,876000%
<b>Américo Emílio Romi Neto</b>						
016.334.888-02	Brasileira-SP	Sim	Não	22/10/2018		
Não						
	732.189	1,165000%	0	0,000000%	732.189	1,165000%
<b>Patrícia Romi Cervone</b>						
067.630.358-70		Sim	Não	22/10/2018		
Não						
	319.308	0,508000%	0	0,000000%	319.308	0,508000%
<b>Juliana Guimarães Chiti</b>						
016.341.138-70	Brasileira-SP	Sim	Não	22/10/2018		
Não						
	903.227	1,437000%	0	0,000000%	903.227	1,437000%

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Maria Pia Romi Campos</b>						
057.324.458-89	Brasileira-SP	Sim	Não	22/10/2018		
Não						
	732.190	1,165000%	0	0,000000%	732.190	1,165000%
<b>Sandra Maria Romi Cheida</b>						
045.954.068-86		Sim	Não	22/10/2018		
Não						
	319.308	0,508000%	0	0,000000%	319.308	0,508000%
<b>Fenix Empreendimentos S.A.</b>						
51.319.358/0001-12	Brasileira-SP	Sim	Sim	22/10/2018		
Não						
	23.166.192	36,855000%	0	0,000000%	23.166.192	36,855000%
<b>José Carlos Romi</b>						
056.637.218-51	Brasileira-SP	Sim	Não	22/10/2018		
Não						
	732.190	1,165000%	0	0,000000%	732.190	1,165000%
<b>Carlos Guimarães Chiti</b>						
048.669.548-41	Brasileira-SP	Sim	Não	22/10/2018		
Não						
	903.226	1,437000%	0	0,000000%	903.226	1,437000%

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>André Luis Romi</b>						
089.555.168-35	Brasileira-SP	Sim	Não	22/10/2018		
Não						
	732.190	1,165000%	0	0,000000%	732.190	1,165000%
<b>Anna Maria de Toledo Romi</b>						
262.179.248-03		Sim	Não	22/10/2018		
Não						
	131.189	0,209000%	0	0,000000%	131.189	0,209000%
<b>Fundação Petrobrás de Seguridade Social</b>						
34.053.942/0001-50		Não	Não	05/10/2018		
Não						
	5.991.146	9,531000%	0	0,000000%	5.991.146	9,531000%
<b>Adriana Romi</b>						
067.631.108-39		Sim	Não	22/10/2018		
Não						
	319.308	0,508000%	0	0,000000%	319.308	0,508000%
<b>Eugênio Guimarães Chiti</b>						
057.324.018-30	Brasileira-SP	Sim	Não	22/10/2018		
Não						
	903.227	1,437000%	0	0,000000%	903.227	1,437000%

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Frederico Romi</b>						
052.111.018-12		Sim	Não	22/10/2018		
Não						
	319.308	0,508000%	0	0,000000%	319.308	0,508000%
<b>OUTROS</b>						
	25.155.203	40,018000%	0	0,000000%	25.155.203	40,018000%
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 04/08/2016</b>						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
<b>TOTAL</b>						
	62.857.647	100,000000%	0	0,000000%	62.857.647	100,000000%

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
<b>Adriana Romi</b>					
067.631.108-39		Sim	Sim	03/01/2013	
Não					
1.544.726	5,118000	0	0,000000	1.544.726	5,118000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Américo Emilio Romi Neto</b>					
016.334.888-02	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/07/2015	
Não					
2.007.557	6,652000	0	0,000000	2.007.557	6,652000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Ana Regina Romi Zanatta</b>					
030.178.208-31	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
Não					
1.940.010	6,428000	0	0,000000	1.940.010	6,428000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
<b>André Luis Romi</b>					
089.555.168-35	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/07/2015	
Não					
2.007.557	6,652000	0	0,000000	2.007.557	6,652000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Anna Maria de Toledo Romi</b>					
262.179.248-03		Sim	Sim	03/01/2013	
Não					
70.949	0,235000	0	0,000000	70.949	0,235000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Carlos Guimarães Chiti</b>					
048.669.548-41	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
Não					
2.601.244	8,619000	0	0,000000	2.601.244	8,619000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12		
<b>Claudia Miriam Romi</b>						
693.710.916-49	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013		
Não						
1.940.000	6,428000	0	0,000000	1.940.000	6,428000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Daniel Furlan Romi</b>						
175.718.228-40	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013		
Não						
73	0,001000	0	0,000000	73	0,001000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Eugênio Guimarães Chiti</b>						
057.324.018-30	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013		
Não						
2.601.244	8,619000	0	0,000000	2.601.244	8,619000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Fenix Empreendimentos S.A.</b>				<b>51.319.358/0001-12</b>		
<b>Fernando Romi Zanatta</b>						
225.651.668-77	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013		
Não						
63	0,001000	0	0,000000	63	0,001000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Frederico Romi</b>						
052.111.018-12		Sim	Sim	03/01/2013		
Não						
1.544.727	5,118000	0	0,000000	1.544.727	5,118000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Giordano Romi - Espólio</b>						
014.766.888-34	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013		
Não						
269.507	0,893000	0	0,000000	269.507	0,893000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12	
<b>Giordano Romi Junior</b>					
030.367.578-05	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
Não					
1.940.073	6,428000	0	0,000000	1.940.073	6,428000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>José Carlos Romi</b>					
056.637.218-51	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/07/2015	
Não					
2.007.557	6,652000	0	0,000000	2.007.557	6,652000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Juliana Guimarães Chiti</b>					
016.341.138-70	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
Não					
2.601.244	8,619000	0	0,000000	2.601.244	8,619000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Fenix Empreendimentos S.A.</b>				<b>51.319.358/0001-12</b>		
<b>Maria Pia Romi Campos</b>						
057.324.458-89	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/07/2015		
Não						
2.007.557	6,652000	0	0,000000	2.007.557	6,652000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>Patrícia Romi Cervone</b>						
067.630.358-70		Sim	Sim	03/01/2013		
Não						
1.544.727	5,118000	0	0,000000	1.544.727	5,118000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Paulo Romi</b>						
082.401.568-19		Sim	Sim	03/01/2013		
Não						
1.544.727	5,118000	0	0,000000	1.544.727	5,118000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Fenix Empreendimentos S.A.</b>				<b>51.319.358/0001-12</b>		
<b>Romeu Romi</b>						
014.770.568-15	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013		
Não						
235.645	0,781000	0	0,000000	235.645	0,781000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Sandra Maria Romi Cheida</b>						
045.954.068-86		Sim	Sim	03/01/2013		
Não						
1.544.727	5,118000	0	0,000000	1.544.727	5,118000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Suzana Guimarães Chiti</b>						
265.639.118-03	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013		
Não						
226.496	0,750000	0	0,000000	226.496	0,750000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>						
30.180.410	100,000000	0	0,000000	30.180.410	100,000000	

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fundação Petrobrás de Seguridade Social				34.053.942/0001-50		
OUTROS						
5.991.146	100,000000	0	0,000000	5.991.146	100,000000	
TOTAL						
5.991.146	100,000000	0	0,000000	5.991.146	100,000000	

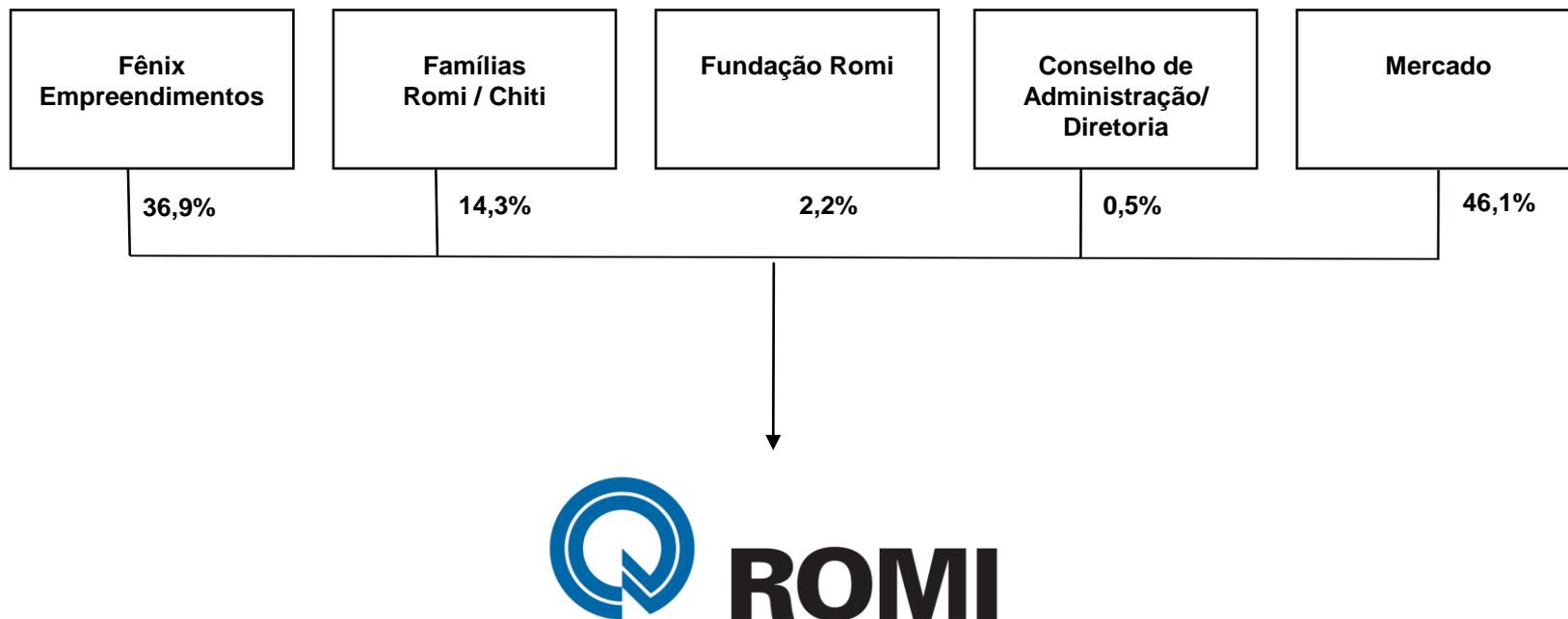
**15.3 - Distribuição de capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	13/03/2018
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	3.398
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	76
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	66

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	28.624.809	45,539104%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	0	0,000000%
<b>Total</b>	28.624.809	45,539104%



Nota: Fênix Empreendimentos S.A. é uma companhia holding controlada pelas famílias Romi e Chiti. As ações atribuídas ao Conselho de Administração e Diretoria não incluem a participação dos Administradores que são membros das famílias Romi e Chiti.

ACORDO DE VOTOS ENTRE OS ACIONISTAS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A.

CELEBRADO ENTRE

JULIANA GUIMARÃES CHITI, CARLOS GUIMARÃES CHITI, EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI,  
FLORA SANS ROMI, AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO, JOSÉ CARLOS ROMI, MARIA PIA ROMI  
CAMPOS, ANDRÉ LUÍS ROMI, ROMEU ROMI, ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI, SANDRA  
MARIA ROMI CHEIDA, FREDERICO ROMI, PAULO ROMI, PATRICIA ROMI CERVONE,  
ADRIANA ROMI E FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A.

COMO ACIONISTAS CONTRATANTES E

INDÚSTRIAS ROMI S.A.,

COMO INTERVENIENTE ANUENTE

---

DATADO DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012

---

**ACORDO DE VOTOS ENTRE OS ACIONISTAS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A.**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma admitida em Direito, as partes:

**JULIANA GUIMARÃES CHITI**, brasileira, divorciada, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.784.445-7, CPF/MF nº 016.341.138-70;

**CARLOS GUIMARÃES CHITI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.588, CPF/MF nº 048.669.548-41;

**EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.587, CPF/MF nº 057.324.018-30;

**FLORA SANS ROMI**, brasileira, viúva, do lar, Carteira de Identidade RG nº 5.342.918, CPF/MF nº 160.758.058-69;

**AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 7.437.747-4, CPF/MF nº 016.334.888-02;

**JOSÉ CARLOS ROMI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.088-6, CPF/MF nº 056.637.218-51;

**MARIA PIA ROMI CAMPOS**, brasileira, casada, arquiteta, Carteira de Identidade RG nº 7.769.715-7, CPF/MF nº 057.324.458-89;

**ANDRÉ LUÍS ROMI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.089, CPF/MF nº 089.555.168-35;

**ROMEU ROMI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 1.142.197, CPF/MF nº 014.770.568-15;

**ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI**, brasileira, casada, do lar, Carteira de Identidade RG nº 2.408.218-1, CPF/MF nº 262.179.248-03;

**SANDRA MARIA ROMI CHEIDA**, brasileira, casada, economista, Carteira de Identidade RG nº 9.036.179-9, CPF/MF nº 045.954.068-86;

**FREDERICO ROMI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.174-X, CPF/MF nº 052.111.018.12;

**PAULO ROMI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.175-1, CPF/MF nº 082.401.568-19;

**PATRÍCIA ROMI CERVONE**, brasileira, casada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.176-3, CPF/MF nº 067.630.358-70;

ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A.

**ADRIANA ROMI**, brasileira, divorciada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.178-7, CPF/MF nº 067.631.108-39;

todos domiciliados na Rua Riachuelo, nº 5, Vila Romi, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, e

**FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A.**, CNPJ nº 51.319.358/0001-12, por seus representantes legais, sediada na Rua Riachuelo, nº 5, Vila Romi, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo ("Fênix");

denominados, conjuntamente, **ACIONISTAS CONTRATANTES**; e

**INDÚSTRIAS ROMI S.A.**, sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 56.720.428/0001-63, portadora do Código CVM nº. 7510, com sede na Avenida Pérola Byington, nº 56, na Cidade de Santa Bárbara d' Oeste, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Romi", "Companhia" ou "Sociedade"), como **INTERVENIENTE ANUENTE**.

**CONSIDERANDO QUE** os Acionistas Contratantes manifestaram seu interesse em, através do presente Acordo de Votos ("Acordo"), regular as condições para exercício de seus direitos de voto referentes às ações de emissão da Romi de que são titulares.

Os Acionistas Contratantes firmam o presente Acordo, o que fazem de acordo com as cláusulas e condições que se seguem.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Os Acionistas Contratantes firmam o presente Acordo, com a finalidade de regular o exercício de seus direitos de voto inerentes à propriedade das Ações (conforme definido na Cláusula Segunda abaixo).

### **CLÁUSULA SEGUNDA**

Os Acionistas Contratantes declaram-se proprietários, nesta data, de ações ordinárias constitutivas do capital de Romi, emitidas na forma escritural e mantidas em conta de depósito no Banco Bradesco S.A., nas quantidades constantes do Anexo I ("Ações").

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O presente Acordo vincula os Acionistas Contratantes, de modo a englobar a totalidade das Ações relacionadas no Anexo I deste Acordo, assim como todas as ações resultantes de subscrições, do exercício do direito de preferência relativo às Ações ou, ainda, da conversão ou permuta em Ações, bem como de desdobramentos, grupamentos, fusões, cisões, incorporações, bonificações, dividendos, capitalização de lucros ou de correção monetária, ou, ainda, valores mobiliários com direito à subscrição ou que sejam conversíveis em ações, decorrentes de qualquer modo das Ações, bem como decorrentes das situações previstas na Cláusula Terceira, devendo o Anexo I também ser atualizado por ocasião de quaisquer destas movimentações.

ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A.

## CLÁUSULA TERCEIRA

Os Acionistas Contratantes acordam que o presente Acordo abrangerá, também: (i) as Ações de titularidade da Fênix que venham a ser transferidas pela Fênix a qualquer um de seus acionistas em virtude de deliberação societária que objetive a retirada ou a redução da participação deste acionista no capital social da Fênix por meio do recebimento de Ações Romi; ou (ii) as Ações que venham a ser transferidas por quaisquer dos Acionistas Contratantes (a) a ascendentes, descendentes ou cônjuge, ou mesmo em caso de sucessão “causa mortis”; ou (b) aos próprios Acionistas Contratantes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caso o acionista de Fênix (hipótese ‘i’ da Cláusula Terceira acima), ou o ascendente, descendente, cônjuge ou herdeiro de qualquer dos Acionistas Contratantes (hipótese ‘ii’ da Cláusula Terceira acima) que receba as Ações não seja um dos Acionistas Contratantes, eles estarão obrigados a aderir ao presente Acordo por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Acordo de Votos na forma constante no Anexo II, cabendo ao Acionista Contratante que ceder as Ações a obrigação de dar ciência ao acionista que receberá as Ações quanto à necessidade de adesão ao presente Acordo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Sempre que ocorrer alguma transferência no âmbito da Cláusula Terceira deste Acordo, deverá ser providenciado pelo Secretário do Acordo, conforme eleito nos termos do Parágrafo Décimo da Cláusula Quarta, o aditamento da quantidade de Ações constantes do Anexo I, de modo a evidenciar a vinculação, também, das ações transferidas, bem como a sua titularidade.

## CLÁUSULA QUARTA

Os Acionistas Contratantes reconhecem expressamente as vantagens de criar mecanismos destinados a assegurar sua posição homogênea no capital social da Romi, em especial no relacionamento uníssono com os demais acionistas da Romi, visando manter íntegro o bloco de Ações que assegure aos Acionistas Contratantes o exercício conjunto do poder político detido na Romi.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os Acionistas Contratantes concordam, nessas condições, que, a partir desta data e durante a vigência do presente Acordo, os Acionistas Contratantes regularão o modo pelo qual se dará a aprovação das matérias de competência da assembleia geral de acionistas da Romi.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Para assegurar a implementação do disposto no Parágrafo Primeiro, acima, fica expressamente estipulado que, sendo convocada assembleia geral de acionistas da Romi, os Acionistas Contratantes deverão se reunir em reunião prévia, no município de Santa Bárbara d’Oeste-SP, ou em outro local escolhido de comum acordo por todos os Acionistas Contratantes, para apreciar, discutir e deliberar sobre as matérias da respectiva ordem do dia, mediante convocação a ser enviada por qualquer dos Acionistas Contratantes ou pelo Secretário do Acordo, na forma prevista no Parágrafo Décimo, abaixo (“Reunião Prévia”).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A primeira convocação da Reunião Prévia deverá ser feita até o primeiro dia útil imediatamente seguinte à data da primeira convocação da assembleia geral da Romi, e a Reunião Prévia deverá ser realizada com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência da data da referida assembleia.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A Reunião Prévia em primeira convocação será instalada com a presença de Acionistas Contratantes que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação da totalidade das Ações. Caso o quórum mínimo de instalação de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação da totalidade das Ações não seja alcançado em primeira convocação, uma nova Reunião Prévia será automaticamente convocada para se realizar no dia seguinte àquela em que a Reunião Prévia deveria ter sido realizada, sendo neste caso instalada a Reunião Prévia com qualquer quórum de presença.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As deliberações dos Acionistas Contratantes serão tomadas por maioria de votos dos presentes à Reunião Prévia, considerada a quantidade de Ações detida pelos presentes, ficando, no entanto, entendido que, uma vez aprovada, a posição majoritária será vinculativa para todos os Acionistas Contratantes, ainda que qualquer deles tenha estado ausente à citada Reunião Prévia, e independentemente do voto específico que, naquela reunião, tenha proferido.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Admite-se a representação nas Reuniões Prévias por procurador, com poderes especiais expressamente previstos para tal fim, desde que a pessoa nomeada seja um dos outros Acionistas Contratantes signatários deste Acordo.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Para os efeitos do presente Acordo, os Acionistas Contratantes se comprometem e se obrigam a comparecer em todas as assembleias gerais da Romi, exercendo o direito de voto tão somente na forma que tiver sido deliberada na Reunião Prévia especialmente convocada com a finalidade de decidir o modo como os Acionistas Contratantes exercerão seu direito de voto na respectiva assembleia geral da Romi.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Os Acionistas Contratantes, pelo presente instrumento, conferem poderes ao Secretário do Acordo para, em seus nomes, ao término de cada Reunião Prévia, substabelecer poderes para um ou mais procuradores, para que, agindo de modo isolado, estes compareçam às assembleias gerais da Romi e votem em nome de cada Acionista Contratante, conforme acordado na Reunião Prévia. Tal procurador deverá necessariamente ser um dos demais Acionistas Contratantes, um dos administradores da Romi ou advogado, e o instrumento de procuração deverá conter a orientação de voto e ser específico para cada ato a ser praticado, em conformidade com o quanto disposto no parágrafo primeiro do artigo 126 da lei 6.404/76.

**PARÁGRAFO NONO** - As obrigações contraídas no presente Acordo não poderão ser invocadas pelos Acionistas Contratantes para eximir qualquer dos Acionistas Contratantes de sua responsabilidade legal no exercício do direito de voto.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Os Acionistas Contratantes que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação da totalidade das Ações deverão nomear, anualmente, um secretário para o Acordo (“Secretário do Acordo”), com a função específica de informar os Acionistas Contratantes a respeito das matérias a serem tratadas na ordem do dia das Reuniões Prévias, convocar tais Reuniões Prévias, registrar as deliberações, bem como zelar pelo cumprimento deste Acordo. O Ato de eleição do secretário do Acordo deverá estipular as atribuições e responsabilidades do secretário.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - A qualquer tempo, os Acionistas Contratantes que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação da totalidade das Ações poderão destituir o Secretário do Acordo, sendo que, ocorrendo esta hipótese, um novo Secretário do Acordo deverá ser imediatamente nomeado.

## **CLÁUSULA QUINTA**

Obrigam-se os Acionistas Contratantes a cumprir, e a fazer cumprir, integralmente tudo o que é pactuado entre si no presente Acordo, pelo que reconhecem e afirmam ser nula e ineficaz, entre eles, perante a Romi e perante terceiros, qualquer atitude e/ou medida que tomarem em discordância com o ora pactuado e/ou que represente violação às obrigações assumidas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Todas as obrigações ora assumidas pelos Acionistas Contratantes o são em caráter irrevogável e irretratável.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As obrigações assumidas neste Acordo serão objeto de execução específica por qualquer dos Acionistas Contratantes, nos termos do artigo 118, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades Anônimas. Os Acionistas Contratantes não renunciam a qualquer ação ou providência (inclusive a cobrança de perdas e danos) a que tenham direito a qualquer tempo. Os Acionistas Contratantes expressamente admitem e se obrigam ao cumprimento específico de suas obrigações e a aceitar ordens judiciais, quando aplicável, e decisões arbitrais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - De modo a preservar, promover e maximizar o valor das Ações, os Acionistas Contratantes se obrigam a zelar e fazer zelar pela boa imagem da Romi e da sua Administração, perante todas as partes relacionadas, em especial, mas não limitado a, acionistas, investidores, financiadores, clientes, fornecedores, funcionários, comunidade, autoridades constituídas, governo, imprensa, redes sociais, internet, dentre outras.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Sem prejuízo da obrigação de reparar por perdas e danos, o Acionista Contratante que infringir o presente Acordo estará sujeito, enquanto perdurar a infração, a uma multa diária desde a data da infração, no valor equivalente a 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre a totalidade das suas Ações, pelo valor de mercado da Ação, conforme listado em bolsa, de acordo com a média, ponderada pelo volume, dos últimos 30 (trinta) pregões em que tenha havido negócios com ações da Romi. De todo modo, o valor total de qualquer multa estará limitado, por evento, a 10% (dez por cento) de tal participação.

## **CLÁUSULA SEXTA**

Este Acordo obriga igualmente os sucessores e cessionários dos Acionistas Contratantes, a qualquer tempo e título.

## **CLÁUSULA SÉTIMA**

Excetuadas as hipóteses previstas na Cláusula Terceira, a Alienação de Ações para terceiros não enseja a adesão destes terceiros ao presente Acordo, devendo ser providenciado pelo Secretário do Acordo o aditamento da quantidade de Ações constantes do Anexo I, de modo a excluir tais Ações do Acordo. Para fins deste Acordo, o termo “Alienação” (assim como a palavra “Alienar”) significa vender, permutar, doar (exceto aos seus ascendentes e/ou descendentes diretos e cônjuges), conferir ao capital, mutuar, ou por qualquer outra forma ceder (inclusive ceder o direito de preferência e o direito de subscrição), alienar ou transferir a posse ou titularidade das Ações, ou de direitos econômicos delas derivados, a qualquer título, de forma direta ou indireta, de forma voluntária ou involuntária, gratuita ou onerosa, ou, ainda, prometer praticar quaisquer uns dos referidos atos, ou dar em penhor, caução, alienação fiduciária ou qualquer outra forma de garantia, ou usufruto (exceto se em benefício próprio ou de seu cônjuge), seja a que título for.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O Acionista Contratante que, de qualquer forma, Alienar a totalidade das suas Ações, ficará automaticamente desvinculado deste Acordo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Não serão permitidas desvinculações ao presente Acordo nos 30 (trinta) dias anteriores ou nos 30 (trinta) dias seguintes à data de uma assembleia geral de acionistas da Romi.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Exceto quando a Alienação implicar transferência da titularidade das Ações, nos termos deste Acordo, os Acionistas Contratantes não poderão ceder ou transferir o direito de voto das Ações a terceiros não vinculados ao presente Acordo, sendo nulos os instrumentos celebrados em desacordo com o previsto neste parágrafo, devendo a Companhia abster-se de registrá-los. Desta maneira, os Acionistas Contratantes estipulam que, em caso de oneração das Ações, deverá o Acionista Contratante necessariamente preservar o direito de voto das Ações oneradas; e na hipótese de aluguel das Ações, o locatário destas Ações deverá aderir ao Acordo.

## **CLÁUSULA OITAVA**

Obrigam-se os Acionistas Contratantes a providenciar o arquivamento do presente Acordo, bem como das suas eventuais alterações ou aditamentos, inclusive do seu Anexo I, na sede da Companhia, que se obriga a observá-lo, rigorosamente, em todos os termos e condições, razão pela qual o assina na qualidade de interveniente anuente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Cada um dos Acionistas Contratantes terá o direito de requerer ao Presidente da Assembleia Geral da Romi que declare a invalidade do voto proferido contra disposição expressa neste Acordo.

## **CLÁUSULA NONA**

O presente Acordo vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data de sua assinatura, somente podendo ser alterado mediante outro instrumento contendo a anuência de todos os Acionistas Contratantes, que igualmente não poderão firmar entre si documentos que conflitem sob qualquer forma com as obrigações contraídas através do presente Acordo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA**

Se qualquer disposição contida neste Acordo for considerada inválida, ilegal ou inexecutável, sob qualquer aspecto, a validade, legalidade ou exequibilidade das outras disposições contidas neste Acordo não será afetada ou prejudicada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

Este Acordo estabelece o acordo integral entre as partes em relação ao seu objeto, substituindo qualquer outro acordo, contrato, promessa, convenção, comunicação ou declaração, verbal ou por escrito, anteriormente havido por qualquer das partes em relação à matéria aqui tratada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

Os Acionistas Contratantes deverão emendar os seus melhores esforços para tentar dirimir amigavelmente todas as controvérsias e disputas que surgirem do presente Acordo, inclusive com relação à aplicação de penalidades e/ou indenizações. Ocorrendo qualquer controvérsia, qualquer dos Acionistas Contratantes nela envolvida deverá encaminhar ao outro Acionista Contratante ou aos outros Acionistas Contratantes envolvidos na controvérsia notificação escrita com o propósito de manter negociações amigáveis e de boa-fé a fim de resolvê-la no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação. Os Acionistas Contratantes concordam que em caso de insucesso da tentativa de resolver as controvérsias amigavelmente, as controvérsias deverão ser solucionadas exclusivamente por arbitragem, que será final, conclusiva e obrigará os Acionistas Contratantes, seus sucessores e cessionários.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A arbitragem será conduzida no idioma português, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em local a ser definido pelo juízo arbitral, que decidirá de acordo com as leis do Brasil, em processo instaurado e conduzido de acordo com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Novo Mercado (“Regulamento de Arbitragem do Novo Mercado”) em vigor na data de assinatura do presente instrumento. Caso as regras procedimentais do Regulamento de Arbitragem do Novo Mercado sejam silentes em qualquer aspecto procedimental, estas regras serão suplementadas pelas disposições da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Ao tribunal arbitral caberá resolver todas as controvérsias relativas ao litígio, inclusive as de cunho incidental, cautelar, coercitivo ou interlocutório e/ou declaratório, sendo vedado aos árbitros decidir por equidade.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, tendo cada um dos Acionistas Contratantes em disputa o direito de nomear 1 (um) árbitro cada um. Se houver mais de um requerente ou mais de um requerido, os requerentes ou requeridos deverão indicar em conjunto seu respectivo árbitro. O terceiro árbitro, que será também o presidente do juízo arbitral, será escolhido em conjunto pelos árbitros nomeados pelos Acionistas Contratantes. Na hipótese de qualquer dos Acionistas Contratantes deixar de nomear seu árbitro, ou de os árbitros indicados pelos Acionistas Contratantes da controvérsia não chegarem a um consenso quanto ao terceiro árbitro, o árbitro será designado segundo as regras do Regulamento de Arbitragem do Novo Mercado, no prazo máximo de 10 (dez) dias da data em que se verificar aludido impasse.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A decisão arbitral será dada por escrito e será devidamente fundamentada, com a descrição sumária dos fatos levados em consideração para a decisão e a indicação de sua base legal. A decisão arbitral será final e imediatamente executável nos termos da lei em vigor.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Cada Acionista Contratante será responsável, antes de proferida a decisão arbitral, por seus respectivos custos e despesas incorridos durante a arbitragem (o que inclui, sem limitação, honorários e despesas de advogados). Uma vez proferida a decisão arbitral, os custos deverão ser suportados pela parte vencida.

**PARÁGRAFO SEXTO** - O procedimento arbitral, assim como documentos e informações levados à arbitragem, serão considerados confidenciais, não sendo admitida nenhuma publicidade, exceto na medida em que seja exigido pela lei em vigor.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A sentença arbitral a ser prolatada pelo tribunal arbitral poderá ser levada a qualquer tribunal competente para determinar a sua execução, a qual será considerada final e definitiva, obrigando as partes da controvérsia, as quais renunciam expressamente a qualquer recurso, com exceção do pedido de esclarecimento previsto no art. 30 da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Não obstante as disposições contidas nesta cláusula, os Acionistas Contratantes não estão impedidos de recorrer ao Poder Judiciário para: (i) a obtenção de medidas cautelares (ou qualquer outro recurso que não possa ser obtido no âmbito da legislação de arbitragem brasileira), de proteção de direitos previamente à instituição da arbitragem, as quais prevalecerão somente até que sejam reapreciadas pelo tribunal arbitral, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à arbitragem como o único meio de solução de conflitos escolhido pelas partes da controvérsia; (ii) assegurar a instituição da arbitragem; (iii) executar qualquer decisão do tribunal arbitral, inclusive a sentença arbitral, e (iv) pleitear eventualmente a nulidade da sentença arbitral, conforme previsto em lei. Para as medidas aqui previstas, fica desde já eleito o foro da cidade de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. A necessidade de interposição de qualquer medida cautelar ou qualquer outro recurso estabelecido nesta cláusula perante autoridade judicial não deverá ser considerada como incompatível com a eleição da arbitragem nem deverá representar uma renúncia por qualquer parte a quaisquer disposições desta cláusula. Quaisquer pedidos ou medidas

implementadas pela autoridade judicial deverão ser notificadas sem demora ao tribunal arbitral, se já constituído, pela parte requerente de tal medida.

E, assim justas e convencionadas, assinam o presente Acordo em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santa Bárbara d'Oeste, 5 de novembro de 2012

**Carlos Guimarães Chiti**

**Juliana Guimarães Chiti**

**Eugênio Guimarães Chiti**

**Flora Sans Romi**

**Américo Emílio Romi Neto**

**José Carlos Romi**

**Maria Pia Romi Campos**

**André Luís Romi**

**Romeu Romi**

**Anna Maria de Toledo Romi**

**Sandra Maria Romi Cheida**

**Frederico Romi**

**Paulo Romi**

**Patricia Romi Cervone**

**Adriana Romi**

**Fênix Empreendimentos S.A**

**Patricia Romi Cervone**

**Carlos Guimarães Chiti**

**Indústrias Romi S.A.  
INTERVENIENTE ANUENTE**

**Livaldo Aguiar dos Santos**

**Fábio Barbanti Taiar**

Testemunhas:

Nome: Maria José Cerchiaro  
RG nº: 9.410.237-5

Nome: Rosa Maria Bacchin dos Santos  
RG nº: 15.614.392

ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A.

Anexo I

Acordo de Votos entre os Acionistas de Indústrias Romi S.A.,  
celebrado em 5 de novembro de 2012

## Quantidade de Ações Vinculadas ao Acordo

<b>ACIONISTAS CONTRATANTES</b>	<b>AÇÕES ORDINÁRIAS</b>
Carlos Guimarães Chiti	558.466
Eugenio Guimarães Chiti	558.467
Juliana Guimarães Chiti	558.467
Flora Sans Romi	763.967
Américo Emílio Romi Neto	275.124
André Luis Romi	275.124
José Carlos Romi	275.124
Maria Pia Romi Campos	275.124
Romeu Romi	1.147.707
Anna Maria de Toledo Romi	121.786
Sandra Maria Romi Cheida	114.576
Frederico Romi	114.576
Patrícia Romi Cervone	114.576
Paulo Romi	114.576
Adriana Romi	114.576
Fênix Empreendimentos S.A.	27.166.190

<u>Anexo II – Termo de Adesão ao Acordo de Votos de Indústrias Romi S.A.</u>
--

Pelo presente instrumento, [inserir nome do terceiro aderente], [inserir qualificação], doravante denominado simplesmente “Declarante”, vem, por meio deste Termo de Adesão ao Acordo de Votos entre os Acionistas de Indústrias Romi S.A., firmado em 5 de novembro de 2012 (“Acordo”), aderir, integralmente e sem quaisquer ressalvas, ao Acordo e assumir expressa e pessoalmente responsabilidade pelo cumprimento das regras constantes do referido Acordo, cujos termos o Declarante declara conhecer em sua íntegra, obrigando-se a pautar suas ações na Companhia sempre em conformidade com tais regras, sujeitando-se, ainda, às multas e penalidades cabíveis nos termos do referido Acordo pelo seu descumprimento. O Declarante compromete-se tanto pelas obrigações a ele diretamente atribuíveis, como a fazer com que a Companhia cumpra os deveres estabelecidos no Acordo.

O Declarante firma o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[inserir local e data de assinatura]

[inserir nome do(s) Declarante(s)]

Testemunhas:

1.  
Nome:  
RG:

2.  
Nome:  
RG:

**PRIMEIRO ADITIVO AO ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A.,  
CELEBRADO EM 5 DE NOVEMBRO DE 2012**

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes:

**JULIANA GUIMARÃES CHITI**, brasileira, divorciada, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.784.445-7, CPF/MF nº 016.341.138-70;

**CARLOS GUIMARÃES CHITI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.588, CPF/MF nº 048.669.548-41;

**EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.587, CPF/MF nº 057.324.018-30;

**FLORA SANS ROMI**, brasileira, viúva, do lar, Carteira de Identidade RG nº 5.342.918, CPF/MF nº 160.758.058-69;

**AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 7.437.747-4, CPF/MF nº 016.334.888-02;

**JOSÉ CARLOS ROMI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.088-6, CPF/MF nº 056.637.218-51;

**MARIA PIA ROMI CAMPOS**, brasileira, casada, arquiteta, Carteira de Identidade RG nº 7.769.715-7, CPF/MF nº 057.324.458-89;

**ANDRÉ LUÍS ROMI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.089-8, CPF/MF nº 089.555.168-35;

**ROMEU ROMI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 1.142.197, CPF/MF nº 014.770.568-15;

**ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI**, brasileira, casada, do lar, Carteira de Identidade RG nº 2.408.218-1, CPF/MF nº 262.179.248-03;

**SANDRA MARIA ROMI CHEIDA**, brasileira, casada, economista, Carteira de Identidade RG nº 9.036.179-9, CPF/MF nº 045.954.068-86;

PRIMEIRO ADITIVO AO ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A., CELEBRADO EM 5 DE NOVEMBRO DE 2012

**FREDERICO ROMI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.174-X, CPF/MF nº 052.111.018.12;

**PAULO ROMI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.175-1, CPF/MF nº 082.401.568-19;

**PATRÍCIA ROMI CERVONE**, brasileira, casada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.176-3, CPF/MF nº 067.630.358-70;

**ADRIANA ROMI**, brasileira, divorciada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.178-7, CPF/MF nº 067.631.108-39; e

**FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A.**, CNPJ nº 51.319.358/0001-12, por seus representantes legais, sediada na Rua Riachuelo, nº 5, Vila Romi, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo ("Fênix");

denominados, conjuntamente, **ACIONISTAS CONTRATANTES**; e

**INDÚSTRIAS ROMI S.A.**, sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 56.720.428/0001-63, portadora do Código CVM nº. 7510, com sede na Avenida Pérola Byington, nº 56, na cidade de Santa Bárbara d' Oeste, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Romi", "Companhia" ou "Sociedade"), como **INTERVENIENTE ANUENTE**.

**CONSIDERANDO** que, em 5 de novembro de 2012, os **ACIONISTAS CONTRATANTES** firmaram o Acordo de Votos ("Acordo") para regular as condições para exercício de seus direitos de voto referentes às ações de emissão da Romi de que são titulares;

**CONSIDERANDO** que a acionista **FLORA SANS ROMI** doou a totalidade das 763.967 ações de emissão da Romi, de sua titularidade, para seus filhos Américo Emílio Romi Neto, José Carlos Romi, Maria Pia Romi Campos e André Luís Romi, nos termos do Instrumento Particular de Doação de Ações datado de 5 de maio de 2015;

**CONSIDERANDO** que tendo em vista a doação acima referida e o disposto na Cláusula Terceira – Parágrafo Segundo do Acordo, os ACIONISTAS CONTRATANTES pretendem atualizar o Anexo I do Acordo, para refletir a doação efetuada,

**RESOLVEM**, as Partes, firmar o presente Primeiro Aditivo ao Acordo de Votos celebrado em 5 de novembro de 2012, nos termos do art. 118 da Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), em conformidade com os termos e condições a seguir:

**Cláusula 1ª:** Tendo em vista a doação efetuada por Flora Sans Romi da totalidade das 763.967 ações de emissão da Romi, de sua titularidade, aos seus filhos Américo Emílio Romi Neto, José Carlos Romi, Maria Pia Romi Campos e André Luís Romi, o quadro de ações do Anexo I do Acordo é atualizado e substituído pelo Anexo I do presente instrumento.

**Cláusula 2ª:** Em decorrência da mencionada doação, Flora Sans Romi retira-se do Acordo, sendo lhe dado plena e total quitação de suas obrigações perante o Acordo e os ACIONISTAS CONTRATANTES remanescentes.

**Cláusula 3ª:** O presente Aditivo retroage os seus efeitos à data de 5 de maio de 2015, obrigando as partes e seus sucessores, herdeiros e cessionários, a qualquer título.

**Cláusula 4ª:** Os Acionistas Contratantes autorizam o Banco Bradesco S.A. – Instituição Financeira Depositárias das Ações Escriturais da Romi a proceder todos os registros necessários referentes à doação efetuada.

**Cláusula 5ª:** Exceto quanto à alteração ora prevista, todas as demais disposições do Acordo de Votos permanecem válidas e eficazes e são ratificadas neste ato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Santa Bárbara d'Oeste, 29 de junho de 2015

**Carlos Guimarães Chiti**

**Juliana Guimarães Chiti**

**Eugênio Guimarães Chiti**

**Flora Sans Romi**

**Américo Emílio Romi Neto**

**José Carlos Romi**

**Maria Pia Romi Campos**

**André Luís Romi**

**Romeu Romi**

**Anna Maria Toledo Romi**

**Sandra Maria Romi Cheida**

**Frederico Romi**

**Paulo Romi**

**Patricia Romi Cervone**

**Adriana Romi**

**Fênix Empreendimentos S.A**

**José Carlos Romi**

**Carlos Guimarães Chiti**

**Indústrias Romi S.A.  
INTERVENIENTE ANUENTE**

**Luiz Cassiano Rando Rosolen**

**Fábio Barbanti Taiar**

Testemunhas:

Maria José Cerchiaro  
RG nº: 9.410.237-5

Rosa Maria Bacchin dos Santos  
RG nº: 15.614.392

Primeiro Aditivo ao Acordo de Votos entre os Acionistas de Indústrias Romi S.A.,  
celebrado em 5 de novembro de 2012

**Anexo I**

Quantidade de Ações Vinculadas ao Acordo

<b>ACIONISTAS CONTRATANTES</b>	<b>AÇÕES ORDINÁRIAS</b>
Carlos Guimarães Chiti	558.466
Eugenio Guimarães Chiti	558.467
Juliana Guimarães Chiti	558.467
Américo Emílio Romi Neto	466.115
André Luís Romi	466.116
José Carlos Romi	466.116
Maria Pia Romi Campos	466.116
Romeu Romi	1.147.707
Anna Maria de Toledo Romi	121.786
Sandra Maria Romi Cheida	114.576
Frederico Romi	114.576
Patrícia Romi Cervone	114.576
Paulo Romi	114.576
Adriana Romi	114.576
Fênix Empreendimentos S.A.	27.166.190

**PRIMEIRO ADITIVO AO ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A.,  
CELEBRADO EM 5 DE NOVEMBRO DE 2012**

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes:

**JULIANA GUIMARÃES CHITI**, brasileira, divorciada, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.784.445-7, CPF/MF nº 016.341.138-70;

**CARLOS GUIMARÃES CHITI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.588, CPF/MF nº 048.669.548-41;

**EUGÊNIO GUIMARÃES CHITI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 12.396.587, CPF/MF nº 057.324.018-30;

**FLORA SANS ROMI**, brasileira, viúva, do lar, Carteira de Identidade RG nº 5.342.918, CPF/MF nº 160.758.058-69;

**AMÉRICO EMÍLIO ROMI NETO**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 7.437.747-4, CPF/MF nº 016.334.888-02;

**JOSÉ CARLOS ROMI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.088-6, CPF/MF nº 056.637.218-51;

**MARIA PIA ROMI CAMPOS**, brasileira, casada, arquiteta, Carteira de Identidade RG nº 7.769.715-7, CPF/MF nº 057.324.458-89;

**ANDRÉ LUÍS ROMI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.089-8, CPF/MF nº 089.555.168-35;

**ROMEU ROMI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 1.142.197, CPF/MF nº 014.770.568-15;

**ANNA MARIA DE TOLEDO ROMI**, brasileira, casada, do lar, Carteira de Identidade RG nº 2.408.218-1, CPF/MF nº 262.179.248-03;

**SANDRA MARIA ROMI CHEIDA**, brasileira, casada, economista, Carteira de Identidade RG nº 9.036.179-9, CPF/MF nº 045.954.068-86;

PRIMEIRO ADITIVO AO ACORDO DE VOTOS DE INDÚSTRIAS ROMI S.A., CELEBRADO EM 5 DE NOVEMBRO DE 2012

**FREDERICO ROMI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.174-X, CPF/MF nº 052.111.018.12;

**PAULO ROMI**, brasileiro, casado, industrial, Carteira de Identidade RG nº 9.036.175-1, CPF/MF nº 082.401.568-19;

**PATRÍCIA ROMI CERVONE**, brasileira, casada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.176-3, CPF/MF nº 067.630.358-70;

**ADRIANA ROMI**, brasileira, divorciada, advogada, Carteira de Identidade RG nº 9.036.178-7, CPF/MF nº 067.631.108-39; e

**FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A.**, CNPJ nº 51.319.358/0001-12, por seus representantes legais, sediada na Rua Riachuelo, nº 5, Vila Romi, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo ("Fênix");

denominados, conjuntamente, **ACIONISTAS CONTRATANTES**; e

**INDÚSTRIAS ROMI S.A.**, sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 56.720.428/0001-63, portadora do Código CVM nº. 7510, com sede na Avenida Pérola Byington, nº 56, na cidade de Santa Bárbara d' Oeste, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Romi", "Companhia" ou "Sociedade"), como **INTERVENIENTE ANUENTE**.

**CONSIDERANDO** que, em 5 de novembro de 2012, os **ACIONISTAS CONTRATANTES** firmaram o Acordo de Votos ("Acordo") para regular as condições para exercício de seus direitos de voto referentes às ações de emissão da Romi de que são titulares;

**CONSIDERANDO** que a acionista **FLORA SANS ROMI** doou a totalidade das 763.967 ações de emissão da Romi, de sua titularidade, para seus filhos Américo Emílio Romi Neto, José Carlos Romi, Maria Pia Romi Campos e André Luís Romi, nos termos do Instrumento Particular de Doação de Ações datado de 5 de maio de 2015;

**CONSIDERANDO** que tendo em vista a doação acima referida e o disposto na Cláusula Terceira – Parágrafo Segundo do Acordo, os ACIONISTAS CONTRATANTES pretendem atualizar o Anexo I do Acordo, para refletir a doação efetuada,

**RESOLVEM**, as Partes, firmar o presente Primeiro Aditivo ao Acordo de Votos celebrado em 5 de novembro de 2012, nos termos do art. 118 da Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), em conformidade com os termos e condições a seguir:

**Cláusula 1ª:** Tendo em vista a doação efetuada por Flora Sans Romi da totalidade das 763.967 ações de emissão da Romi, de sua titularidade, aos seus filhos Américo Emílio Romi Neto, José Carlos Romi, Maria Pia Romi Campos e André Luís Romi, o quadro de ações do Anexo I do Acordo é atualizado e substituído pelo Anexo I do presente instrumento.

**Cláusula 2ª:** Em decorrência da mencionada doação, Flora Sans Romi retira-se do Acordo, sendo lhe dado plena e total quitação de suas obrigações perante o Acordo e os ACIONISTAS CONTRATANTES remanescentes.

**Cláusula 3ª:** O presente Aditivo retroage os seus efeitos à data de 5 de maio de 2015, obrigando as partes e seus sucessores, herdeiros e cessionários, a qualquer título.

**Cláusula 4ª:** Os Acionistas Contratantes autorizam o Banco Bradesco S.A. – Instituição Financeira Depositárias das Ações Escriturais da Romi a proceder todos os registros necessários referentes à doação efetuada.

**Cláusula 5ª:** Exceto quanto à alteração ora prevista, todas as demais disposições do Acordo de Votos permanecem válidas e eficazes e são ratificadas neste ato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Santa Bárbara d'Oeste, 29 de junho de 2015

**Carlos Guimarães Chiti**

**Juliana Guimarães Chiti**

**Eugênio Guimarães Chiti**

**Flora Sans Romi**

**Américo Emílio Romi Neto**

**José Carlos Romi**

**Maria Pia Romi Campos**

**André Luís Romi**

**Romeu Romi**

**Anna Maria Toledo Romi**

**Sandra Maria Romi Cheida**

**Frederico Romi**

**Paulo Romi**

**Patricia Romi Cervone**

**Adriana Romi**

**Fênix Empreendimentos S.A**

**José Carlos Romi**

**Carlos Guimarães Chiti**

**Indústrias Romi S.A.  
INTERVENIENTE ANUENTE**

**Luiz Cassiano Rando Rosolen**

**Fábio Barbanti Taiar**

Testemunhas:

Maria José Cerchiaro  
RG nº: 9.410.237-5

Rosa Maria Bacchin dos Santos  
RG nº: 15.614.392

Primeiro Aditivo ao Acordo de Votos entre os Acionistas de Indústrias Romi S.A.,  
celebrado em 5 de novembro de 2012

**Anexo I**

Quantidade de Ações Vinculadas ao Acordo

<b>ACIONISTAS CONTRATANTES</b>	<b>AÇÕES ORDINÁRIAS</b>
Carlos Guimarães Chiti	558.466
Eugenio Guimarães Chiti	558.467
Juliana Guimarães Chiti	558.467
Américo Emílio Romi Neto	466.115
André Luís Romi	466.116
José Carlos Romi	466.116
Maria Pia Romi Campos	466.116
Romeu Romi	1.147.707
Anna Maria de Toledo Romi	121.786
Sandra Maria Romi Cheida	114.576
Frederico Romi	114.576
Patrícia Romi Cervone	114.576
Paulo Romi	114.576
Adriana Romi	114.576
Fênix Empreendimentos S.A.	27.166.190

## 15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

### Participação Acionária

<b>Acionistas</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>%</b>
Conselho de Administração	30.952	0,05%	30.952	0,05%	30.952	0,05%
Diretoria	247.200	0,39%	156.100	0,25%	7.550	0,01%
Controladores	33.954.686	54,02%	33.954.686	54,02%	33.954.686	49,38%
Total	34.232.838	54,46%	34.141.738	54,32%	33.993.188	49,44%
Em circulação	28.624.809	45,54%	28.715.909	45,68%	32.007.759	46,55%
Ações em tesouraria	-	0,00%	-	0,00%	2.756.700	4,01%
<b>Total Geral</b>	<b>62.857.647</b>	<b>100,00%</b>	<b>62.857.647</b>	<b>100,00%</b>	<b>68.757.647</b>	<b>100,00%</b>

## **15.7 - Principais operações societárias**

Não houve operações societárias significativas nos períodos apresentados.

## **15.8 - Outras informações relevantes**

Não aplicável à Companhia, nos períodos apresentados.

## **16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas**

A Companhia possui, de maneira formal, uma Política para Transação com Partes Relacionadas cujo principal objetivo é estabelecer regras para a realização de transações com partes relacionadas, de modo a assegurar a tomada de decisão da administração de forma adequada e diligente, possibilitando à Companhia monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses provenientes de tais transações.

A referida política se encontra disponível para consulta no site da Companhia:

<http://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-politicas-e-codigos/politica-para-transacao-com-partes-relacionadas/>

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Fundação Romi	19/12/2000	723.447,72	R\$ 0,00	R\$ 723.447,72	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Mantenedora						
<b>Objeto contrato</b>	A Companhia realiza doações à Fundação Romi em valores fixados pelo convênio cancelado pela Promotoria de Justiça.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Fênix Empreendimentos S.A.	30/05/2011	185.270,82	R\$ 0,00	R\$ 185.270,82	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada direta						
<b>Objeto contrato</b>	A Companhia presta serviços administrativos, principalmente contábeis e jurídicos à Controladora "Fênix".						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**

Todas as informações sobre as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse estão demonstrados no Item 16.1 deste formulário.

## **16.4 - Outras informações relevantes**

Todos os itens relevantes foram apresentados nos itens anteriores.

**17.1 - Informações sobre o capital social**

<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Valor do capital (Reais)</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias (Unidades)</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais (Unidades)</b>	<b>Quantidade total de ações (Unidades)</b>
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
02/08/2016	504.988.032,03		62.857.647	0	62.857.647
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Autorizado</b>				
13/05/2015	0,00		75.000.000	0	75.000.000

**17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
17/04/2007	RCA	17/04/2007	180.000.000,00	Subscrição pública	12.000.000	0	12.000.000	69,23000000	15,00	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Oferta Pública de Ações								
<b>Forma de integralização</b>		Oferta Pública de Ações								
25/04/2007	RCA	25/04/2007	62.935.785,00	Subscrição pública	4.195.719	0	4.195.719	14,30000000	15,00	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		Oferta Pública de Ações								
<b>Forma de integralização</b>		Oferta Pública de Ações								
17/03/2015	AGE	17/03/2015	2.052.247,03	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
<b>Forma de integralização</b>										

### **17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não se aplica. A Companhia não efetuou nenhuma das operações em questão durante os períodos apresentados.

## **17.4 - Informações sobre reduções do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não se aplica. A Companhia não efetuou redução de capital social durante os períodos apresentados.

## **17.5 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

**18.1 - Direitos das ações**

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Sim
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Não
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	(i) De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (ii) Direito a participar da distribuição dos lucros; (iii) Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iv) Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (v) Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (vi) Direito de votar nas assembleias gerais; e (vii) Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
<b>Outras características relevantes</b>	Não se aplica à Companhia.

---

## **18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

- (a) O Estatuto Social da Companhia não estabelece regras que limitem o direito de voto de acionistas significativos;**
- (b) O Estatuto Social da Companhia estabelece regras para a realização de oferta pública em seus “CAPÍTULOS”:**
- i. VIII - DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO
  - ii. “IX - DA OFERTA PÚBLICA EM CASO DE AQUISIÇÃO SUBSTANCIAL DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA”

Destacamos os seguintes artigos do Estatuto Social da Companhia:

Art. 46 - Caso ocorra a alienação do controle acionário da Companhia tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, essa alienação deverá ser contratada sob condição, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação e regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Art. 47 - Caso o Acionista Adquirente venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Companhia, ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do seu capital social, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações específica para a hipótese prevista neste artigo 47 (“OPA”), para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado e os termos deste artigo. Caso aplicável, o Acionista Adquirente deverá solicitar o registro da referida OPA no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia.

Parágrafo Primeiro - A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo 2º deste artigo. A OPA, segundo a forma de pagamento proposta pelo ofertante, poderá ser: (i) de compra, mediante o pagamento à vista em moeda corrente nacional; (ii) de permuta, mediante o pagamento em valores mobiliários; ou (iii) mista, mediante parte do pagamento em dinheiro e parte em valores mobiliários.

Parágrafo Segundo - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior a 1,5 (uma vez e meia) o maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste artigo 47, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; (iii) 100% (cem por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia, durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (iv) 100% (cem por cento) do maior valor pago pelo Acionista Adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste artigo 47. Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério

## **18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo Terceiro - A realização da OPA mencionada no caput deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Quarto - O Acionista Adquirente deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM e da B3 dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Quinto - Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM ou da B3, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Parágrafo Sexto - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 15% (quinze por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia, (iv) da aquisição de ações das pessoas referidas no artigo 68 abaixo e, ou (v) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizado por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Parágrafo Sétimo - Para fins do cálculo do percentual de 15% (quinze por cento) do capital total descrito no caput deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo Oitavo - A alteração que limite o direito dos acionistas à realização da OPA prevista neste artigo ou a exclusão deste artigo obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembleia Geral a realizar a OPA prevista neste artigo.

Parágrafo Nono - O laudo de avaliação de que trata o Parágrafo Segundo acima deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo

## **18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

artigo da lei. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia, para fins exclusivos deste Artigo 47, é de competência privativa do Conselho de Administração. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Acionista Adquirente.

Parágrafo Dez – Para fins deste artigo 47, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“Acionista Adquirente” significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto e/ou que atue representando um mesmo interesse, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se no conceito de Acionista Adquirente qualquer pessoa:

- (i) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada pelo Acionista Adquirente;
- (ii) que controle ou administre sob qualquer forma o Acionista Adquirente;
- (iii) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, o Acionista Adquirente;
- (iv) na qual o controlador do Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social;
- (v) na qual o Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social; ou
- (vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social do Acionista Adquirente.

### **18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos previstas no Estatuto Social da Companhia.

**18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados****Exercício social 31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	19.686.631	4,20	1,31	R\$ por Unidade	3,54
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	18.212.369	4,23	3,43	R\$ por Unidade	3,78
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	69.388.871	6,40	3,58	R\$ por Unidade	5,15
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	64.273.919	7,83	5,70	R\$ por Unidade	7,20

**Exercício social 31/12/2016**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.558.347	2,80	1,31	R\$ por Unidade	1,91
30/06/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	20.939.711	3,39	1,97	R\$ por Unidade	2,68
30/09/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.583.982	2,81	1,72	R\$ por Unidade	2,24
31/12/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.960.134	2,48	1,68	R\$ por Unidade	1,97

**Exercício social 31/12/2015**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	17.672.248	2,99	1,64	R\$ por Unidade	2,04
30/06/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	20.939.711	3,39	1,97	R\$ por Unidade	2,68
30/09/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.583.982	2,81	1,72	R\$ por Unidade	2,24
31/12/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	79.601	2,48	1,68	R\$ por Unidade	1,97

## **18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não se aplica. A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos.

## **18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

A Companhia tem suas ações em negociação na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

## **18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**

Não aplicável à Companhia nos exercícios reportados.

## **18.8 - Títulos emitidos no exterior**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não se aplica. A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

**18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

Não aplicável à Companhia nos exercícios apresentados.

### **18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

### **18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

## **18.12 - Outras informações relevantes**

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

**19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor**

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
<b>Outras caracter.</b>										
06/04/2016	06/04/2016 à 29/04/2016	115.693.000,00	Ordinária		2.800.000	9,070000	2.800.000	1,85	R\$ por Unidade	100,000000
<p>Indústrias Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia") comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral, em atendimento ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358/02 e ao parágrafo 4º do Artigo 157, da Lei nº 6.404/76, que o seu Conselho de Administração, em reunião nesta data, aprovou programa de aquisição de ações de emissão da Companhia ("Programa"), para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução de capital, nos termos do seu Estatuto Social, da Instrução CVM nº 567/15 e das demais disposições legais vigentes. No âmbito do Programa, as operações de aquisição de ações serão realizadas entre 07/04/2016 a 07/04/2017 (365 dias), na BM&amp;FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, a preços de mercado, pela corretora Santander CCVM S.A., com endereço à Av. Presidente Juscelino Kubistchek, 2.235 – 24º andar, São Paulo-SP, Brasil, CEP 04543-011. A quantidade de ações a ser adquirida será de até 2.800.000, representando 9,07% das ações em circulação no mercado, que nesta data totalizam 31.664.459 ações. O objetivo da Companhia com o Programa é maximizar a geração de valor para os acionistas, por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital.</p>										
28/04/2015	28/04/2015 à 19/01/2016	116.525.000,00	Ordinária		3.100.000	8,920000	3.100.000	1,81	R\$ por Unidade	100,000000
<p>Companhia ("Programa"), para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução de capital, nos termos do seu Estatuto Social e da Instrução CVM n.º 10/80 e alterações posteriores e das demais disposições legais vigentes.</p> <p>O objetivo da Companhia com o Programa é maximizar a geração de valor para o seu acionista, através da aplicação de parte dos seus recursos financeiros disponíveis, dentro do montante global das reservas de lucro e de capital.</p> <p>No âmbito do Programa, as operações de aquisição de ações serão realizadas entre 28/04/2015 e 28/04/2016 (360 dias), na BM&amp;FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, a preços de mercado, pela corretora Santander CCVM S.A., com endereço à Av. Juscelino Kubistchek, 2.235 – 24º andar, São Paulo-SP, Brasil, CEP 04543-011.</p> <p>A quantidade de ações ordinárias adquiridas foi de até 3.000.000 (três milhões), representando 8,92% das ações ordinárias em circulação no mercado, o custo médio por ação foi de R\$ 1,81.</p>										
29/07/2014	29/07/2014 à 12/12/2014	135.953.000,00	Ordinária		3.000.000	7,950000	3.000.000	3,45	R\$ por Unidade	100,000000
<p>Programa de aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução de capital.</p> <p>No âmbito do Programa, as operações de aquisição de ações serão realizadas entre 29/07/2014 e 29/07/2015 (365 dias), na BM&amp;FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, a preços de mercado, pela corretora Santander CCVM S.A., com endereço à Av. Presidente Juscelino Kubistchek, 2.235 – 24º andar, São Paulo-SP, Brasil, CEP 04543-011.</p> <p>A quantidade de ações a ser adquirida será de até 3.000.000, representando 7,95% das ações em circulação no mercado, que nesta data totalizam 37.750.507 ações.</p> <p>O objetivo da Companhia com o Programa é maximizar a geração de valor para os acionistas, por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital.</p>										

**19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria****Exercício social 31/12/2017****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

**Exercício social 31/12/2016****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	2.756.700	
Quantidade adquirida	3.143.300	1,81
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	5.900.000	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

**Exercício social 31/12/2015****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	3.000.000	
Quantidade adquirida	2.756.700	1,84
Quantidade alienada	0	0,00

**19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**

<b>Quantidade cancelada</b>	3.000.000
<b>Quantidade final</b>	2.756.700
<b>Relação valores mobiliários em circulação</b>	8,917153%

### **19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria**

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

## 20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

<b>Data aprovação</b>	<b>26/07/2011</b>
<b>Órgão responsável pela aprovação</b>	Conselho de Administração
<b>Cargo e/ou função</b>	Acionistas controladores, diretos ou indiretos e diretores Conselho de Administração Conselho Fiscal Membros de órgãos estatutários de empresas na qual a Companhia seja única controladora Administradores que se afastarem da administração da companhia durante o prazo de seis meses, contados da data do afastamento. Quaisquer pessoas que, em virtude de cargo ou função, tenha conhecimento de informação relevante Auditores Independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição Cônjuge ou companheiro e qualquer outro dependente incluído na declaração anual de imposto de renda das pessoas impedidas de negociar sociedades ou outras instituições ou entidades de que as pessoas impedidas de negociar participem de modo que possam influenciar nas decisões da negociação. qualquer pessoa jurídica controlada direta ou indiretamente pelas pessoas impedidas de negociar qualquer pessoa que tenha tido acesso a informação relativa a ato ou fato relevante por intermédio de qualquer das pessoas impedidas de negociar.

### Principais características e locais de consulta

Esta política tem como objetivo primordial o estabelecimento de elevados padrões de conduta, promovendo a transparência e a equidade nas negociações dos Valores Mobiliários e seus derivativos, de emissão da Companhia.

A Companhia manterá em sua sede a relação das pessoas que firmarem o Termo de Adesão, com as respectivas qualificações, cargo ou função, endereço e número de inscrição do CNPJ e CPF e os respectivos termos de adesão assinados.

A política está disponível para consulta no site da Companhia através do seguinte link:

<http://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-politicas-e-codigos/politica-de-negociacao/>

<b>Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização</b>	DOS PERÍODOS DE VEDAÇÃO ÀS NEGOCIAÇÕES - "Períodos de Bloqueio": Nos termos desta Política de Negociação é terminantemente vedado, às Pessoas Vinculadas e a própria Companhia, efetuar Negociações nos seguintes períodos e situações ("Períodos de Bloqueio"): (i) no período de 30 (trinta) dias anteriores e 2 (dois) dias após a divulgação ou publicação das Informações Trimestrais (ITR) e Anuais (DFP) da Companhia; (ii) no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar o capital social, de distribuir dividendos (inclusive juros sobre o capital próprio), bonificação em ações ou seus derivativos ou desdobramento, e a publicação, pela Companhia, dos respectivos editais ou anúncios; (iii) quando existir pela Companhia a intenção de promover incorporação, cisão (total ou parcial), fusão, transformação ou reorganização societária; (iv) pelas Pessoas Vinculadas, durante o período em que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim; (v) no período cuja situação e/ou negócio em curso configure Ato ou Fato Relevante ainda não divulgado ao mercado e em que as Pessoas Vinculadas (especialmente empregados, gestores, assessores e consultores externos da Companhia) estejam sujeitas ao dever de guardar sigilo em relação às informações que tiverem acesso de forma privilegiada, em razão do cargo ou posição que ocupam; (vi) durante todo e qualquer Período de Bloqueio declarado pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores da Companhia não está obrigado a justificar a razão do bloqueio, que deverá ser mantido em absoluto sigilo pelas Pessoas Vinculadas.
--	--

## **20.2 - Outras informações relevantes**

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

## **21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações**

A Companhia possui Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26/07/2011, cuja alteração foi aprovada na reunião realizada em 28/04/2015.

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

A política tem por objetivo estabelecer as regras e diretrizes que deverão ser observadas sobre a divulgação de fatos ocorridos no âmbito da Companhia, e que, por suas características, possam ser entendidos como relevante e para o mercado de ações.

A política pode ser consultada na íntegra pelo link:

<http://www.romi.com/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-politicas-e-codigos/politica-de-divulgacao/>

Os canais de comunicação utilizados pela Companhia são:

[www.valor.com.br/fatosrelevantes](http://www.valor.com.br/fatosrelevantes)

[http://www.b3.com.br/pt\\_br/](http://www.b3.com.br/pt_br/)

### **21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e à B3, imediatamente após a sua ciência e análise, qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrido; divulgar à CVM e à B3 Comunicado ao Mercado, nas situações em que entenda necessário; zelar pela ampla e imediata disseminação do Ato ou Fato Relevante simultaneamente em todos os mercados em que os Valores Mobiliários emitidos pela Companhia sejam admitidos à negociação; prestar aos órgãos competentes, quando devidamente solicitado, esclarecimentos adicionais à divulgação de Ato ou Fato Relevante ou Comunicado ao Mercado; fazer com que a divulgação de ato ou fato relevante, na forma prevista nesta Política de Divulgação, preceda ou seja feita de forma simultânea à veiculação da informação por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior.

É responsabilidade das Pessoas Vinculadas manterem o Diretor de Relações com Investidores da Companhia totalmente informado acerca do desenvolvimento de negócios e acontecimentos significativos da Companhia, que possam vir a ser considerados Ato ou Fato Relevante.

## **21.4 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.